



Modelo ABC

Demonstrações
Financeiras Ilustrativas

**Departamento de Práticas
Profissionais DPP**

Dezembro de 2017

www.kpmg.com.br

Sobre a publicação

Conteúdo

O objetivo desta publicação é auxiliar na preparação e apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) compreendendo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. Essa publicação ilustra um possível formato de demonstrações financeiras de uma companhia aberta brasileira fictícia e apresenta as demonstrações financeiras consolidadas dessa companhia e suas controladas (Grupo) e as demonstrações financeiras individuais da controladora (Companhia), apresentadas lado-a-lado.

Impacto das principais novas normas

Os usuários e reguladores têm demonstrado um crescente interesse pelos possíveis impactos das principais novas normas que já foram emitidas, mas que ainda não estão em vigor - ou seja o CPC 48 (IFRS 9) Instrumentos Financeiros, o CPC 47 / IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes e o IFRS 16 Arrendamentos. Como consequência, espera-se um foco significativo nas divulgações sobre o possível impacto das novas normas que são exigidas já em 2017 pelos requerimentos existentes no CPC 23 (IAS 8) Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro.

Os reguladores já demonstraram expectativa de que, à medida que a implementação das novas normas progride, mais informações sobre seu impacto devem se tornar razoavelmente estimáveis e os preparadores deveriam ser capazes de fornecer progressivamente mais informações qualitativas e quantitativas específicas da entidade sobre a aplicação das novas normas em suas Demonstrações Financeiras.

O nível apropriado de divulgação dependerá, em última instância, do status de implementação de cada entidade, porém os preparadores deveriam levar em consideração que há uma expectativa de que as entidades estarão em estágio avançado em seu processo de implementação, particularmente considerando a proximidade da data de aplicação inicial dos CPCs 48 (IFRS 9) e CPC 47 (IFRS 15). Dessa forma, a [nota explicativa 45](#) deste modelo foi atualizada para descrever a avaliação atual da administração sobre os possíveis impactos que a aplicação do CPC 48 (IFRS 9), CPC 47 (IFRS 15) e IFRS 16 terá nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo no período de aplicação inicial.

O que mais é novo em 2017?

O [Apêndice I](#) fornece uma lista abrangente de todas as novas normas, distinguindo entre aquelas que são efetivas para uma entidade com um período anual iniciado em 1 de janeiro de 2017 e aquelas com uma data efetiva posterior. O Grupo não possui transações que sejam afetadas pelas novas normas efetivas ou suas políticas contábeis já são consistentes com os novos requerimentos. Portanto, esses novos requerimentos não são ilustrados neste guia, com exceção das divulgações resultantes das alterações ao CPC 03 (IAS 7) Demonstração dos fluxos de caixa, com relação a mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento. Essas divulgações estão ilustradas na [Nota 22\(f\)](#).

Normas cobertas

Esta publicação tem como base as normas, alterações e interpretações (amplamente referidas neste guia como “normas” que foram emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) até 15 de agosto de 2017, que são requeridas a serem aplicadas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2017. IFRSs que são aplicáveis para períodos iniciados após 1º de janeiro de 2017 não foram adotadas antecipadamente. Adicionalmente, estas demonstrações financeiras ilustrativas foram preparadas baseadas nos pronunciamentos do CPC em vigor na data de sua elaboração e com base nas alterações propostas aos CPCs conforme divulgadas em audiência pública e ainda pendentes de emissão final.

Esta publicação não ilustra os requerimentos do CPC 37 (IFRS 1) Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 11 (IFRS 4) Contratos de Seguro, IFRS 6 Exploração e Avaliação de Recursos Minerais, IAS 26 Contabilização e Relatório Financeiro de Planos de Benefício de Aposentadoria, CPC 35 (IAS 27) Demonstrações Separadas, IAS 29 Relatório Financeiro em Economias Hiperinflacionárias ou CPC 21 (IAS 34) Demonstração Intermediária. Os requerimentos mínimos de divulgação para fins do CPC 21 (IAS 34) estão descritos na própria norma, no [Checklist de divulgação dos CPCs e IFRSs 2017 - Demonstrações Intermediárias](#) e no Ofício CVM SNC SEP 03/2011.

Necessidade de Julgamento

Este modelo de publicação não abrange todas as particularidades de cada companhia e nem todas as particularidades de cada norma contábil, por isso, em determinadas circunstâncias, os exemplos deverão ser adaptados ou complementados de acordo com cada situação, considerando também os conceitos de materialidade e relevância por parte da entidade. Assim, a preparação de demonstrações financeiras requer julgamento, tanto em termos de escolha de políticas contábeis, assim como as divulgações devem ser adaptadas para refletir circunstâncias específicas e materialidade no contexto da sua organização.

Embora este conteúdo seja útil para a compreensão dos requerimentos efetivos para uma divulgação com data-base em 31 de dezembro de 2017, este material não deve ser utilizado como substituto para às normas IFRS e Pronunciamentos do CPC e à Legislação da CVM, sobretudo quando um assunto específico não é tratado nesta publicação, ou quando existe uma incerteza quanto à aplicação de uma norma.

Materialidade

Orientações específicas sobre materialidade e sua aplicação às demonstrações financeiras estão incluídas nos parágrafos 29-31 do CPC 26 (IAS 1) Apresentação de Demonstrações Financeiras.

A materialidade é relevante para a apresentação e divulgação dos itens nas demonstrações financeiras. Os preparadores precisam considerar se as demonstrações incluem todas as informações relevantes para a compreensão da posição financeira de uma entidade na data de apresentação e seu desempenho financeiro durante o período de reporte.

Os preparadores também precisam ter cuidado para não reduzir a compreensão de suas demonstrações financeiras obscurecendo informações materiais com informações imateriais ou agregando informações materiais que são diferentes por natureza ou função. As divulgações individuais que não são materiais para as demonstrações financeiras não precisam ser apresentadas - mesmo que sejam requeridas em uma norma. Os preparadores precisam considerar o nível adequado de divulgação com base na materialidade para o período de apresentação.

Melhor comunicação

O propósito das demonstrações financeiras não é apenas uma questão de atender a uma conformidade técnica. Elas também devem possibilitar uma comunicação efetiva. Os investidores continuam a pedir melhorias na qualidade das divulgações contábeis. Ao preparar suas demonstrações financeiras, as entidades precisam se concentrar em melhorar sua comunicação, reportando informações financeiras de forma clara e inovando a apresentação e divulgação de demonstrações financeiras no contexto mais amplo de uma melhor comunicação de negócios. Para obter mais informações, consulte o nosso site [Better Business Reporting](#).

Referências

As demonstrações financeiras ilustrativas são acompanhadas por notas explicativas que abrangem os requerimentos de divulgação. Os exemplos, juntamente com as notas explicativas, não pretendem ser um resumo completo de todas as exigências de divulgação que são aplicáveis às companhias abertas.

À esquerda de cada item divulgado consta uma referência à norma contábil relacionada. Geralmente, as referências dizem respeito apenas às exigências de divulgação. Em relação aos Pronunciamentos do CPC, as referências são às normas em vigor na data da elaboração desta publicação. Entretanto, para fins desta publicação, quando apresentamos as referências aos parágrafos dos CPCs e aos parágrafos correspondentes das IFRS, não mencionamos as abreviaturas (R1), (R2), etc., que normalmente acompanham a nomenclatura dos Pronunciamentos do CPC revisados.

As demonstrações financeiras ilustrativas também contêm referências à nossa publicação *Insights into IFRS - 14th Edition 2017/2018*.

Créditos sobre a elaboração destas demonstrações financeiras ilustrativas

Estas demonstrações financeiras ilustrativas foram elaboradas pelo *IFRS Desk* do Departamento de Práticas Profissionais (DPP) da KPMG no Brasil com base do modelo internacional de demonstrações financeiras (*Guide to annual financial statements - Illustrative Disclosures*) da KPMG International Standards Group (parte da KPMG IFRG Limited).

Conteúdo

Referência

CPC 26.10, 49 IAS 1.10,49

Página

BALANÇOS PATRIMONIAIS	5
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	7
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	8
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	11
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	13
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	14
APÊNDICE I - ANÁLISE DE SENSIBILIDADE (INSTRUÇÃO CVM 475/08)	140
APÊNDICE II - QUESTÕES DE CONTINUIDADE OPERACIONAL.....	142
APÊNDICE III - TÓPICOS ESPECÍFICOS COBERTOS NO MODELO INTERNACIONAL	143

Balancos patrimoniais¹

Referência		Em 31 de dezembro	Consolidado			Controladora			
CPC 26.10(a), 10(ea)-(f), 29, 38-38A, 40A-40B, 113	IAS 1.10(a), 10(ea)-(f), 29, 38-38A, 40A-40B, 113		Nota	2017	2016	01/01/2016 ²	2017	2016	01/01/2016 ²
		<i>Em milhares de Reais</i>							
		Ativos			Reapresentado* ³	Reapresentado* ³		Reapresentado* ³	Reapresentado* ³
CPC 26.54(i)	IAS 1.54(i)	Caixa e equivalentes de caixa	11	1.505	1.850	2.529	431	1.004	1.350
CPC 26.54(d)	IAS 1.54(d)	Outros investimentos, incluindo derivativos ⁴	12	662	1.032	947	-	-	-
CPC 26.54(h)	IAS 1.54(h)	Contas a receber de clientes e outros recebíveis	13	32.402	22.765	17.651	-	-	-
CPC 26.55	IAS 1.55	Pagamentos antecipados		330	1.200	895	-	-	-
CPC 26.54(g)	IAS 1.54(g)	Estoques	14	11.603	12.119	11.587	-	-	-
CPC 26.54(f)	IAS 1.54(f)	Ativos biológicos	15	32	31	29	-	-	-
CPC 26.54(n)	IAS 1.54(n)	Ativo fiscal corrente		34	60	-	-	-	-
CPC 31.38,40	IFRS 5.38, 40	Ativos não circulantes mantidos para venda	16	14.400	-	-	-	-	-
CPC 26.54(j)	IAS 1.54(j)								
CPC 26.60	IAS 1.60	Total do ativo circulante⁵		60.968	39.057	33.638	431	1.004	1.350
CPC 26.54(h)	IAS 1.54(h)	Contas a receber de clientes e outros recebíveis	13	213	-	-	-	-	-
CPC 26.54(o), 56	IAS 1.54(o), 56	Ativo fiscal diferido	31(e)	2.116	2.050	984	-	-	-
CPC 26.55	IAS 1.55	Benefícios a empregados	33	671	731	716	-	-	-
CPC 26.54(d)	IAS 1.54(d)	Outros investimentos, incluindo derivativos ⁴	12	3.631	3.525	3.221	-	-	-
		Total do realizável a longo prazo		6.631	6.306	4.921	-	-	-
CPC 26.54(e)	IAS 1.54(e)	Investimentos em coligadas e controladas em conjunto	17	2.489	1.948	1.530	2.489	1.948	1.530
CPC 26.54(e)	IAS 1.54(e)	Investimentos em controladas	17	-	-	-	38.932	29.433	23.973
CPC 26.54(b), 06.49	IAS 1.54(b), 17.49	Propriedades para investimento	18	1.370	250	150	-	-	-
CPC 26.54(f)	IAS 1.54(f)	Ativos biológicos	15	4.698	4.025	3.407	-	-	-
CPC 26.54(a)	IAS 1.54(a)	Imobilizado	19	26.586	31.049	34.937	-	-	-
CPC 26.54(c)	IAS 1.54(c)	Intangível	20	6.226	4.661	5.429	-	-	-
				41.369	41.933	45.453	41.421	31.381	25.503
CPC 26.60	IAS 1.60	Total do ativo não circulante⁵		48.000	48.239	50.374	41.421	31.381	25.503
		Total do ativo		108.968	87.296	84.012	41.852	32.385	26.853

* Veja nota explicativa 8.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPC 26.10	IAS 1.10	1	Os títulos das demonstrações apresentados nessas demonstrações financeiras ilustrativas são consistentes com os títulos usados na norma IAS 1/ CPC 26. Todavia, esses termos não são obrigatórios e a adoção de outros títulos é permitida, desde que o significado seja claro.
CPC 26.10(f), 40A	IAS 1.10(f), 40(A)	2	O Grupo apresentou um terceiro balanço patrimonial do início do período anterior porque a retificação de erros (veja nota explicativa 8) tem efeito material sobre as demonstrações financeiras.
CPC 23.26	IAS 8.26 Insights 2.8.50.110	3	O Grupo identificou as informações comparativas reapresentadas com o título 'Reapresentado'. Entendemos que isso é necessário para destacar o fato de que as informações comparativas não são as mesmas apresentadas nas demonstrações financeiras do ano anterior.
	Insights 7.8.50.50	4	Em nosso entendimento, derivativos ativos e passivos devem ser apresentados como itens separados no Balanço patrimonial, caso sejam significativos.
CPC 26.60,61	IAS 1.60-61	5	Segundo o artigo 178 da Lei 6.404/76 as contas do ativo e passivo no balanço patrimonial são dispostas segundo seu grau de liquidez, nos seguintes grupos: circulante e não circulante. O patrimônio líquido é dividido entre capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reserva de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados.

Balancos patrimoniais (continuação)

Referência	Em 31 de dezembro	Consolidado			Controladora				
		Nota	2017	2016	01/01/2016 ²	2017	2016	01/01/2016 ²	
	<i>Em milhares de Reais</i>								
	Passivos			Reapresentado* ³	Reapresentado* ³		Reapresentado* ³	Reapresentado* ³	
CPC 26.54(k)	IAS 1.54(k)	Fornecedores e outras contas a pagar	21	21.720	20.828	28.254	-	-	-
CPC 26.55, 78(d)	IAS 1.55, 78(d)	Benefícios a empregados	33	20	388	13	-	-	-
CPC 26.55	IAS 1.55	Saldos bancários a descoberto	11	334	282	303	-	-	-
CPC 26.54(m)	IAS 1.54(m)	Empréstimos e financiamentos	22	4.988	5.546	3.003	-	-	-
CPC 31.38-40	IFRS 5.38, 40	Passivos não circulantes mantidos para venda	16	4.410	-	-	-	-	-
CPC 26.54(p)	IAS 1.54(p)	Provisões	23	660	1.540	140	-	-	-
CPC 26.54(l)	IAS 1.54(l)	Passivo fiscal corrente		4.853	1.693	25	-	-	-
CPC 26.54(n)	IAS 1.54(n)	Receita diferida	25	177	168	140	-	-	-
CPC 26.55, 17.42(b), 7.24	IAS 1.55, 11.42(b), 20.24	Total do passivo circulante⁵		37.162	30.445	31.878	-	-	-
CPC 26.60	IAS 1.60	Empréstimos e financiamentos	22	21.920	19.031	20.358	-	-	-
CPC 26.54(m)	IAS 1.54(m)	Benefícios a empregados	33	912	453	1.136	-	-	-
CPC 26.55, 78(d)	IAS 1.55, 78(d)	Fornecedores e outras contas a pagar	21	290	5	4	-	-	-
CPC 26.54(k)	IAS 1.54(k)	Receita diferida	25	1.424	1.462	-	-	-	-
CPC 26.55, 07.24	IAS 1.55, 20.24	Provisões	23	1.010	-	740	-	-	-
CPC 26.54(l)	IAS 1.54(l)	Passivo fiscal diferido	31(e)	549	406	323	-	-	-
CPC 26.54(o), 56	IAS 1.54(o), 56	Total do passivo não circulante⁵		26.105	21.357	22.561	-	-	-
	Patrimônio líquido								
CPC 26.54(r), 78 (e)	IAS 1.54(r), 78 (e)	Capital social		14.979	14.550	14.550	14.979	14.550	14.550
CPC 02.143		Reservas de capital		5.891	3.750	3.500	5.891	3.750	3.500
CPC 26.55, 78(e)	IAS 1.55, 78(e)	Reservas de lucros		19.843	13.626	8.471	19.843	13.626	8.471
		Ações em tesouraria		(269)	(280)	-	(269)	(280)	-
		Ajustes de avaliação patrimonial		1.408	739	332	1.408	739	332
		Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		41.852	32.385	26.853	41.852	32.385	26.853
CPC 26.54(q)	IAS 1.54(q)	Participação de não controladores	28	3.849	3.109	2.720	-	-	-
		Total do patrimônio líquido		45.701	35.494	29.573	41.852	32.385	26.853
		Total do passivo e patrimônio líquido		108.968	87.296	84.012	41.852	32.385	26.853

* Veja nota explicativa 8.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

Referência	Exercício findo em 31 de dezembro	Consolidado		Controladora		
		Nota	2017	2016	2017	2016
CPC26.10(b2), 81A	IAS 1.10(b), 81A	Em milhares de Reais				
CPC 26.10A(a)	IAS 1.81A(a)			Reapresentado*	Reapresentado*	
		Lucro líquido do exercício	7.937	6.103	7.413	5.736
		Outros Resultados Abrangentes (ORA)				
		Itens que não serão reclassificados para o resultado				
CPC 26.82A(a)(i)	IAS 1.82A(a)(i)	Reclassificação de imobilizado para propriedades para investimento - ajuste ao valor justo	19(f)	200	-	-
CPC 26.85	IAS 1.85	Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial - participação nos ORA		13	(3)	-
CPC 26.82A(b)(i)	IAS 1.82A(b)(i)	Remensuração do passivo de benefício definido (ativo)	33(b)	72	(15)	-
CPC 26.85	IAS 1.85	Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes ⁸	31(b)	(90)	5	-
CPC 26.91(b)	IAS 1.91(b)			195	(13)	-
		Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado				
CPC 26.82A(a)(ii)	IAS 1.82A(a)(ii)	Operações no exterior - diferenças cambiais na conversão		680	471	521
CPC 02.52(b)	IAS 21.52(b)	Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial - participação nos ORA		(172)	(166)	160
CPC 26.82A(b)(ii)	IAS 1.82A(b)(ii)	Reclassificação de diferenças de variação cambial por perda de influência significativa		(20)	-	-
CPC 26.92	IAS 1.92	Hedge de investimento líquido em operações no exterior - perda líquida		(3)	(8)	-
CPC 26.85	IAS 1.85	Hedge de fluxo de caixa - parcela efetiva das mudanças no valor justo		(62)	95	-
CPC 40.23(c)	IFRS 7.23(c)	Hedge de fluxo de caixa - reclassificação para o resultado ⁹		(31)	(11)	-
CPC 40.23(d), CPC 26.92	IFRS 7.23(d), IAS 1.92	Ativos financeiros disponíveis para venda - variação líquida no valor justo		199	118	-
CPC 40.20(a)(ii)	IFRS 7.20(a)(ii)	Ativos financeiros disponíveis para venda - reclassificação para o resultado ⁹		(64)	-	-
CPC 40.20(a)(ii), CPC 26.92	IFRS 7.20(a)(ii), IAS 1.92	Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes ⁸	31(b)	(14)	(67)	-
CPC 26.91(b)	IAS 1.91(b)			513	432	681
		Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de imposto de renda e contribuição social		708	419	681
CPC 26.81A(b)	IAS 1.81A(b)			8.645	6.522	8.094
CPC 26.81A(c)	IAS 1.81A(c)	Resultado abrangente total do exercício				6.133
		Resultado abrangente atribuível aos:				
CPC 26.81B (b)(ii)	IAS 1.81B (b)(ii)	Acionistas controladores		8.094	6.133	
CPC 26.81B (b)(i)	IAS 1.81B (b)(i)	Acionistas não controladores	28	551	389	
		Resultado abrangente total		8.645	6.522	

* Veja nota explicativa 8.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

- CPC 26.90-91 IAS 1.90-91 **8** O Grupo optou por apresentar os componentes individuais antes do imposto de renda e contribuição social relacionados, com um valor total apresentado para o imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado abrangente, e forneceu divulgações relacionadas ao imposto de renda e contribuição social sobre cada componente na Nota 31 (b). Alternativamente, uma entidade pode apresentar componentes individuais de ORA líquidos do imposto de renda e contribuição social relacionados diretamente nas demonstrações do resultado abrangente.
- CPC 26.94 IAS 1.94 **9** O Grupo optou por apresentar as reclassificações para o resultado do exercício de itens provenientes de ORA. Alternativamente, uma entidade pode apresentar esses ajustes nas notas explicativas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Referência	Exercício findo em 31 de dezembro de 2016	Atribuível aos acionistas controladores									
		Nota	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	<i>Em milhares de Reais</i>										
CPC 26.10(c), 29, 108, 113	IAS 1.10(c), 29, 108, 113										
	Saldo em 1º de janeiro de 2016, como previamente divulgado		14.550	3.500	8.414	-	332	-	26.796	2.720	29.516
CPC 26.106(b)	IAS 1.106(b)	8	-	-	57	-	-	-	57	-	57
	Saldo representado em 1º de janeiro de 2016		14.550	3.500	8.471	-	332	-	26.853	2.720	29.573
	Resultados abrangentes do exercício										
CPC 26.106 (d)(i)	IAS 1.106 (d)(i)		-	-	-	-	-	5.736	5.736	367	6.103
CPC 26.106(a)	IAS 1.106(a)		-	-	(10)	-	407	-	397	22	419
	Total de resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos		-	-	(10)	-	407	5.736	6.133	389	6.522
	Transações com acionistas e constituição de reservas										
CPC 26.106(d)(iii), 106A	IAS 1.106(d)(iii), 106A		-	-	287	-	-	(287)	-	-	-
	Retenção de lucros		-	-	4.878	-	-	(4.878)	-	-	-
	Ações próprias adquiridas ¹⁰	26 (b)	-	-	-	(280)	-	-	(280)	-	(280)
	Dividendos e juros sobre o capital próprio	26 (c)	-	-	-	-	-	(571)	(571)	-	(571)
	Transações com pagamento baseado em ações ¹¹	32	-	250	-	-	-	-	250	-	250
	Total das transações com acionistas e constituição de reservas		-	250	5.165	(280)	-	(5.736)	(601)	-	(601)
	Saldo representado em 31 de dezembro de 2016		14.550	3.750	13.626	(280)	739	-	32.385	3.109	35.494

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPC 39.33 IAS 32.33, Insights 7.3.480

¹⁰ As normas IFRS não impõem um método específico de como apresentar as ações em tesouraria dentro do patrimônio líquido. No entanto, a legislação local pode determinar seu método de alocação. Sendo assim, uma entidade precisa levar em consideração o seu ambiente legal ao escolher a forma de apresentar as ações em tesouraria no patrimônio líquido, e aplicá-la de forma consistente a todas as ações em tesouraria. O Grupo optou por apresentar o custo total das ações em tesouraria como uma categoria separada de patrimônio líquido.

Insights 4.5.900.30

¹¹ O CPC 10 / IFRS 2 não especifica se um aumento reconhecido no patrimônio líquido que tenha relação com uma transação de pagamento baseado em ações deveria ser apresentado como uma linha separada dentro do patrimônio líquido ou dentro de lucros acumulados. Em nosso entendimento, ambas as abordagens são permitidas. O Grupo optou por apresentar referido aumento em reservas de capital.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Referência	Exercício findo em 31 de dezembro de 2017	Atribuível aos acionistas controladores						Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido			
			Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial			Lucros acumulados	Total	
CPC 26.10(c), 29, 108, 113	IAS 1.10(c), 29, 108, 113	Em milhares de Reais	Nota									
		Saldo reapresentado em 31 de dezembro de 2016		14.550	3.750	13.626	(280)	739	- 32.385	3.109	35.494	
		Resultados abrangentes do período										
CPC 26.106(d)(i)	IAS 1.106(d)(i)	Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	7.413	7.413	524	7.937
CPC 26.106(a)	IAS 1.106(a)	Outros resultados abrangentes do exercício		-	-	20	-	661	-	681	27	708
		Total de resultados abrangentes do período, líquido de impostos		-	-	20	-	661	7.413	8.094	551	8.645
		Transações com acionistas e constituição de reservas										
		Contribuições, distribuições e constituição de reservas										
CPC 26.106(d)(iii)	IAS 1.106(d)(iii)	Emissão de ações ordinárias	26 (a)	390	1.160	-	-	-	-	1.550	-	1.550
		Emissão de ações ordinárias relacionada a combinação de negócios	3 (a)	24	63	120	-	-	-	207	-	207
		Emissão de notas conversíveis, líquidas de impostos	22(c), 31(c)	-	109	-	-	-	-	109	-	109
		Ações próprias vendidas ¹⁰	26 (b)	-	19	-	11	-	-	30	-	30
CPC 26.106(d)(iii), 106A	IAS 1.106(d)(iii), 106A	Constituição de reserva legal		-	-	357	-	-	(357)	-	-	-
		Retenção de lucros		-	-	5.813	-	-	(5.813)	-	-	-
		Dividendos e juros sobre o capital próprio	26 (c)	-	-	-	-	-	(1.243)	(1.243)	-	(1.243)
		Transações com pagamento baseado em ações ¹¹	32	-	755	-	-	-	-	755	-	755
		Opções de ações exercidas	26 (a)	15	35	-	-	-	-	50	-	50
		Total de contribuições, distribuições e constituição de reservas		429	2.141	6.290	11	-	(7.413)	1.458	-	1.458
		Mudanças na participação em controladas										
CPC 26.106(d)(iii)	IAS 1.106(d)(iii)	Aquisição de participação de não controladores sem mudança no controle	29	-	-	(93)	-	8	-	(85)	(115)	(200)
		Aquisição de controlada com participação de não-controladores	3	-	-	-	-	-	-	-	304	304
		Total das transações com acionistas e constituição de reservas		429	2.141	6.197	11	8	(7.413)	1.373	189	1.562
		Saldo em 31 de dezembro de 2017		14.979	5.891	19.843	(269)	1.408	- 41.852	3.849	45.701	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Referência	Exercício findo em 31 de dezembro	Consolidado		Controladora	
		2017	2016	2017	2016
	<i>Em milhares de Reais</i>	<i>Nota</i>			
	Fluxo de caixa das atividades operacionais¹²				
	Lucro líquido do exercício¹³		7.937	6.103*	7.413 5.736
	Ajustes para:				
	– Depreciação	19(a)	5.001	5.122	- -
	– Amortização	20(a)	785	795	- -
	– (Reversão de) perdas por redução ao valor recuperável do ativo imobilizado	19(a), (b)	(393)	1.123	- -
	– Perdas por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis	20(a), (c)	16	285	- -
	– Perdas por redução ao valor recuperável de ativos classificados como mantidos para venda	16(a)	35	-	- -
	– Mudanças no valor justo de ativos biológicos	15(a)	(587)	(28)	- -
	– Mudanças no valor justo de propriedades para investimento	18(a)	(20)	(60)	- -
	– Despesa de provisão para devedores duvidosos	37(b)	150	30	- -
	– Despesas financeiras líquidas	38	546	1.166	- -
	– Resultado da equivalência patrimonial, líquido de impostos	17	(1.141)	(587)	(7.300) (6.295)
	– Resultado na venda de ativo imobilizado	37(a)	(26)	(16)	- -
	– Ganho na venda de operação descontinuada, líquido de impostos	35	(516)	-	- -
	– Transações de pagamento baseado em ações, liquidável em ações	32	755	250	- -
	– Despesas de imposto de renda e contribuição social	31	3.346	2.476	- -
	– Outros		-	(2)	- -
			15.888	16.657	113 (559)
	Variações em:				
	– Estoques		(1.306)	(197)	- -
	– Contas a receber e outras contas a receber		(16.461)	(5.527)	- -
	– Pagamentos antecipados		870	(305)	- -
	– Contas a pagar e outros		6.622	(7.421)	- -
	– Provisões e benefícios a empregados		26	274	- -
	– Receita diferida	25	(29)	1.490	- -
	Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		5.610	4.971	113 (559)
	Juros pagos ^{14, 15}		(1.499)	(1.289)	- -
	Impostos pagos sobre o lucro		(400)	(1.913)	- -
	Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		3.711	1.769	113 (559)
	* Veja reapresentação na nota explicativa 8				

CPC 03.18–19 IAS 7.18–19 **12** Alternativamente, uma entidade pode apresentar os fluxos de caixa operacionais utilizando o método direto, divulgando as principais classes de recebimentos brutos e dos pagamentos relacionados à atividade operacional (vide Apêndice II). Caso a entidade use o método direto, o CPC 03.20A requer que uma conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais seja fornecida. A conciliação deve apresentar, separadamente, por categoria, os principais itens a serem conciliados, à semelhança do que é feito quando a entidade usa o método indireto. Esse requerimento não existe na IAS 7 emitida pelo IASB.

CPC 03.18, 20, IAS 7.18, 20, A **13** O Grupo optou por utilizar o lucro líquido como ponto de partida para apresentar os fluxos de caixa operacionais utilizando o método indireto. Este é o ponto de partida previsto no CPC 03 / IAS 7, muito embora o exemplo disponibilizado no anexo à norma seja iniciado com um valor diferente – ‘Lucro antes do imposto de renda e contribuição social’. Como o anexo é apenas ilustrativo, e portanto, não tem o mesmo status que a norma, consideramos mais apropriado seguir a norma.

Insights 2.3.50.38 **14** Na nossa visão, a entidade deve escolher uma política contábil, a ser aplicada de forma consistente, para classificar os fluxos de caixa relacionados a juros capitalizados pagos, como segue:

- como fluxo de caixa da atividade de investimento, considerando que os pagamentos em dinheiro para adquirir o ativo qualificável são refletidos como atividade de investimento; ou
- de forma consistente com os fluxos de caixa de juros que não são capitalizados (o que tem sido aplicado pelo Grupo).

O Grupo apresentou juros capitalizados de forma consistente com os fluxos de caixa de juros que não são capitalizados.

CPC 03.31 e 34A IAS 7.31 Insights 2.3.50.10-20 **15** As IFRS requerem que fluxos de caixa de juros e dividendos recebidos e pagos sejam divulgados separadamente. Na nossa visão, essa divulgação é necessária na própria demonstração dos fluxos de caixa, em vez das notas. Na ausência de orientação específica nas IFRS, a entidade elege uma política contábil, a ser aplicada de forma consistente, para classificar os juros e dividendos pagos como atividades operacionais ou de financiamento, e juros e dividendos recebidos como atividades operacionais ou de investimento. O CPC 03 encoraja fortemente as entidades a classificarem os juros (recebidos ou pagos) e os dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades operacionais, e os dividendos e juros sobre capital próprio pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento. Se uma alternativa diferente for seguida, é necessária nota explicativa evidenciando esse fato.

Demonstrações do valor adicionado

Referência	Exercício findo em 31 de dezembro	Consolidado		Controladora			
		Nota	2017	2016	2017	2016	
	<i>Em milhares de Reais</i>						
	Receitas (1)		122.646	113.768	-	-	
CPC 09.14	Vendas de mercadorias, produtos e serviços	36	121.241	113.172	-	-	
CPC 09.14	Outras receitas	37(a)	534	432	-	-	
CPC 09.14	Receitas relativas à construção de ativos próprios		1.021	194	-	-	
CPC 09.14	Provisão para devedores duvidosos	37(b)	(150)	(30)	-	-	
	Insumos adquiridos de terceiros (2)		69.535	68.022	266	137	
CPC 09.14	Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		33.554	36.747	-	-	
CPC 09.14	Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		36.323	29.867	266	137	
CPC 09.14	Perda / recuperação de valores ativos		(342)	1.408	-	-	
	Valor adicionado bruto (1) - (2) = (3)		53.111	45.746	(266)	(137)	
CPC 09.14	Depreciação e amortização (4)	7	5.786	5.917	-	-	
	Valor adicionado líquido produzido pela Companhia (3) - (4) = (5)		47.325	39.829	(266)	(137)	
	Valor adicionado recebido em transferência (6)		8.940	7.487	7.679	5.873	
CPC 09.14	Resultado da equivalência patrimonial	17	1.141	587	7.300	6.295	
CPC 09.14	Receitas financeiras	38	1.161	458	-	-	
CPC 09.14	Outras ¹⁷		6.638	6.442	379	(422)	
	Valor adicionado total a distribuir (5+6)		56.265	47.316	7.413	5.736	
	Distribuição do valor adicionado		56.265	47.316	7.413	5.736	
CPC 09.15	Pessoal	33(e)	22.154	19.439	-	-	
	Remuneração direta	33(e)	17.189	15.282	-	-	
	Benefícios		3.868	3.182	-	-	
	F.G.T.S.	33(e)	1.097	975	-	-	
CPC 09.15	Impostos, taxas e contribuições		23.118	20.179	-	-	
	Federais		16.338	14.095	-	-	
	Estaduais		5.558	4.961	-	-	
	Municipais		1.222	1.123	-	-	
CPC 09.15	Remuneração de capitais de terceiros		3.056	1.595	-	-	
	Juros	38	1.413	1.299	-	-	
	Aluguéis	37(c)	475	477	-	-	
	Outras		1.168	(181)	-	-	
CPC 09.15	Remuneração de capitais próprios		7.937	6.103	7.413	5.736	
	Dividendos e juros sobre o capital próprio	26(c)	1.243	571	1.243	571	
	Lucros retidos		6.170	5.165	6.170	5.165	
	Participação de não controladores nos lucros retidos		524	367	-	-	

17 O CPC 9 não prevê a forma de apresentação de resultados de operações descontinuadas. Com o intuito de isolar os montantes oriundos de tais operações em linha com o objetivo do pronunciamento CPC 31, o Grupo decidiu apresentar os resultados de operações descontinuadas em uma única linha, agrupando os saldos na linha de Outras na seção de Valores recebidos em transferência. No entanto, em nosso entendimento, os resultados de operações descontinuadas podem também ser apresentados de outras formas na DVA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Nota	Pg.	Nota	Pg.
Base de preparação		Benefícios a empregados	
1.	15	32.	116
2.	15	33.	119
3.	16		
4.	20	Desempenho do ano	
5.	20	34.	123
6.	20	35.	128
		36.	130
Políticas contábeis		37.	131
7.	22	38.	132
8.	22	39.	133
9.	24		
10.	41	Outras informações	
		40.	134
Ativos		41.	134
11.	52	42.	130
12.	52	43.	136
13.	53	44.	138
14.	53	45.	139
15.	54		
16.	57		
17.	58		
18.	62		
19.	64		
20.	67		
Passivos e Patrimônio Líquido			
21.	72		
22.	73		
23.	78		
24.	79		
25.	80		
26.	80		
27.	82		
28.	84		
29.	86		
Instrumentos financeiros			
30.	87		
Tributos sobre o lucro			
31.	109		

Notas explicativas às demonstrações financeiras¹⁸

CPC 26.10(e) IAS 1.10(e)

CPC 26.51(a)-(b),
138(a)-(b) IAS 1.51(a)-(b),
138(a)-(b)**1. Contexto Operacional**

A Companhia ABC (a “Companhia”) é uma “Holding”, constituída na forma de sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia é Rua X, 12, São Paulo. As demonstrações financeiras da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como ‘Grupo’). O Grupo está envolvido primariamente na fabricação de papel e produtos relacionados a papel, no cultivo de árvores e na venda de madeira (veja [nota explicativa 34](#)).

2. Relação de entidades controladas¹⁹

Veja política contábil na [nota explicativa 9\(a\)](#).

Segue abaixo lista das controladas relevantes do Grupo.

CPC 45.10(a),
12(a)-(b), CPC
05.13-14 IFRS 12.10(a),
12(a)-(b), IAS
24.13-14

	Participação acionária %		
	País	2017	2016
Baguette S/A	França	100	100
Mermaid A/S	Dinamarca	100	100
Papier GmbH	Alemanha	100	100
Lei Sure Limited	Romênia	100	100
Paper Pabus Co	Reino Unido	100	100
Hemy Payo Products N.V.	Holanda	100	100
Oy Kossu AG	Suíça	90	90
Papyrus Pty Limited	Estados Unidos	90	25
Swissolote AG	Suíça	75	60
Maple-leaf Inc	Canadá	45	45
Silver Fir S.A.	Espanha	48	48
Sloan Bio-Research	Reino Unido	-	-
MayCo	Estados Unidos	-	-

(a) Maple-leaf Inc e Silver Fir S.A.CPC 45.7(a), 9(b),
CPC 26.122 IFRS 12.7(a), 9(b),
IAS 1.122

Embora o Grupo possua participação de menos da metade do capital da Maple-leaf Inc e da Silver Fir SA e tenha menos da metade do seu poder de voto, a Administração determinou que o Grupo controla estas duas entidades. O Grupo controla a Maple-leaf Inc em função de um acordo com os demais acionistas; o Grupo tem o controle sobre a Silver Fir SA com base no poder de fato, pois os direitos de voto restantes na investida são muito dispersos e não há nenhuma indicação de que todos os demais acionistas exerçam os seus poderes de voto coletivamente.

CPC 26.113-
114 IAS 1.113-114

18 Notas são apresentadas, na medida do possível, em uma ordem sistemática e são referenciadas de/para as linhas das demonstrações primárias. Ao determinar uma forma sistemática de apresentação, uma entidade considera o efeito na compreensão e comparabilidade das demonstrações financeiras. O Grupo aplicou julgamento ao apresentar informações relacionadas de maneira agrupada, na forma que o Grupo considera mais relevante para a compreensão do seu desempenho e posição financeira. A ordem apresentada é somente ilustrativa e as entidades precisam adaptar a sequência das notas para suas circunstâncias específicas.

19 Exemplos adicionais de divulgações conforme CPC 45 / IFRS 12 encontram-se em nossa publicação [Guia para Demonstrações Financeiras Anuais – Suplemento CPC 45 \(IFRS 12\)](#).

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

2. Relação de entidades controladas (continuação)

(b) Sloan Bio-Research Co e MayCo

CPC 45.7(a), 9(b), 10(b)(ii) IFRS 12.7(a), 9(b), 10(b)(ii)

O Grupo não detém participações no capital de duas entidades estruturadas, Sloan Bio-Research Co e MayCo. No entanto, com base nos termos dos acordos sob os quais essas entidades foram estabelecidas, o Grupo recebe substancialmente todos os retornos relativos às suas operações e ativos líquidos (estas entidades executam atividades de pesquisa exclusivamente para o Grupo) e tem a capacidade atual de direcionar as atividades dessas entidades que afetam mais significativamente estes retornos. Devido às participações dos proprietários nestas entidades serem apresentadas como passivo do Grupo, não há participação de não controladores para essas entidades.

CPC 45.14 IFRS 12.14

A Companhia emitiu garantias a certos bancos relacionadas a linhas de crédito de R\$ 700 mil concedidas a estas entidades.

3. Aquisição de controladas

Veja política contábil na nota explicativa 9(a).

CPC 15.B64(a)-(c) IFRS 3.B64(a)-(c)

Em 31 de março de 2017, o Grupo obteve o controle da Papyrus, fabricante e distribuidora de papel e celulose, ao adquirir mais 65% das ações do capital votante dessa entidade. Como resultado, a participação acionária do Grupo na Papyrus aumentou de 25% para 90%. (Veja nota 17 b).

CPC 15.B64(d) IFRS 3.B64(d)

A aquisição de controle da Papyrus permitirá ao Grupo modernizar seu processo de produção por meio do acesso à tecnologia patenteada da Papyrus. Espera-se que a aquisição possibilite ao Grupo maior participação no mercado de papel padrão, através do acesso à base de clientes da Papyrus. O Grupo também espera reduzir seus custos por meio de economias de escala.

CPC 15.B64(q) IFRS 3.B64(q)

Nos nove meses findos em 31 de dezembro de 2017, a Papyrus contribuiu com uma receita de R\$ 20.409 mil e lucro de R\$ 425 mil às demonstrações financeiras consolidadas. Caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2016, a Administração estima que a receita consolidada seria de R\$ 107.091 mil e o lucro líquido consolidado seria de R\$ 8.128 mil. Para a determinação desses montantes, a Administração considerou que os ajustes de valor justo, determinados provisoriamente na data de aquisição, teriam sido os mesmos caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2017.

CPC 15.B64(f) IFRS 3.B64(f)

(a) Contraprestação transferida

A tabela a seguir resume o valor justo na data de aquisição dos itens mais relevantes da contraprestação transferida.

		<i>Nota</i>	
		<i>Em milhares de Reais</i>	
CPC 15.B64(f)(i), CPC 03.40(a)-(b), CPC 46.B64(f)(iv), CPC 03.43	IFRS 3.B64 (f)(i), IAS 7.40(a)-(b), IFRS 3.B64(f)(iv), IAS 7.43	Caixa	2.500
		Instrumentos patrimoniais (8.000 ações ordinárias)	26 (a)(i) 87
		Substituição do plano de pagamento baseado em ações	120
CPC 15.B64(f)(iii)	IFRS 3.B64(f)(iii)	Contraprestação contingente	30 (b)(iii) 250
		Liquidação de relação pré-existente	37 (b) (326)
		Total da contraprestação transferida	2.631

(i) Instrumentos patrimoniais emitidos

CPC 15.B64(f)(iv) IFRS 3.B64(f)(iv)

O valor justo dos instrumentos patrimoniais emitidos (ações ordinárias) foi baseado na cotação das ações da Companhia na bolsa em 31 de março de 2017 de R\$ 10,88 por ação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

3. Aquisição de controladas (continuação)**(a) Contraprestação transferida (continuação)****(ii) Substituição do plano de pagamento baseado em ações**

CPC 15.B64(I)

IFRS 3.B64(I)

De acordo com os termos e condições do contrato de aquisição, o Grupo substituiu o plano de pagamento baseado em ações, liquidável em ações, mantido pelos funcionários da Papyrus (plano da companhia adquirida) por um plano de pagamento baseado em ações, também liquidável em ações, do Grupo (novo plano). Detalhes do plano da companhia adquirida e do novo plano seguem abaixo:

	Plano da adquirida	Novo plano
Termos e condições	Concedido em: 1º de abril de 2016 Data de aquisição do direito: 31 de março de 2020 Condição de serviço	Data de aquisição do direito: 31 de março de 2020 Condição de serviço
Valor justo na data de aquisição	R\$ 527 mil	R\$ 571 mil

CPC 15.64(I)

IFRS 3.64(I)

O valor líquido do novo plano é R\$ 520 mil, levando-se em consideração uma perda de direito estimada de 9%. A contraprestação transferida na combinação de negócios incluiu um montante de R\$ 120 mil transferido aos funcionários da Papyrus quando da substituição do plano, o qual se refere a serviços passados. A diferença de R\$ 400 mil será reconhecida como custo de remuneração por serviços pós-aquisição. Para detalhes adicionais sobre o novo plano, veja [nota explicativa 32](#).

(iii) Contraprestação contingenteCPC 15.B64(g),
B67(b)IFRS 3.B64(g),
B67(b)

O Grupo concordou em pagar aos acionistas vendedores um valor adicional de R\$ 600 mil dentro de um prazo de 3 anos, caso o Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA) acumulado da companhia adquirida, nos próximos três anos, exceda R\$ 10 milhões. O Grupo registrou R\$ 250 mil como contraprestação contingente relacionada ao pagamento adicional, que representa o seu valor justo na data de aquisição. Em 31 de dezembro de 2017 o valor justo da contraprestação contingente era de R\$ 270 mil (veja [nota explicativa 21](#)).

(iv) Liquidação de relação pré-existente

CPC 15.B64(I)

IFRS 3.B64(I)

Antes da aquisição, o Grupo e a Papyrus eram parte de um contrato de fornecimento de longo prazo no qual a Papyrus fornecia madeira ao Grupo a um preço fixo. O contrato possuía uma cláusula que permitia ao Grupo encerrar o contrato antes do término pagando uma multa de R\$ 326 mil à Papyrus. Esta relação pré-existente foi encerrada efetivamente quando o Grupo adquiriu a Papyrus.

O Grupo registra R\$ 326 mil como contraprestação transferida no encerramento do contrato de fornecimento com a Papyrus, e este montante foi reconhecido na demonstração de resultados como 'Outras despesas operacionais' (veja [nota explicativa 37 \(b\)](#)). Este valor é o menor entre a multa rescisória e o valor do 'elemento de condições fora-de-mercado' do contrato. O valor justo do contrato na data de aquisição era de R\$ 600 mil, dos quais R\$ 400 mil se referiam ao preço desfavorável ao Grupo em relação aos preços do mercado atual.

(b) Custos de aquisição

CPC 15.B64(I)-(m)

IFRS 3.B64(I)-(m)

O Grupo incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de R\$ 50 mil referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Os honorários advocatícios e os custos de *due diligence* foram registrados como 'Despesas administrativas' na demonstração de resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

3. Aquisição de controladas (continuação)CPC 15.B64(i), IFRS 3.B64(i),
CPC 03.40(a)-(d) IAS 7.40(a)-(d)**(c) Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos**

A tabela abaixo resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição.

	<i>Em milhares de Reais</i>	Nota	
CPC 03.40(c) IAS 7.40(c)	Caixa e equivalentes de caixa		375
CPC 15.B64(h)(i) IFRS 3.B64(h)(i)	Contas a receber de clientes		848
	Estoques		825
	Imobilizado	19	1.955
	Intangível	20	250
	Fornecedores e outras contas a pagar		(460)
	Empréstimos e financiamentos		(500)
	Passivos contingentes	23	(20)
	Provisão para restauração de localidades	23	(150)
	Passivo fiscal diferido	31(e)	(79)
	Total dos ativos identificáveis, líquido		3.044

CPC 15.61 IFRS 3.61

(i) Mensuração de valor justo²⁰

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

Ativos adquiridos Técnica de avaliação

Imobilizado	Técnica de comparação de mercado e técnica de custo: o modelo de avaliação considera os preços de mercado para itens semelhantes, quando disponível, e o custo de reposição depreciado, quando apropriado. O custo de reposição depreciado reflete ajustes de deterioração física, bem como a obsolescência funcional e econômica.
Intangível	Método <i>relief-from-royalty</i> e método <i>multi-period excess earnings</i> : o método <i>relief-from-royalty</i> considera os pagamentos descontados de royalties estimados que deverão ser evitados como resultado das patentes ou marcas adquiridas. O método <i>multi-period excess earnings</i> considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados pelas relações com clientes, excluindo qualquer fluxo de caixa relacionado com ativos contributórios.
Estoques	Técnica de comparação de mercado: o valor justo é determinado com base no preço estimado de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e venda e numa margem de lucro razoável com base no esforço necessário para concluir e vender os estoques.

CPC 15.B64 IFRS 3.B64(h)(ii)-
(h)(ii)-B64(h)(iii) B64(h)(iii)

O "Contas a receber de clientes" é composto por montantes contratuais brutos devidos de R\$ 900 mil, dos quais R\$ 52 mil são estimados como não recuperáveis na data de aquisição.

Mensuração a valor justo efetuada em bases provisórias

Os seguintes valores foram mensurados em bases provisórias:

- O valor justo de ativos intangíveis da Papyrus (tecnologia patenteada e relacionamentos com clientes) foi determinado provisoriamente pendente de conclusão de uma avaliação independente.

CPC 15.B67(a), IFRS 3.B67(a),
CPC 26.125 IAS 1.125

IFRS 13.BC184 20 O Grupo divulgou informações sobre a mensuração do valor justo dos ativos adquiridos em uma combinação de negócios, pois os usuários podem achar essa informação útil. No entanto, as exigências de divulgação da IFRS 13 não se aplicam ao valor justo desses ativos se eles são subsequentemente mensurados a outro valor que não ao valor justo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

3. Aquisição de controladas (continuação)

CPC 15.B64(i), IFRS 3.B64(i),
CPC 03.40(a)-(d) IAS 7.40(a)-(d)

(c) Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos (continuação)

(i) Mensuração a valor justo efetuada em bases provisórias (continuação)

- A Papyrus está se defendendo em um processo judicial movido por um cliente que alega que a Papyrus forneceu produtos com defeito. A avaliação da administração, com base na sua interpretação do contrato de venda com o cliente e na avaliação de seu consultor jurídico independente, é que, apesar da existência de obrigação legal, o processo do cliente tem pouco fundamento e uma saída de recursos não é provável para encerrar a disputa. A avaliação da administração do valor justo deste passivo contingente, levando em conta os possíveis resultados do processo judicial, é de R\$ 20 mil (veja *nota explicativa 24*).
- As operações da Papyrus estão sujeitas a regulamentações ambientais específicas. O Grupo conduziu uma avaliação preliminar da provisão para restauração de algumas localidades decorrente da referida regulamentação, e reconheceu um montante provisório. No entanto, o Grupo vai continuar revisando esses assuntos durante o período de mensuração.

Se novas informações obtidas dentro do prazo de um ano, a contar da data da aquisição, sobre fatos e circunstâncias que existiam na data da aquisição, indicarem ajustes nos valores mencionados acima, ou qualquer provisão adicional que existia na data de aquisição, a contabilização da aquisição será revista.

(d) Ágio

O ágio reconhecido como resultado da aquisição foi determinado conforme segue:

<i>Em milhares de reais</i>		Nota	
	Contraprestação transferida	<i>(a)</i>	2.631
CPC 15.B64(o)(i) IFRS 3.B64(o)(i)	Participação dos acionistas não controladores, baseado na participação proporcional nos ativos e passivos reconhecidos da adquirida		304
	Valor justo da participação societária detida anteriormente na adquirida		650
CPC 15.B64(p)(i) IFRS 3.B64(p)(i)	Valor justo dos ativos líquidos identificáveis	<i>(c)</i>	(3.044)
	Ágio	<i>20 (a)</i>	541
CPC 15.B64(p)(ii) IFRS 3.B64(p)(ii)	A avaliação a valor justo da participação pré-existente de 25% na entidade adquirida resultou em um ganho de R\$ 250 mil (R\$ 650 mil menos R\$ 420 mil referente ao valor contábil do investimento avaliado pela equivalência patrimonial na data de aquisição, mais R\$ 20 mil referente ao ajuste acumulado de conversão reclassificado para o resultado). Esse montante foi reconhecido como 'Receita financeira' na demonstração do resultado (veja <i>nota explicativa 38</i>).		
CPC 15.B64(e), IFRS 3.B64(e), B64(k) B64(k)	O ágio é atribuído principalmente às habilidades e ao talento técnico da força de trabalho da Papyrus e às sinergias esperadas na integração da entidade ao negócio existente de papel padrão do Grupo. O ágio reconhecido não tem expectativa de ser dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.		

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

4. Base de preparação**Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)**CPC 26.16, IAS 1.16, 112(a)
112(a)

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP.²¹

CPC 24.17 IAS 10.17

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 15 de abril de 2017. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na [nota explicativa 9](#).

OCPC 07.38

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

5. Moeda funcional e moeda de apresentação

CPC 26.51(d)-(e) IAS 1.51(d)-(e)

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

6. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) Julgamentos

CPC 26.122 IAS 1.122

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- [Nota explicativa 2\(a\)](#) - consolidação: determinação se o Grupo detém de fato controle sobre uma investida;
- [Nota explicativa 22\(e\)](#) - arrendamento: determinação se um contrato contém um arrendamento;
- [Nota explicativa 36](#) - receita de comissão: determinação se o Grupo atua como agente na transação ou como principal; e
- [Nota explicativa 41\(a\)](#) - classificação de arrendamento mercantil.

²¹ Em certas circunstâncias as demonstrações financeiras individuais de uma entidade podem ser elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) (*dual compliance*). Esta abordagem pode ser possível porque o uso do método de equivalência patrimonial para investimentos em controladas, coligadas e em empreendimento controlado em conjunto nas demonstrações separadas passou a ser reconhecido para fins das IFRS e, portanto, deixou-se de existir uma diferença relevante de prática contábil entre as demonstrações financeiras individuais (BR GAAP) e demonstrações separadas (IFRS). No entanto, muito embora tenha ocorrido a harmonização com a aceitação da equivalência patrimonial na avaliação de investimentos em demonstrações separadas em IFRS, outras diferenças poderão surgir na aplicação prática. Portanto, uma análise e avaliação detalhada deverá ser executada pelas entidades antes da declaração de conformidade com o *dual compliance*.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

6. Uso de estimativas e julgamentos (continuação)

(b) Incertezas sobre premissas e estimativas

CPC 26.125,
129-130 IAS 1.125, 129-
130

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 33 - mensuração de obrigações de benefícios definidos: principais premissas atuariais;
- Nota explicativa 31(h) - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota explicativa 15 (b) - determinação do valor justo dos ativos biológicos com base em dados não observáveis significativos;
- Nota explicativa 16 (d) - determinação do valor justo menos custos de venda do grupo, de ativos mantidos para venda com base em dados não observáveis significativos;
- Nota explicativa 20 (c) - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;
- Notas explicativas 23 e 24 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- Nota explicativa 3(a), (c) - aquisição de controlada: valor justo da consideração transferida (incluindo contraprestação contingente) e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, mensurados em base provisória.

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

CPC 46.93(g) IFRS 13.93(g)

O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas para o Comitê de Auditoria do Grupo.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

CPC 46.95 IFRS 13.95

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

6. Uso de estimativas e julgamentos (continuação)**(b) Incertezas sobre premissas e estimativas (continuação)****(i) Mensuração do valor justo (continuação)**

- Nota explicativa 32(b) - transações de pagamento baseado em ações;²²
- Nota explicativa 15(b) - ativos biológicos;
- Nota explicativa 16(d) - grupo de ativos mantidos para venda;
- Nota explicativa 18(b) - propriedade para investimento;
- Nota explicativa 30(b) - instrumentos financeiros; e
- Nota explicativa 3(c) - aquisição de negócio.²³

7. Base de mensuraçãoCPC 26.112(a),
117(a) IAS 1.112(a),
117(a)

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;
- os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;
- os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo valor justo;
- pagamentos contingentes assumidos em uma combinação de negócio são mensurados pelo valor justo;
- os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos o custo de venda;
- as propriedades para investimento são mensuradas pelo valor justo;
- os passivos para transações de pagamento baseado em ações liquidadas em dinheiro são mensurados pelo valor justo;
- o ativo ou passivo líquido de benefício definido é reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido do valor presente da obrigação do benefício definido, e é limitado conforme explicado na nota explicativa 9(e), (iv).

8. Retificação de erros²⁴

CPC 23.49 IAS 8.49

Durante o exercício de 2017, o Grupo identificou que despesas de manutenção foram erroneamente duplicadas nas suas demonstrações financeiras desde o exercício findo em 2015.

Consequentemente, as despesas de manutenção e os passivos relacionados foram apresentados a maior. Os erros foram corrigidos pela reapresentação dos valores correspondentes nos exercícios anteriores afetados.

A tabela a seguir resume os impactos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

(i) Balanço patrimonial consolidado

CPC 23.49, IAS 8.49,

1º de janeiro de 2016

<i>Em milhares de Reais</i>	Impactos da retificação de erros		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Total de ativos	84.012	-	84.012
Fornecedores e outras contas a pagar (circulante)	(28.339)	85	(28.254)
Passivo fiscal diferido	(295)	(28)	(323)
Outros	(25.862)	-	(25.862)
Total de passivos	(54.496)	57	(54.439)
Reserva de lucros	(8.414)	(57)	(8.471)
Outros	(21.102)	-	(21.102)
Total do patrimônio líquido	(29.516)	(57)	(29.573)

CPC 46.6(a) IFRS 13.6(a)

22 O Grupo incluiu na lista acima a referência às divulgações sobre mensuração do valor justo para transações de pagamento baseado em ações. No entanto, os requisitos de mensuração e divulgação do CPC 46 / IFRS 13 não se aplicam a essas transações.

IFRS 13.BC184

23 O Grupo divulgou informações sobre mensuração do valor justo dos ativos adquiridos em uma combinação de negócios, pois os usuários podem achar essa informação útil. No entanto, as exigências de divulgação do CPC 46 / IFRS 13 não se aplicam ao valor justo desses ativos se eles são subsequentemente mensurados a outro valor que não o valor justo.

CPC 23.49 IAS 8.49

24 O Grupo divulgou a natureza do erro do período anterior e o montante do ajuste para cada rubrica afetada nas demonstrações financeiras, conforme exigido pela CPC 23 / IAS 8 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

8. Retificação de erros (continuação)**(i) Balanço patrimonial consolidado (continuação)**

31 de dezembro de 2016	Impactos da retificação de erros		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
<i>Em milhares de Reais</i>			
Total de ativos	87.296	-	87.296
Fornecedores e outras contas a pagar (circulante)	(20.924)	96	(20.828)
Passivo fiscal diferido	(374)	(32)	(406)
Outros	(30.568)	-	(30.568)
Total de passivos	(51.866)	64	(51.802)
Reserva de lucros	(13.809)	(64)	(13.873)
Outros	(21.621)	-	(21.621)
Total do patrimônio líquido	(35.430)	(64)	(35.494)

CPC 23.49

IAS 8.49

(ii) Demonstrações consolidadas do resultado e resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016	Impactos da retificação de erros		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
<i>Em milhares de Reais</i>			
Despesas administrativas	(14.439)	11	(14.428)
Imposto de renda	(2.516)	(4)	(2.520)
Outros	23.051	-	23.051
Lucro líquido	6.096	7	6.103
Total do resultado abrangente	6.515	7	6.522

Não há nenhum impacto material sobre o lucro líquido por ação básico ou diluído do Grupo e nenhum impacto nas atividades operacionais, de investimento e financiamento nos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

9. Principais políticas contábeis²⁵

CPC 26.112(a), IAS 1 112(a),
116 117(b), 119- 116 117(b), 119-
121 121

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

CPC 31.34 IFRS 5.34
CPC 26.41 IAS 1.41

Certos montantes comparativos nas demonstrações do resultado e do resultado abrangente foram atualizados, reclassificados ou reapresentados, seja como resultado de uma retificação de erros (veja [nota explicativa 8](#)) ou como uma mudança na classificação de certas despesas de depreciação durante o exercício corrente (veja [nota explicativa 19 \(h\)](#)), ou como resultado de uma operação descontinuada durante o exercício corrente (veja [nota explicativa 35](#)).

Abaixo apresentamos um índice das principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas páginas correspondentes.

(a) Base de consolidação	25
(b) Moeda estrangeira	26
(c) Operação descontinuada	27
(d) Receita operacional	28
(e) Benefícios a empregados	29
(f) Subvenção e assistência governamentais	30
(g) Receitas financeiras e despesas financeiras	30
(h) Imposto de renda e contribuição social	31
(i) Ativos biológicos	32
(j) Estoques	32
(k) Imobilizado	32
(l) Ativos intangíveis e ágio	33
(m) Propriedade para investimento	33
(n) Obras em andamento	34
(o) Ativos mantidos para venda	34
(p) Instrumentos financeiros	34
(q) Capital social	36
(r) Instrumentos financeiros compostos	37
(s) Redução ao valor recuperável (<i>Impairment</i>)	37
(t) Provisões	39
(u) Arrendamentos	40
(v) Demonstrações de valor adicionado	40
(w) Mensuração do valor justo	40

25 As políticas contábeis nessas demonstrações financeiras ilustrativas refletem as circunstâncias do Grupo, descrevendo apenas políticas específicas que são relevantes para o entendimento das demonstrações financeiras do Grupo. Por exemplo, a política contábil para ações preferenciais ([nota explicativa 9 \(q\)\(ii\)](#)) não tem o objetivo de ser uma descrição completa da classificação desse tipo de instrumento. Esses exemplos de políticas contábeis não devem ser utilizados como uma interpretação integral dos CPCs / IFRSs e não devem ser utilizados como um substituto para a análise dos próprios pronunciamentos e interpretações. Para ajudá-lo a identificar certos requerimentos dos CPCs / IFRSs, referências para os requerimentos de reconhecimento e mensuração dos CPCs / IFRSs que são relevantes para a aplicação de determinada política contábil foram incluídas e estão indicadas entre chaves – por exemplo [CPC 15.19 / IFRS 3.19].

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

9. Principais políticas contábeis (continuação)**(a) Base de consolidação****(i) Combinações de negócios**

CPC 15.4, 32, 34, 53 IFRS 3.4, 32, 34,53

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o Grupo (veja (a) (iii)). A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável (veja (s)(ii)). Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio (veja (p)).

CPC 15.B52 IFRS 3.B52

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

CPC 15.58 IFRS 3.58

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

CPC 15.30, B57-61 IFRS 3.30, B57-61

Se os planos de pagamento baseado em ações detidos pelos funcionários da adquirida precisam ser substituídos (substituição de planos), todo ou parte do novo montante do plano de substituição emitido pelo adquirente é incluído na mensuração da contraprestação transferida na combinação de negócios. Essa determinação é baseada no valor de mercado do plano de substituição comparado com o valor de mercado do plano de pagamento baseado em ações da adquirida e na medida em que esse plano de substituição se refere a serviços prestados antes da combinação.

(ii) Controladas

CPC 36.6, 20 IFRS 10.6, 20

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(iii) Participação de acionistas não-controladores

CPC 15.19 IFRS 3.19

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.²⁶

CPC 36.23, B96 IFRS 10.23, B96

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iv) Perda de controle

CPC 36.25, B98-99 IFRS 10.25, B98-99

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

CPC 15.19 IFRS 3.19

26 Uma entidade pode escolher em cada combinação de negócios se irá mensurar a participação dos não-controladores pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida ou pelo valor justo. O Grupo elegeu utilizar a primeira forma de mensuração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

9. Principais políticas contábeis (continuação)

(a) Base de consolidação (continuação)

(v) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial²⁷

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

CPC 19.15-16 IFRS 11.15-16
CPC 18.3 IAS 28.3

As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

CPC 18.38-39 IAS 28.38-39

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(vi) Transações eliminadas na consolidação

CPC 36.B86(c) IFRS 10.B86(c)
CPC 18.28 IAS 28.28

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida²⁸. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

(b) Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

CPC 02.21 IAS 21.21

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

CPC 02.23 IAS 21.23

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

CPC 38.95(a), IAS 39.95 (a),
102(a), AG 83 102 (a), AG 83

No entanto, as diferenças cambiais resultantes da reconversão dos itens listados abaixo são reconhecidas em outros resultados abrangentes:

- instrumentos financeiros disponíveis para venda (exceto no caso de redução ao valor recuperável no qual as diferenças cambiais reconhecidas em outros resultados abrangentes são transferidas para o resultado);
- passivo financeiro designado como *hedge* do investimento líquido em uma operação no exterior, na extensão em que o *hedge* é efetivo (veja (iii)); e
- um *hedge* de fluxos de caixa qualificado e efetivo.

Insights
5.10.140.150

27 Apesar de não exemplificado, as coligadas de uma entidade podem ter políticas contábeis para itens que não se aplicam às demonstrações financeiras consolidadas. Na nossa visão, essa informação deve ser incluída na política contábil de investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial se for necessária para o entendimento dos resultados contabilizados ou do valor contábil dos investimentos contabilizado pelo método da equivalência patrimonial.

Insights
3.5.430.30

28 Os CPCs / IFRSs não especificam o item contra o qual ganhos e prejuízos não realizados decorrentes de transações com investidas contabilizadas por equivalência patrimonial devem ser eliminados (exemplo: contra o investimento ou contra o ativo objeto da transação, por exemplo, estoques). Em nosso entendimento, as duas abordagens são aceitáveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

9. Principais políticas contábeis (continuação)**(b) Moeda estrangeira (continuação)****(ii) Operações no exterior**

CPC 02.39 IAS 21.39

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

CPC 36.B94 IFRS 10.B94
CPC 02.41 IAS 21.41

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

CPC 02.48-48 D IAS 21.48-48 D

Quando uma operação no exterior (controlada, coligada ou entidade controlada em conjunto) é alienada, o valor acumulado em conta de ajuste de avaliação patrimonial é reclassificado para o resultado como parte do resultado na alienação. Quando a alienação é de apenas uma parte do investimento de uma controlada que inclua uma operação no exterior, de forma que o controle seja mantido, a parcela correspondente de tal valor acumulado é reatribuída à participação dos acionistas não controladores. Em quaisquer outras alienações parciais de operação no exterior, a parcela correspondente à alienação é reclassificada para o resultado.

(iii) Hedge de investimento líquido em operação estrangeira

O Grupo utiliza a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as diferenças de moedas estrangeiras entre a moeda funcional da operação no exterior e a moeda funcional da controladora (Real).

CPC 38.102 IAS 39.102

Dentro da efetividade do *hedge*, diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão de um passivo financeiro designado como *hedge* de um investimento líquido em uma operação estrangeira são reconhecidas em outros resultados abrangentes, sendo acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Para a parte do *hedge* que não seja efetiva, tais diferenças são reconhecidas no resultado. Quando o investimento líquido que foi objeto de *hedge* é alienado, a parcela correspondente mantida na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido é reclassificada para o resultado como parte do ganho ou perda na alienação.

(c) Operação descontinuada

CPC 31.32 IFRS 5.32

Uma operação descontinuada é um componente de um negócio do Grupo que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto do Grupo e que:

- representa uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações;
- é parte de um plano individual coordenado para venda de uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações; ou
- é uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda.

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes.

CPC 31.34 IFRS 5.34

Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações do resultado e do resultado abrangente comparativas são rerepresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

9. Principais políticas contábeis (continuação)

(d) Receita operacional

(i) Venda de bens

CPC 30.14, CPC 30.35(a) IAS 18.14, IAS 18.35(a)

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para o Grupo, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

CPC 30.15-16 IAS 18.15-16

O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. Para venda de madeira e papel, a transferência normalmente ocorre quando o produto é entregue no armazém do cliente; entretanto, para alguns embarques internacionais, a transferência ocorre mediante o carregamento das mercadorias no respectivo navio localizado no porto. Geralmente, o comprador não tem direito de devolução para tais produtos. Para a venda de gado, a transferência ocorre mediante o recebimento do gado pelo cliente.

Programas de fidelidade

CPC 30.13 IAS 18.13
CPC 30.6-7 IFRIC 13.6-7
(Interpretação A)

A receita é alocada entre o programa de fidelidade e os outros componentes da venda. O valor alocado ao programa de fidelidade é diferido e a receita é reconhecida somente quando o Grupo tenha cumprido suas obrigações de fornecer os produtos com desconto ou quando não é mais considerado provável que os pontos do programa serão resgatados.

(ii) Prestação de serviços

O Grupo está envolvido na gestão de recursos florestais e na realização de serviços relacionados. Quando serviços incluídos em um mesmo acordo são prestados em períodos diferentes, a receita é alocada com base nos valores justos relativos de cada serviço.

CPC 30.20 IAS 18.20
CPC 30.35(a) IAS 18.35(a)

O Grupo reconhece a receita com a prestação de serviços com base no estágio de conclusão do serviço. O estágio de conclusão é avaliado com base no percentual de execução dos trabalhos.

(iii) Comissões

CPC 30.8 IAS 18.8

Quando o Grupo atua como agente ao invés de principal em uma transação, a receita reconhecida é o valor líquido da comissão recebida pelo Grupo.

(iv) Contratos de construção

A receita de contratos de construção resulta do desenvolvimento de unidades de armazenamento e depósitos para alguns dos clientes do Grupo no segmento de produtos florestais. Tais unidades de armazenamento e depósitos são construídas com base em contratos especificamente negociados com os clientes.

CPC 17.11 IAS 11.11
CPC 17.39(b) IAS 11.39(b)

A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de quaisquer variações decorrentes de solicitações adicionais do cliente, pleitos e pagamentos de incentivos contratuais, na medida em que seja provável que elas irão resultar em receita e possam ser mensuradas de forma confiável.

CPC 17.22, 32 IAS 11.22, 32
CPC 17.39(c) IAS 11.39(c)

Quando o resultado de um contrato de construção pode ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na proporção do estágio de conclusão do contrato. O estágio de conclusão é avaliado com base no percentual de trabalhos realizados. Quando o resultado não pode ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida apenas na extensão dos custos incorridos que são prováveis de serem recuperados.

CPC 17.27, 36 IAS 11.27, 36

As despesas do contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade futura do contrato. As perdas esperadas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado.

(v) Receita de aluguel de propriedade para investimento

CPC 06.50 IAS 17.50

A receita de aluguel de propriedade para investimento é reconhecida como receita pelo método linear durante o prazo do arrendamento. Incentivos de arrendamento concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de aluguéis, pelo período do arrendamento. A receita de aluguel de outras propriedades é reconhecida como 'Outras Receitas'.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

9. Principais políticas contábeis (continuação)

(e) Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

CPC 33.11 IAS 19.11

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Acordos de pagamento baseado em ações

CPC 10.14-15, 19-21, 21 A IFRS 2.14-15, 19-21, 21 A

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (vesting date). Para os prêmios de pagamento baseado em ações que não contenham condições de aquisição (non-vesting conditions), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

CPC 10.30.32 IFRS 2.30, 32

O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que são liquidados em caixa, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é remensurado a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal.

(iii) Planos de contribuição definida

CPC 33.28.51 IAS 19.28, 51

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

(iv) Planos de benefício definido

CPC 33.57, 83 IAS 19.57, 83

A obrigação líquida do Grupo para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

CPC 33.63-64 IAS 19.63-64 IFRIC 14.23-24

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para o Grupo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis.

CPC 33.122, 127-130 IAS 19.122, 127-130

Remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. O Grupo determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período multiplicando o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido, ambos conforme determinados no início do período a que se referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

9. Principais políticas contábeis (continuação)

(e) Benefícios a empregados (continuação)

(iv) Planos de benefício definido (continuação)

CPC 33.103, 109-110 IAS 19.103, 109-110

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. O Grupo reconhece ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre.

(v) Outros benefícios de longo prazo a empregados

CPC 33.155-156 IAS 19.155-156

A obrigação líquida do Grupo em relação a outros benefícios de longo prazo a empregados é o valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Remensurações são reconhecidas no resultado do período.

(vi) Benefícios de término de vínculo empregatício

CPC 33.165 IAS 19.165

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando o Grupo não pode mais retirar a oferta desses benefícios e quando o Grupo reconhece os custos de uma reestruturação. Caso pagamentos sejam liquidados depois de 12 meses da data do balanço, então eles são descontados aos seus valores presentes.

(f) Subvenção e assistência governamentais

CPC 07.39(a) IAS 20.39(a)
CPC 07.7, 26 IAS 20.7,26
CPC 29.34-35 IAS 41.34-35

Uma subvenção governamental incondicional relacionada a um ativo biológico é reconhecida no resultado como 'Outras Receitas' quando a subvenção se torna recebível. Outras subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receitas diferidas pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que o Grupo irá cumprir as condições associadas com a subvenção e são posteriormente reconhecidas no resultado como 'Outras Receitas', em uma base sistemática ao longo da vida útil do ativo.

As subvenções que visam compensar o Grupo por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como 'Outras Receitas' em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são registradas.

(g) Receitas financeiras e despesas financeiras²⁹

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros;
- receita de dividendos;
- dividendos de ações preferenciais emitidas classificadas como passivo financeiro;
- ganhos/perdas líquidos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda;
- ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- ganhos na reavaliação a valor justo da participação pré-existente em uma companhia adquirida em uma combinação de negócio;
- perdas de valor justo em contraprestação contingente classificada como passivo financeiro;
- perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros (que não contam a receber);
- ganhos/perdas líquidos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado; e
- reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito do Grupo de receber o pagamento é estabelecido.

CPC 03.34A

O Grupo classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

9. Principais políticas contábeis (continuação)

(h) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

CPC 32.58 IAS 12.58

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, são contabilizados de acordo com o CPC 25 / IAS 37 *Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes* ³⁰

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

CPC 32.2, 12, 46 IAS 12.2, 12, 46

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

CPC 32.71 IAS 12.71

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

CPC 32.15, 24, 39, 44 IAS 12.15, 24, 39, 44

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

CPC 32.56 IAS 12.56

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente. ³¹

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Insights
3.13.660.70

30 Os juros e multas relacionados ao imposto de renda e contribuição social não estão explicitamente incluídos no âmbito do CPC 32 / IAS 12. Em nossa visão, se, e somente se, uma exposição fiscal estiver presente, uma entidade deve escolher uma política contábil a ser aplicada de forma consistente, para contabilizar tais juros e multas de acordo com o CPC 32 / IAS 12 ou CPC 25 / IAS 37.

Insights
3.13.110.20-50,
330.50-60,
360.35 e 80-120

31 A política contábil do Grupo para determinar o valor dos lucros tributáveis futuros para o reconhecimento de ativos fiscais diferidos já era consistente com o Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas - Alterações ao CPC 32 / IAS 12, vigente para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2017. Portanto, não houve alterações nesta política contábil durante o exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

9. Principais políticas contábeis (continuação)

(h) Imposto de renda e contribuição social (continuação)

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido (continuação)

CPC 32.47 IAS 12.47 Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

CPC 32.51, 51C IAS 12.51, 51C A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(i) Ativos biológicos

CPC 29.12, 13 IAS 41.12, 13 Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos dos custos de venda, sendo que quaisquer alterações são reconhecidas no resultado.

(j) Estoques

CPC 16.36(a) IAS 2.36(a)
CPC 16.9, 25 IAS 2.9, 25 Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio primeiro-a-entrar-primeiro-a-sair (PEPS). No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade normal de operação.

CPC 16.20 IAS 2.20 O custo da madeira transferida de ativos biológicos é seu valor justo menos as despesas de venda apurados na data do corte.

(k) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

CPC 27.73(a) IAS 16.73(a)
CPC 27.30 IAS 16.30 Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição do Grupo para os CPCs (IFRS) foi determinada com base em seu valor justo naquela data.³²

CPC 27.45 IAS 16.45 Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

CPC 27.41, 71 IAS 16.41, 71 Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

CPC 27.13 IAS 16.13 Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) Depreciação

CPC 27.73(b) IAS 16.73(b)
CPC 27.53, 58, IAS 16.53, 58,
60 60 A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

CPC 27.73(c) IAS 16.73(c) As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

- Edifícios **40 anos**
- Máquinas e equipamentos **3-12 anos**
- Móveis e utensílios **5-10 anos**

³² O Grupo adotou os CPCs / as IFRS pela primeira vez em 2009. O Grupo incluiu a política contábil utilizada na determinação do imobilizado na data de transição para os CPCs / as IFRS, pois entende que essa informação é relevante para o entendimento das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

9. Principais políticas contábeis (continuação)

(k) Imobilizado (continuação)

(iii) Depreciação (continuação)

CPC 27.51 IAS 16.51 Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

(iv) Reclassificação para propriedade para investimento

CPC 28.62 IAS 40.62 Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho resultante dessa remensuração é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta uma perda anterior por redução ao valor recuperável na propriedade específica, sendo que qualquer ganho remanescente é reconhecido como outros resultados abrangentes e apresentado na conta de ajustes de avaliação patrimonial. Qualquer perda é reconhecida imediatamente no resultado.

(l) Ativos intangíveis e ágio

(i) Reconhecimento e Mensuração

Ágio

CPC 04.107-108 IAS 38.107-108 O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Pesquisa e desenvolvimento

CPC 04.54-55 IAS 38.54-55 Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

CPC 04.57, 66, 71, 74 IAS 38.57, 66, 71, 74 Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros for prováveis, e se o Grupo tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

CPC 04.74 IAS 38.74 Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

CPC 04.18 IAS 38.18 Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

CPC 04.118(a)-(b) IAS 38.118(a)-(b) IAS 38.97 CPC 04.97 A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

- marcas e patentes **3-20 anos**
- custos de desenvolvimento capitalizados **2-5 anos**
- carteira de clientes **4-5 anos**

CPC 04.104 IAS 38.104 Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

(m) Propriedade para investimento

CPC 28.7, 33, 35 IAS 40.7, 33, 35 A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

9. Principais políticas contábeis (continuação)

(m) Propriedade para investimento (continuação)

CPC 27.41, 71 IAS 16.41, 71 Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

CPC 27.41, 71 IAS 16.41, 71 Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

(n) Obras em andamento

CPC 17.44 IAS 11.44 Obras em andamento representam o valor bruto a ser cobrado de clientes por obras realizadas até a data do balanço. Elas são mensuradas pelo custo incorrido acrescido do lucro reconhecido até a data do balanço (veja (d)(iv)), deduzido dos valores faturados e perdas reconhecidas.

No balanço patrimonial, obras em andamento são apresentadas como parte do 'Contas a receber de clientes e outros recebíveis' para todos os contratos nos quais os custos incorridos acrescidos dos lucros reconhecidos excedam os valores faturados e perdas reconhecidas. Caso os valores faturados e perdas reconhecidas excedam os custos incorridos acrescidos dos lucros reconhecidos, então a diferença é apresentada como 'Receita diferida'. Adiantamentos de clientes são apresentados como receita diferida no balanço patrimonial.³³

(o) Ativos mantidos para venda

CPC 31.6 IFRS 5.6 Os ativos não circulantes ou grupos (contendo ativos e passivos) mantidos para venda ou distribuição são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

CPC 31.15-15 A, IFRS 5.15-15 A, 18, 23 18, 23 Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio, e, então, para os ativos e passivos remanescentes em uma base pro rata, exceto pelo fato de que nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros, ativos fiscais diferidos, ativos de benefícios a empregado, propriedade para investimento e ativos biológicos, os quais continuam a ser mensurados conforme as outras políticas contábeis do Grupo. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

CPC 31.25 IFRS 5.25
CPC 18.20 IAS 28.20 Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados, e qualquer investimento mensurado pelo método da equivalência patrimonial não é mais sujeito à aplicação do método.

CPC 40.21 IFRS 7.21

(p) Instrumentos financeiros

O Grupo classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

O Grupo classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

CPC 38.14, AG IAS 39.14, AG
53-56 53-56 O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

CPC 38.17, 25 IAS 39.17, 25 O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Grupo em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

9. Principais políticas contábeis (continuação)**(p) Instrumentos financeiros (continuação)****(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento (continuação)**

CPC 38.39 IAS 39.39

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

CPC 39.42 IAS 32.42

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração*Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado*CPC 40.B5(e) IFRS 7.B5(e)
CPC 38.43, 46, IAS 39.43, 46,
55(a) 55(a)

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

CPC 38.43, 46(b) IAS 39.43, 46(b)

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Empréstimos e recebíveis

CPC 38.43, 46(a) IAS 39.43, 46(a)

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

CPC 03.45 IAS 7.45

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa do Grupo.

*Ativos financeiros disponíveis para venda*CPC 38.43, 46, IAS 39.43, 46,
55(b) 55(b)

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, receita financeira e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida (veja (b)(i)), são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas dentro do patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial. Quando esses ativos são desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados mantidos como ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

9. Principais políticas contábeis (continuação)

CPC 40.21 IFRS 7.21

(p) Instrumentos financeiros (continuação)**(iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração**

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge

CPC 38.11 IAS 39.11

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso certos critérios sejam atingidos.

CPC 38.46 IAS 39.46

Derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

Hedges de fluxos de caixa

CPC 38.95 IAS 39.95

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

CPC 38.97-100 IAS 39.97-100

O valor acumulado mantido em ajustes de avaliação patrimonial é reclassificado para o resultado no mesmo período em que o item objeto de *hedge* afeta o resultado.³⁴

CPC 38.101 IAS 39.101

Caso (i) a ocorrência da transação prevista não seja mais esperada, (ii) o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, (iii) o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, ou tenha a sua designação revogada, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, o saldo em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado.

(q) Capital social

CPC 39.35 IAS 32.35

(i) Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32 / IAS 12. (veja [nota explicativa 9\(h\)](#))

(ii) Ações preferenciais

CPC 39.AG 25-26 Insights 7.7.80.40

As ações preferenciais resgatáveis do Grupo são classificadas como instrumento financeiro passivo, pois o pagamento de dividendos não é discricionário e elas são resgatáveis em dinheiro pelo detentor do título. Os dividendos não-discricionários são reconhecidos no resultado como despesa financeira. Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro do Grupo e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas do Grupo.

CPC 38.98-99 IAS 39.98-99 Insights 7.7.80.40

34 Para o *hedge* de uma transação esperada que subsequentemente resulte no reconhecimento de um item não-financeiro, uma entidade pode escolher uma política contábil, a ser aplicada de forma consistente, para (i) remover os ganhos e perdas associados reconhecidos nos ORA e incluí-los no custo inicial ou outro valor contábil do item não-financeiro; ou (ii) reter os ganhos e perdas associados reconhecidos nos ORA e reclassificá-los para o resultado nos mesmos períodos em que o item não-financeiro afetar o resultado. O Grupo elegeu aplicar a segunda opção.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

9. Principais políticas contábeis (continuação)**(q) Capital Social (continuação)****(iii) Recompra e reemissão de ações (ações em tesouraria)**

CPC 39.33 IAS 32.33

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

(r) Instrumentos financeiros compostos

CPC 39.28-32 IAS 32.28-32

Os instrumentos financeiros compostos emitidos pelo Grupo compreendem notas conversíveis denominadas em Reais que podem ser convertidas em capital por opção do detentor, e o número de ações a serem emitidas é fixo e não varia em função de mudanças no valor justo.

CPC 39.38, AG31, CPC 38.43 IAS 32.38, AG31 IAS 39.43

O componente passivo de um instrumento financeiro composto é reconhecido inicialmente pelo valor justo de um passivo semelhante que não tenha uma opção de conversão em instrumento de patrimônio líquido. O componente do patrimônio líquido é reconhecido inicialmente pela diferença entre o valor justo do instrumento financeiro composto como um todo e o valor justo do componente passivo. Quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis são alocados para os componentes de passivo e patrimônio líquido proporcionalmente aos seus valores contábeis iniciais.

CPC 38.47 IAS 39.47

Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, o componente passivo de um instrumento financeiro composto é mensurado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O componente patrimonial de um instrumento financeiro composto não é remensurado.

Juros relacionados ao passivo financeiro são reconhecidos no resultado. Na conversão no seu vencimento, o passivo financeiro é reclassificado para o patrimônio líquido e nenhum ganho ou perda é reconhecido.

(s) Redução ao valor recuperável (Impairment)**(i) Ativos financeiros não-derivativos**

CPC 38.58-59 CPC 18.40 IAS 39.58-59 IAS 28.40

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

CPC 40.B5(f) IFRS 7.B5(f)

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

CPC 38.61 IAS 39.61

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo. O Grupo considera um declínio de 20% como significativo e o período de 9 meses como prolongado.³⁵

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

9. Principais políticas contábeis (continuação)

(s) Redução ao valor recuperável (*Impairment*) (continuação)

(i) Ativos financeiros não-derivativos (continuação)

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

CPC 38.63-64 IAS 39.63-64

O Grupo considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, o Grupo utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

CPC 40.B5(d) IFRS 7.B5(d)
CPC 38.63-65 IAS 39.63-65

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando o Grupo considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

Ativos financeiros disponíveis para venda

CPC 38.67-70 IAS 39.67-70

Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda acumulada reconhecida em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido para o resultado. A perda reclassificada é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, diminuído de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Caso o valor justo de um título de dívida, para o qual tenha sido reconhecida uma perda no valor recuperável, apresente aumento e, esse aumento possa ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após a perda por redução no valor recuperável ter sido reconhecida, então a perda é revertida e o valor da reversão é reconhecido no resultado. Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado para instrumentos patrimoniais classificados como ativos financeiros disponíveis para venda não são revertidas.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

CPC 18.40-42 IAS 28.40-42

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.³⁶

(ii) Ativos não financeiros

CPC 38.9, 10, 59/IAS 39.9, 10, 59

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Insights
3.10.586.20

36 Embora o CPC 18 / IAS 28 Investimento em Coligada exige que uma entidade aplique o CPC 38 / IAS 39 para determinar se há uma indicação de perda no valor recuperável, a norma é omissa em relação a reversões de perdas no valor recuperável. Em nosso entendimento, uma entidade deve aplicar o CPC 01 / IAS 36 para determinar se há uma indicação de que a perda no valor recuperável deve ser revertida, porque não há nenhuma exceção que preveja um tratamento diferente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

9. Principais políticas contábeis (continuação)**(s) Redução ao valor recuperável (Impairment) (continuação)****(ii) Ativos não financeiros (continuação)**

<i>CPC 01.22, 80 IAS 36.22, 80</i>	Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.
<i>CPC 01.6, 30 IAS 36.6, 30</i>	O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.
<i>CPC 01.59 IAS 36.59</i>	Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.
<i>CPC 01.104 IAS 36.104</i>	Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.
<i>CPC 01.117, 122, 124 IAS 36.117, 122, 124</i>	Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

(t) Provisões

<i>CPC 25.14, 45, 47 ICPC12.8 IAS 37.14, 45, 47 IFRIC 1.8</i>	As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.
---	---

Garantias

<i>CPC 25.39 IAS 37.39</i>	Uma provisão para garantia é reconhecida quando os produtos ou serviços a que se referem são vendidos, com base em dados históricos e ponderação de cenários possíveis e suas respectivas probabilidades.
----------------------------	---

Reestruturação

<i>CPC 25.72 IAS 37.72</i>	Uma provisão para reestruturação é reconhecida quando o Grupo tem aprovado um plano de reestruturação detalhado e formal, e a reestruturação já teve início ou já foi anunciada publicamente. Perdas operacionais futuras não são provisionadas.
----------------------------	--

Recuperação ambiental

<i>CPC 25.21 IAS 37.21</i>	De acordo com a política ambiental publicada pelo Grupo e exigências legais aplicáveis, uma provisão para recuperação ambiental de uma área devido à contaminação do solo e a respectiva despesa são reconhecidas quando o solo é contaminado.
----------------------------	--

Contratos onerosos

<i>CPC 25.66, 68 IAS 37.66, 68</i>	Uma provisão para contratos onerosos é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado da rescisão do contrato e o custo líquido esperado caso o contrato seja mantido. Antes de a provisão ser constituída, o Grupo reconhece qualquer perda por redução ao valor recuperável dos ativos relacionados àquele contrato (veja (s) (ii)).
------------------------------------	--

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

9. Principais políticas contábeis (continuação)

(u) Arrendamentos

(i) Determinando quando um contrato contém um arrendamento

ICPC 03.6, 10
(Parte A) IFRIC 4.6, 10

No início do contrato, o Grupo determina se ele é ou contém um arrendamento.

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, o Grupo separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daquelas referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se o Grupo conclui, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental do Grupo.

(ii) Ativos arrendados

CPC 06.8,
20, 27 IAS 17.8,
20, 27

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para o Grupo substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

CPC 06.8 IAS 17.8

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo.

(iii) Pagamentos de arrendamentos

CPC 06.33
ICPC 03.3
(parte B) IAS 17.33
SIC-15.3

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento.

CPC 06.25 IAS 17.25

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

(v) Demonstrações de valor adicionado

CPC 09.3-8

O Grupo elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

(w) Mensuração do valor justo

CPC 46.9,
24, 42 IFRS 13.9,
24, 42

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo.

CPC 46.93(g) IFRS 13.93(g)

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja [nota explicativa 6\(b\)](#)).

CPC 46.77, 79,
A IFRS 13.77, 79,
A

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

CPC 46.61-62 IFRS 13.61-62

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

9. Principais políticas contábeis (continuação)

(w) Mensuração do Valor Justo (continuação)

CPC 46.70-71 IFRS 13.70-71

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

CPC 40.28(a) IFRS 7.28(a)

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

10. Novas normas e interpretações ainda não efetivas³⁷

CPC 23.30-31 IAS 8.30-31

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. O Grupo não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. O Grupo não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

Espera-se que as seguintes normas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo no período de adoção inicial.

(a) Impacto estimado da adoção do CPC 48 / IFRS 9 e CPC 47 / IFRS 15

O Grupo é obrigado a adotar o CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros e CPC 47 / IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes a partir de 1º de janeiro de 2018. O Grupo já avaliou o impacto estimado que a aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9 (veja (b)) e do CPC 47 / IFRS 15 (veja (c)) terá em suas demonstrações financeiras consolidadas. O impacto estimado da adoção dessas normas sobre o patrimônio do Grupo em 1º de janeiro de 2018 baseia-se em avaliações realizadas até à data de emissão destas demonstrações financeiras e está resumido abaixo. Os impactos reais da adoção das normas em 1º de janeiro de 2018 podem ser diferentes pois:

- o Grupo não finalizou o teste e a avaliação dos controles sobre os novos sistemas de TI; e
- as novas políticas contábeis estão sujeitas a alterações até que o Grupo apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial.

Impacto estimado da adoção do CPC 48 / IFRS 9 e CPC 47 / IFRS 15

<i>Em milhares de reais</i>	Conforme apresentado em 31 de dezembro de 2017	Ajustes estimados na adoção do CPC 48 / IFRS 9	Ajustes estimados na adoção do CPC 47 / IFRS 15	Saldo de abertura ajustado estimado em 1 de janeiro de 2018
Reservas	1.210	(33)	-	1.177
Lucros acumulados	20.886	(135)	2.812	23.563
Não controladores	3.849	(22)	185	4.012

³⁷ O Grupo divulgou informações conhecidas ou razoavelmente estimáveis que são relevantes para avaliar o possível impacto que a aplicação de novos CPCs / IFRS terá em suas demonstrações financeiras no período de adoção inicial que estavam disponíveis quando as demonstrações financeiras foram preparadas. Certos reguladores comunicaram sua expectativa de que, à medida que a implementação das novas normas progride, mais informações sobre seu impacto se tornam razoavelmente estimáveis e os preparadores poderiam fornecer progressivamente mais informações qualitativas e quantitativas específicas da entidade sobre a aplicação das novas normas em suas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

10. Novas normas e interpretações ainda não efetivas (continuação)

(a) Impacto estimado da adoção do CPC 48 / IFRS 9 e CPC 47 / IFRS 15 (continuação)

O ajuste total estimado (líquido de impostos) no saldo de abertura do patrimônio líquido do Grupo em 1 de janeiro de 2018 é de R\$ 2.807 mil. Os principais componentes do ajuste estimado são os seguintes:

- Um aumento de R\$ 2.580 mil e R\$ 170 mil em lucros acumulados e não controladores, respectivamente, devido ao reconhecimento antecipado de receitas (e alguns custos associados) de contratos de produtos sob medida (veja (c)(i)).
- Um aumento de R\$ 230 mil e R\$ 15 mil em lucros acumulados e não controladores, respectivamente, devido ao reconhecimento antecipado de receitas de contratos de venda com direito de devolução (veja (c)(ii)).
- Uma redução de R\$ 161 mil e R\$ 22 mil em lucros acumulados e não controladores, respectivamente, devido a perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, incluindo o saldo de contas a receber adicional reconhecido na aplicação inicial da IFRS 15 / CPC 47 (veja (b)(iii)).

(b) CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros³⁸

O CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

(i) Classificação - Ativos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

O CPC 48 / IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, os derivativos embutidos em contratos onde o hospedeiro é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido como um todo é avaliado para sua classificação.

Com base na sua avaliação, o Grupo não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de contas a receber, empréstimos, investimentos em títulos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais que são mensurados a valor justo. Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo tinha investimentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda com um valor justo de R\$ 710 mil que são mantidos para fins estratégicos de longo prazo. De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, o Grupo designou esses investimentos para serem mensurados ao VJORA. Consequentemente, todos os ganhos e perdas de valor justo serão registrados em outros resultados abrangentes, nenhuma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) será reconhecida no resultado e nenhum ganho ou perda será reclassificado para o resultado na sua alienação.

(ii) Redução no valor recuperável (*Impairment*) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais

A IFRS 9 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

³⁸ O Grupo não adotou a IFRS 9 antecipadamente em suas demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Nossa publicação internacional *Guide to annual financial statements – Appendix IV* fornece exemplos de divulgação e explicações sobre a adoção antecipada da IFRS 9.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

10. Novas normas e interpretações ainda não efetivas (continuação)**(b) CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros (Continuação)****(ii) Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais (continuação)**

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e

Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data base tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo; o Grupo optou por aplicar esta política também para contas a receber de clientes e ativos contratuais com um componente de financiamento significativo.

O Grupo acredita que as perdas por redução ao valor recuperável deverão aumentar e tornar-se mais voláteis para os ativos no modelo do CPC 48 / IFRS 9. Com base na metodologia de *impairment* descrita abaixo, o Grupo estimou que a aplicação dos requerimentos de *impairment* do CPC 48 / IFRS 9 em 1º de janeiro de 2018 resultará em perdas por redução ao valor recuperável de ativos adicionais como segue:

<i>Em milhares de reais</i>	Impairment adicional estimado reconhecido em 1º de janeiro de 2018
Cientes e outras contas a receber, incluindo ativos contratuais, em 31 de dezembro de 2017	210
Contas a receber adicionais reconhecidos na adoção do CPC 47 / IFRS 15	46
Títulos de dívida	16
Caixa e equivalentes de caixa	1
Perdas adicionais por redução ao valor recuperável	273
	Ajuste estimado ao patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2018
Redução dos lucros acumulados	(161)
Redução de não controladores	(22)
Redução de reservas	1
Redução no patrimônio	(182)

A análise a seguir fornece mais detalhes sobre esse impacto estimado em 1º de janeiro de 2018.³⁹

³⁹ Embora isso não seja explicitamente exigido pelo parágrafo 30 do CPC 23 / IAS 8, o Grupo divulgou os métodos, as premissas e informações que foram utilizadas para estimar as perdas de crédito esperadas porque acredita que isso fornece informações relevantes para avaliar o possível efeito que o CPC 48 / IFRS 9 terá sobre as demonstrações financeiras. Esta divulgação é fornecida apenas para fins ilustrativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

10. Novas normas e interpretações ainda não efetivas (continuação)**(b) CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros (Continuação)****(ii) Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais (continuação)***Contas a Receber e Outros Recebíveis, incluindo Ativos Contratuais*

As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos sete anos. O Grupo realizou o cálculo das taxas de perda separadamente para empresas e pessoas físicas.

As posições dentro de cada grupo foram segmentadas com base em características comuns de risco de crédito, como classificação de risco de crédito, região e indústria - para empresas; e nível de inadimplência, região, tempo de relacionamento e tipo de produto comprado - para pessoas físicas.

A experiência real em perda de crédito foi ajustada por fatores em escala para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão do Grupo sobre as condições econômicas durante a expectativa de vida dos recebíveis. Os fatores em escalas foram baseados nas previsões do PIB e da taxa de desemprego, nas perspectivas da indústria e incluíram o seguinte:

1,3 para [país X], 0,9 para [país Y], 1,1 para [país Z] e 1,8 para [Indústria A]

O Grupo estimou que a aplicação dos requerimentos de *impairment* do CPC 48 / IFRS 9 em 1º de janeiro de 2018 resultará em um aumento de R\$ 256 mil em relação ao *impairment* reconhecido de acordo com o CPC 38 / IAS 39 (dos quais R\$ 46 mil referem-se ao contas a receber adicional reconhecido na adoção do CPC 47 / IFRS 15).

A tabela a seguir fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e a perda estimada para clientes e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, para empresas em 1º de janeiro de 2018:

<i>Em milhares de reais</i>	Equivalente ao rating de crédito externo [Agência Y]	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão de perda estimada	Com problemas de recuperação
Níveis 1 – 6: <i>risco baixo</i>	BBB- para AAA	0,2%	7.576	(15)	Não
Níveis 7 – 9: <i>risco razoável</i>	BB- para BB+	0,6%	24.683	(148)	Não
Nível 10: <i>risco considerável</i>	B- para CCC-	2,6%	1.289	(34)	Não
Nível 11: <i>duvidoso</i>	C para CC	24,2%	194	(47)	Sim
Nível 12: <i>perda</i>	D	44,8%	58	(26)	Sim
			33.800	(270)	

A tabela a seguir fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e a perda estimada para clientes e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais para pessoas físicas em 1º de janeiro de 2018.

<i>Em milhares de reais</i>	Saldo contábil bruto	Taxa média ponderada de perda estimada	Provisão para perda estimada	Com problemas de recuperação
A Vencer	6.222	0,3%	(19)	Não
Vencido de 1-30 dias	1.268	1,1%	(14)	Não
Vencido de 31-60 dias	214	5,6%	(12)	Não
Vencido de 61-90 dias	96	14,6%	(14)	Não
Vencido há mais de 90 dias	85	43,5%	(37)	Sim
	7.885		(96)	

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

10. Novas normas e interpretações ainda não efetivas (continuação)**(b) CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros (Continuação)****(ii) Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais (continuação)***Títulos de Dívida*

O Grupo monitora as mudanças no risco de crédito seguindo avaliações de crédito externas publicadas.

Para determinar se houve um aumento significativo no risco de crédito em 1º de janeiro de 2018 que ainda não foi refletido nas avaliações publicadas, o Grupo também analisou as mudanças nas taxas dos títulos e, quando disponíveis, os preços de CDS (*Credit Default Swaps*), juntamente com notícias disponíveis e informações dos reguladores sobre as emissoras.

As probabilidades de inadimplência para 12 meses e para a vida inteira dos títulos foram baseadas em dados históricos fornecidos pela [Agência de classificação X] para cada classificação de crédito e foram sensibilizados com base nos retornos correntes e nos preços de CDS. Os parâmetros de perdas por inadimplência (LGD) geralmente refletem uma taxa de recuperação esperada de 40%, exceto quando um título já tem problemas de recuperação, caso em que a estimativa de perda foi baseada no preço de mercado atual do instrumento e na sua taxa de juros efetiva original.

O Grupo estimou que a aplicação dos requerimentos de *impairment* do CPC 48 / IFRS 9 em 1º de janeiro de 2018 resultará em um aumento de R\$ 16 mil em relação ao *impairment* reconhecido pelo CPC 38 / IAS 39 para títulos de dívida.

A tabela a seguir apresenta uma análise da qualidade de crédito dos títulos de dívida ao custo amortizado e ao VJORA em 1º de janeiro de 2018 (anteriormente classificados como mantidos até o vencimento e disponíveis para venda, respectivamente, de acordo com o CPC 38 / IAS 39). A tabela indica se os ativos mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA estavam mensurados com base em uma perda de crédito esperada de 12 meses ou nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira e, neste último caso, se eles estavam com problemas de recuperação.

<i>Em milhares de reais</i>	VJORA	Ao custo amortizado		
	Perda de crédito esperada para 12 meses	Perda de crédito esperada para 12 meses	Perda de crédito esperada para a vida inteira	Perda de crédito esperada para a vida inteira para ativos já com problemas de recuperação
<i>BBB- para AAA</i>	122	1.764	-	-
<i>BB- para BB+</i>	-	-	207	-
<i>B- para B+</i>	-	-	113	-
<i>C para CCC+</i>	-	-	247	-
<i>D</i>	-	-	-	185
Saldo contábil bruto	122	1.764	567	185
Provisão para perda	(1)	(15)	(25)	(55)
Custo amortizado	121	1.749	542	130
Saldo contábil	118	1.749	542	130

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são detidos com contrapartes bancárias e financeiras, que são classificadas entre AA- e AA+, com base nas classificações da [Agência Y] em 31 de dezembro de 2017.

O *impairment* estimado no caixa e equivalentes de caixa foi calculado baseado na perda esperada de 12 meses e reflete os curtos prazos de vencimento das exposições de risco. O Grupo considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nas avaliações de crédito externas das contrapartes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

10. Novas normas e interpretações ainda não efetivas (continuação)**(b) CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros (Continuação)****(ii) Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos Financeiros e Ativos Contratuais (continuação)**

O Grupo usou uma abordagem similar a utilizada para títulos de dívida na avaliação de perda de crédito esperada em caixa e equivalentes de caixa.

O Grupo estimou que a aplicação dos requerimentos de *impairment* do CPC 48 / IFRS 9 em 1º de janeiro de 2018 resultará em um aumento de R\$ 1 mil em relação ao *impairment* reconhecido pelo CPC 38 / IAS 39.

(iii) Classificação - Passivos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros.

Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com o CPC 48 / IFRS 9, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentado em ORA; e
- o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

O Grupo não designou e não pretende designar passivos financeiros como VJR. A avaliação preliminar do Grupo não indicou qualquer impacto material na classificação dos passivos financeiros em 1º de janeiro de 2018.

(iv) Contabilidade de hedge

Na aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9, o Grupo pode escolher como política contábil continuar aplicando os requerimentos para a contabilidade de *hedge* do CPC 38 / IAS 39 em vez dos novos requerimentos do CPC 48 / IFRS 9. O Grupo optou por aplicar os novos requerimentos do CPC 48 / IFRS 9.

O CPC 48 / IFRS 9 exige que o Grupo assegure que as relações de contabilidade de *hedge* estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco do Grupo e que o Grupo aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do *hedge*. O CPC 48 / IFRS 9 também introduz novos requerimentos de reequilíbrio de relações de *hedge* e proíbe a descontinuação voluntária da contabilidade de *hedge*. De acordo com o novo modelo, é possível que mais estratégias de gestão de risco, particularmente as de um *hedge* de um componente de risco (diferente do risco de moeda estrangeira) de um item não-financeiro, possam qualificar-se para a contabilidade de *hedge*. Atualmente, o Grupo não realiza *hedge* de tais componentes de risco.

O Grupo utiliza contratos de câmbio a termo para proteger a variabilidade dos fluxos de caixa decorrente de alterações nas taxas de câmbio relativas a empréstimos, recebíveis, vendas e compras de estoque em moeda estrangeira.

O Grupo designa apenas mudanças no valor justo do elemento *spot* dos contratos de câmbio a termo como instrumento de *hedge* nas relações de *hedge* de fluxo de caixa. De acordo com a IAS 39, mudanças no valor justo do elemento futuro dos contratos de câmbio a termo são reconhecidas imediatamente no resultado.

Na adoção do CPC 478 / IFRS 9, o Grupo optou para contabilizar mudanças no valor justo do elemento futuro separadamente, como custo de *hedge*. Consequentemente, essas mudanças serão reconhecidas em ORA e acumuladas em uma reserva de custo de *hedge* como um componente separado dentro do patrimônio líquido e contabilizadas posteriormente da mesma forma que os ganhos e perdas acumulados na reserva de *hedge* de fluxo de caixa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

10. Novas normas e interpretações ainda não efetivas (continuação)

(b) CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros (Continuação)

(iv) Contabilidade de hedge (continuação)

De acordo com a IAS 39, para todos os *hedges* de fluxo de caixa, os valores acumulados nas reservas de *hedge* de fluxo de caixa são reclassificados para o resultado no mesmo período em que os fluxos de caixa esperados do objeto de *hedge* afetam o resultado. Contudo, de acordo com a IFRS 9, para *hedges* de fluxo de caixa para o risco de moeda estrangeira associados à compras previstas de ativos não-financeiros, os valores acumulados na reserva de *hedge* de fluxo de caixa e na reserva de custo de *hedge* serão incluídos diretamente no custo inicial do ativo não-financeiro quando este for reconhecido.

Os tipos de relações de contabilidade de *hedge* que o Grupo atualmente designa atendem aos requerimentos do CPC 48 / IFRS 9 e estão alinhados com a estratégia e objetivo de gerenciamento de risco da entidade.

O impacto estimado nas reservas e nos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2018 como resultado da aplicação dos requerimentos de contabilidade de *hedge* do CPC 48 / IFRS 9 é uma redução de R\$ 34 mil e um aumento de R\$ 26 mil, respectivamente. Isso reflete uma transferência de R\$ 26 mil de perdas acumuladas para o novo custo de reservas de *hedge* e a transferência de R\$ 8 mil de ganhos acumulados da reserva de *hedge* de fluxo de caixa para estoques.

(v) Divulgações

A IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de *hedge*, risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação do Grupo incluiu uma análise para identificar deficiências em relação a informações requeridas nos processos atuais e o Grupo está em processo de implementação de mudanças nos seus sistemas e controles para atender aos novos requisitos.

(vi) Transição

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir:

- O Grupo irá aproveitar a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9, serão geralmente reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018.
- Os novos requerimentos de contabilidade de *hedge* devem ser aplicados prospectivamente. No entanto, o Grupo decidiu aplicar a alteração na contabilização das mudanças no valor justo do elemento a termo dos contratos de câmbio retroativamente.
- As seguintes avaliações devem ser efetuadas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial:
 - A determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido.
 - A designação e revogação de designações anteriores de determinados ativos e passivos financeiros mensurados a VJR.
 - A designação de determinados investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação como VJORA.

(c) IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)⁴⁰

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

⁴⁰ O Grupo não adotou antecipadamente a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Nossa publicação internacional *Guide to annual financial statements – IFRS 15 Supplement* da KPMG International Standards Group (parte da KPMG IFRG Limited) fornece exemplos e explicações sobre a adoção antecipada da IFRS 15.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

10. Novas normas e interpretações ainda não efetivas (continuação)

(c) IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers* (Receita de Contratos com Clientes) (continuação)

(i) *Venda de produtos*

Para vendas de papéis, as receitas são atualmente reconhecidas quando as mercadorias são entregues na localidade do cliente, considerado como o momento em que o cliente aceita os bens e os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos. A receita é reconhecida neste momento desde que a receita e os custos possam ser mensurados de forma confiável, o recebimento da contraprestação seja provável e não haja envolvimento contínuo da administração com os produtos.

De acordo com a IFRS 15, a receita deve ser reconhecida quando o cliente obtém o controle dos produtos. Para alguns contratos de produção de papel sob encomenda, o cliente controla todo o trabalho em andamento à medida que os produtos estão sendo fabricados. Quando este for o caso, a receita será reconhecida à medida que os produtos vão sendo fabricados. .

A avaliação do Grupo indica que isso resultará em receita, e alguns custos associados, sejam reconhecidos ao longo do tempo - ou seja, antes que as mercadorias sejam entregues nas instalações dos clientes.

O impacto estimado nos lucros acumulados e em não controladores em 1º de janeiro de 2018 como resultado das alterações na contabilização de contratos que ainda não foram concluídos nessa data é um aumento de R\$ 2.580 mil e 170 mil, respectivamente. O impacto dessas mudanças em outros itens da demonstração financeira consolidada é um aumento no contas a receber de clientes e outros recebíveis e uma diminuição nos estoques.

Para certos contratos que permitem ao cliente devolver a mercadoria, a receita é atualmente reconhecida quando uma estimativa razoável das devoluções possa ser feita, desde que todos os outros critérios para reconhecimento de receita sejam atendidos. Se não for possível fazer uma estimativa razoável, o reconhecimento da receita é diferido até que o período de devolução expire ou até que uma estimativa razoável das devoluções possa ser feita.

De acordo com a IFRS 15, a receita para esses contratos será reconhecida à medida que seja provável que não ocorra uma reversão significativa no valor da receita acumulada. Consequentemente, para os contratos em que o Grupo não for capaz de fazer uma estimativa razoável das devoluções, espera-se que receitas sejam reconhecidas antes do período de devolução expirar ou de que seja possível realizar uma estimativa razoável.

Para o programa de fidelização operado pelo Grupo, a receita é atualmente atribuída entre o programa de fidelização e os papéis vendidos utilizando o método do valor residual. Ou seja, a contraprestação é alocada aos pontos do programa de fidelidade por seu valor justo e o montante restante da contraprestação é alocado aos papéis. O montante atribuído ao programa de fidelidade é diferido e reconhecido conforme os pontos de fidelidade são resgatados ou expirados.

De acordo com o CPC 47 / IFRS 15, a contraprestação será alocada entre o programa de fidelidade e os produtos com base no seu preço relativo de venda. Consequentemente, uma proporção menor da contraprestação será atribuída ao programa de fidelidade e, portanto, é provável que menos receitas sejam diferidas.

O impacto estimado nos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2018 como resultado desta alteração é um aumento de R\$ 2 mil, com uma diminuição correspondente na receita diferida.

(ii) *Prestação de Serviços*

O Grupo está envolvido na gestão de recursos florestais, bem como na execução de serviços relacionados. Se os serviços de um único contrato forem prestados em diferentes períodos de apresentação, a contraprestação é atribuída a cada serviço com base de valor justo relativo dos diferentes serviços. A receita é atualmente reconhecida usando o método do estágio de conclusão (POC).

De acordo com o CPC 47 / IFRS 15, o total da contraprestação desses contratos de serviço deverá ser atribuído aos serviços com base em seus preços de venda individuais. Os preços de venda individuais serão determinados com base na tabela de preços que o Grupo utiliza para transações de venda de cada serviço separadamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

10. Novas normas e interpretações ainda não efetivas (continuação)**(c) IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers* (Receita de Contratos com Clientes) (continuação)****(ii) *Prestação de Serviços* (continuação)**

Com base na avaliação do Grupo, o valor justo e os preços de venda de serviços individuais são amplamente similares. Portanto, o Grupo não espera que a aplicação do CPC 47 / IFRS 15 resulte em diferenças significativas no momento do reconhecimento da receita para esses serviços.

(iii) *Comissões*

Para as comissões recebidas pelo Grupo, o Grupo determinou que atua como agente para certas operações, conforme explicado na [Nota 36](#).

De acordo com a IFRS 15, a avaliação será baseada em se o Grupo detém o controle sobre os bens específicos antes de transferi-los para o cliente final, em vez de avaliar se o Grupo tem exposição a riscos e benefícios significativos associados à venda de bens.

Com base em sua avaliação, o Grupo não espera que a aplicação do CPC 47 / IFRS 15 resulte em um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas para comissões.

(iv) *Contratos de Construção*

A receita contratual inclui atualmente o valor inicial acordado no contrato mais quaisquer alterações no trabalho contratado, pleitos e pagamentos de incentivos, à medida em que seja provável que resultem em receita e possam ser mensurados de forma confiável. Quando um pleito ou alteração é reconhecida, a medição do progresso do contrato ou do preço do contrato é revisada e a posição acumulada do contrato é reavaliada em cada período de relatório.

Segundo o CPC 47 / IFRS 15, pleitos e alterações serão incluídas na contabilização do contrato quando aprovados.

Com base na sua avaliação, o Grupo não espera que a aplicação do CPC 47 / IFRS 15 tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas para contratos de construção.

(v) *Transição*

O Grupo planeja adotar o CPC 47 / IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Como resultado, o Grupo não aplicará os requerimentos do CPC 47 / IFRS 15 ao período comparativo apresentado.

O Grupo planeja utilizar os expedientes práticos para contratos concluídos. Isso significa que os contratos concluídos que começaram e terminaram no mesmo período de apresentação comparativo, bem como os contratos que são contratos concluídos no início do período mais antigo apresentado, não serão reapresentados.

O Grupo está atualmente realizando uma avaliação detalhada do impacto resultante da aplicação do CPC 48 / IFRS 15 e espera divulgar informações quantitativas adicionais antes da adoção da norma.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

10. Novas normas e interpretações ainda não efetivas (continuação)

(d) IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O Grupo concluiu a avaliação inicial do potencial impacto em suas demonstrações financeiras consolidadas, mas ainda não completou sua avaliação detalhada. O impacto real da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial dependerá das condições econômicas futuras, incluindo a taxa de endividamento do Grupo em 1º de janeiro de 2019, a composição da carteira de arrendamento do Grupo nessa data, a avaliação do Grupo se exercerá quaisquer opções de renovação de arrendamento e a medida em que o Grupo optará por usar expedientes práticos e isenções de reconhecimento.

Até agora, o impacto mais significativo identificado é que o Grupo reconhecerá novos ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais das instalações do armazém e fábrica. Em 31 de dezembro de 2017, os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos do Grupo no âmbito de arrendamentos operacionais não canceláveis totalizavam R\$ 2.600 mil, em valores nominais (veja [nota explicativa 41\(a\)\(i\)](#)).

Além disso, a natureza das despesas relacionadas com esses contratos de arrendamento agora vai mudar, a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional com um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

Não é esperado impacto significativo para os arrendamentos financeiros do Grupo.

O Grupo espera que a adoção da IFRS 16 não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*) de limite máximo de alavancagem em empréstimos descritos na [nota explicativa 40](#).

(i) Determinar se um contrato contém um arrendamento

O Grupo possui um contrato que legalmente não é um contrato de arrendamento, pelo qual concluiu que o contrato contém um arrendamento de equipamento nos termos da IFRIC 4, conforme explicado na [Nota 22](#).

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

10. Novas normas e interpretações ainda não efetivas (continuação)

(d) IFRS 16 Leases (Arrendamentos) (continuação)

(i) Determinar se um contrato contém um arrendamento (continuação)

Na transição para a IFRS 16, o Grupo pode optar por:

- Aplicar a definição de um contrato de arrendamento da IFRS 16 para todos os seus contratos; ou
- Aplicar um expediente prático e não reavaliar se um contrato é, ou contém, um arrendamento.

O Grupo planeja aplicar o expediente prático com relação a definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicará a IFRS 16 a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que seriam identificados como arrendamentos de acordo com a IAS 17 e a IFRIC 4.

(ii) Transição

Como arrendatário, o Grupo pode aplicar a norma utilizando uma:

- Abordagem retrospectiva; ou
- Abordagem retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais.

O arrendatário aplicará essa escolha consistentemente a todos os seus arrendamentos.

O Grupo pretende aplicar a IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da IFRS 16 será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

Ao aplicar a abordagem retrospectiva modificada para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com a IAS 17, o arrendatário pode eleger, para cada contrato de arrendamento, se aplicará uma série de expedientes práticos na transição. O Grupo está avaliando o impacto potencial da utilização desses expedientes práticos.

O Grupo não é obrigado a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

(e) Outras alterações⁴¹

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28.
- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28 / IAS 40).
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.
- ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento.
- IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

⁴¹ Embora as normas novas ou alteradas que não tenham nenhum efeito relevante nas demonstrações financeiras não precisam ser divulgadas, o Grupo incluiu todas as normas novas ou alteradas e seu possível impacto nas demonstrações financeiras consolidadas apenas para fins ilustrativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

11. Caixa e equivalentes de caixa

Veja política contábil na nota explicativa 9 (p)(i)-(ii) e (s)(i).

CPC 03.45	IAS 7.45	Em milhares de Reais	Consolidado		Controladora	
			2017	2016	2017	2016
		Conta corrente	51	988	331	900
		Depósitos à vista	1.454	862	100	104
		Caixa e equivalentes de caixa no balanço patrimonial	1.505	1.850	431	1.004
		Saque a descoberto utilizado para fins de gestão de caixa	(334)	(282)	-	-
		Caixa e equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa	1.171	1.568	431	1.004

12. Outros investimentos, incluindo derivativos

Veja política contábil nas notas explicativas 9 (p)(i), (p)(ii), (p)(iv) e (s)(i).

CPC 40.8(a)	IFRS 7.8(a)	CPC 40.22(b)	IFRS 7.22(b)	Em milhares de Reais	Consolidado	
					2017	2016
				Circulante		
				Títulos públicos mantidos para negociação	243	591
				Contratos de câmbio utilizados para <i>hedge</i>	297	352
				Outros contratos de câmbio	122	89
					662	1.032
				Não circulante		
				Títulos de dívida corporativos mantidos até o vencimento	2.436	2.256
				Títulos de dívida corporativos disponíveis para venda	118	373
				Ações disponíveis para venda	710	511
				Ações mensuradas pelo VJR	251	254
				<i>Swap</i> de taxa de juros utilizados para <i>hedge</i>	116	131
					3.631	3.525

CPC 40.7 IFRS 7.7

Títulos de dívida corporativos classificados como investimentos mantidos até o vencimento possuem taxa de juros de 6,3% a 7,8% (2016: 7,5 a 8,3%) e vencimento entre dois e cinco anos.

Títulos de dívida corporativos classificados como disponíveis para venda possuem taxas de juros de 5,2 a 7,0% (2016: 6,5 a 8,0%) e vencimento entre um e dois anos.

Títulos públicos classificados como mantidos para negociação possuem taxas de juros de 3,5 a 4,0% (2016: 3,2 a 3,8%) e vencimento dentro de um ano.

CPC 40.B5(a)(i), IFRS 7.B5(a)(i),
B5(a)(iii) B5(a)(iii)

Algumas ações têm sido mensuradas ao VJR uma vez que são administradas com base em seu valor justo e o seu desempenho é monitorado ativamente.

As informações sobre a exposição do Grupo a riscos de mercado e de crédito e de metodologia de mensuração do valor justo estão incluídas na nota explicativa 30 (c).

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

13. Contas a receber de clientes e outros recebíveis

Veja política contábil na notas explicativas 9(n), (p)(i)-(ii) e (s)(i).

			Consolidado	
		<i>Em milhares de Reais</i>	2017	2016
CPC 26.78(b)	IAS 1.78(b)	Contas a receber de partes relacionadas	43 (c)	1.236
		Empréstimos a diretores	43(b) (i)	78
CPC 26.78(b)	IAS 1.78(b)	Contas a receber de clientes e outros recebíveis	30.953	21.811
			32.267	22.485
CPC 26.78 (b), 17.42(a)	IAS 1.78(b), 11.42(a)	Obras em andamento	348	280
			32.615	22.765
		Não circulante	213	-
		Circulante	32.402	22.765
			32.615	22.765

(a) Transferência de contas a receber de clientes⁴²

O Grupo cedeu contas a receber de clientes para bancos para antecipar seu fluxo de caixa. Este contas a receber de clientes não foi desreconhecido do balanço, pois o Grupo reteve substancialmente todos os riscos e benefícios dos recebíveis, principalmente o risco de crédito. O valor recebido na transferência foi reconhecido como um empréstimo bancário garantido. (veja nota explicativa 22). O acordo com o banco é de que os clientes continuem a remeter o caixa para o Grupo, e o Grupo transfira os montantes recebidos para o banco.

As informações a seguir mostram o valor contábil do contas a receber cedido mas não desreconhecido e os passivos associados

		<i>Em milhares de Reais</i>	2017	2016
CPC 40.42D(e)	IFRS7.42D(e)	Valor contábil do contas a receber cedido para bancos	600	1.000
		Valor contábil dos passivos associados	598	985

(b) Contratos de construção em andamento

CPC 17.40(a) IAS 11.40(a)

Em 31 de dezembro de 2017, os custos acumulados incorridos em contratos de obras em andamento e os lucros reconhecidos, líquidos das perdas reconhecidas, totalizavam R\$ 570 mil (2016: R\$ 530 mil).

CPC 17.40(c) IAS 11.40(c)

Em 31 de dezembro de 2017, contas a receber de clientes incluíam retenções de R\$ 200 mil (2016: R\$ 180 mil) referentes a contratos de obras em andamento.

(c) Riscos de crédito e de mercado, e perdas por redução ao valor recuperável

A exposição do Grupo a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao 'Contas a receber de clientes e outros recebíveis', exceto obras em andamento, está divulgada na nota explicativa 30 (c).

14. Estoques

Veja política contábil na nota explicativa 9 (j).

			Consolidado	
		<i>Em milhares de Reais</i>	2017	2016
CPC 26.78(c)	IAS 1.78(c)	Matérias primas e materiais de consumo	4.860	5.753
CPC 16.36(b)	IAS 2.36(b)			
CPC 26.78(c)	IAS 1.78(c)	Produtos em elaboração	2.543	1.661
CPC 16.36(b)	IAS 2.36(b)			
CPC 26.78(c)	IAS 1.78(c)	Produtos acabados	4.200	4.705
CPC 16.36(b)	IAS 2.36(b)			
		Estoques	11.603	12.119
CPC 16.36(h)	IAS 2.36(h)	Valor contábil dos estoques dados como garantia de passivos	1.650	2.090

Insights 2.3.70

42 Não há orientação específica nos CPCs / IFRSs sobre a classificação dos fluxos de caixa das transações de *factoring* - por exemplo, se a entidade deve classificar as entradas de caixa antecipada pela instituição financeira como operacional ou financiamento na demonstração dos fluxos de caixa. A principal consideração para a classificação dos fluxos de caixa é a natureza da atividade a que se relacionam e pode ser necessário julgamento para aplicar a norma às transações de *factoring*. Para uma discussão sobre a classificação do fluxo de caixa de *factoring*, ver Insights 2.3.70. Considerando que os clientes remetem caixa diretamente ao Grupo, o Grupo apresentou um fluxo de caixa de financiamento para os montantes recebidos do banco, seguido de uma entrada de caixa operacional para montantes recebidos do cliente e uma saída de caixa de financiamento para a liquidação dos valores devidos ao banco.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

14. Estoques (continuação)

Em 2017, as matérias primas, os materiais de consumo e as variações no saldo de estoques de produtos em elaboração e produtos acabados incluídos no ‘Custo das vendas’ totalizaram R\$ 54.019 mil (2016: R\$ 53.258 mil).

CPC 26.98, IAS 1.98, IAS
16.36 2.36

Durante 2016, devido a restrições regulatórias impostas sobre um novo produto na divisão de papel padrão, o Grupo testou essa linha de produtos para impairment (veja *nota explicativa 20 (c)(ii)*) e também reduziu o valor dos estoques relacionados aos seus valores realizáveis líquidos, o que resultou em uma perda de R\$ 42 mil. Em 2017, seguindo uma alteração nas estimativas, R\$ 10 mil foram revertidos. Adicionalmente, estoques foram reduzidos ao valor realizável líquido no montante de R\$ 345 mil (2016: R\$ 125 mil) Essa redução foi reconhecida como despesa em 2017.

As reduções dos saldos contábeis e as reversões estão incluídas no ‘Custo das vendas’.⁴³

15. Ativos biológicos

Veja política contábil na *nota explicativa 9 (d) e (i)*.

(a) Conciliação do valor contábil

<i>Em milhares de Reais</i>	<i>Nota</i>	Madeira em pé	Pecuária	Total
CPC 29.50, CPC 46.93(e), CPC 29.50(b), CPC 46.93(e)(iii), CPC 29.50(c), CPC 46.93(e)(iii), CPC 29.50(d), CPC 46.93(e)(iii), CPC 29.40, 50(a)	IAS 41.50, IFRS 13.93(e)			
Saldo em 1º de janeiro de 2016		3.240	196	3.436
Compras		743	92	835
Vendas		-	(63)	(63)
Colheita de madeira transferida para os estoques		(293)	-	(293)
Alteração do valor justo menos custos para vender:				
Decorrente das alterações de preços	37(a)	(17)	22	5
Decorrente das alterações físicas	37(a)	15	8	23
Efeito da variação cambial		68	45	113
Saldo em 31 de dezembro de 2016		3.756	300	4.056
Não circulante		3.756	269	4.025
Circulante		-	31	31
		3.756	300	4.056
CPC 29.50, CPC 46.93(e), CPC 29.50(b), CPC 46.93(e)(iii), CPC 29.50(c), CPC 29.50(d), CPC 29.40, 50(a)	IAS 41.50, IFRS 13.93(e)			
Saldo em 1º de janeiro de 2017		3.756	300	4.056
Compras		294	11	305
Vendas		-	(127)	(127)
Colheita de madeira transferida para os estoques		(135)	-	(135)
Alteração do valor justo menos custos para vender:				
Decorrente das alterações de preços	37(a)	92	59	151
Decorrente das alterações físicas	37(a)	315	121	436
Colheita de madeira transferida para os estoques		(135)	-	(135)
Efeito da variação cambial		30	14	44
Saldo em 31 de dezembro de 2017		4.352	378	4.730
Não circulante		4.352	346	4.698
Circulante		-	32	32
		4.352	378	4.730

⁴³ Em nosso entendimento, para uma entidade que apresenta uma análise das despesas por função na demonstração do resultado e ORA, a redução dos estoques ao valor realizável líquido e todas as reversões devem ser incluídas no ‘Custo das vendas’.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

15. Ativos biológicos (continuação)

(a) Conciliação do valor contábil (continuação)

CPC 29.41, 43, 46(b)(i) IAS 41.41, 43, 46(b)(i)

Em 31 de dezembro de 2017, o plantio de árvores abrangia aproximadamente 3.310 hectares de plantações de pinheiros (2016: 3.230 hectares), que inclui desde plantações recentes até plantações com 30 anos. O montante de R\$ 282 mil (2016: R\$ 513 mil) destas árvores tem menos de um ano e considera-se que ainda não atingiram a maturidade.⁴⁴

CPC 29.41, 43, 46(b)(i) IAS 41.41, 43, 46(b)(i)

Em 31 de dezembro de 2017, os saldos de pecuária eram compostos por 1.875 bois e 3.781 ovelhas (2016: 1.260 bois e 3.314 ovelhas). Em 2017, o Grupo vendeu 289 bois e 286 ovelhas (2016: 150 bois e 175 ovelhas).⁴⁴

(b) Mensuração dos valores justos

(i) Hierarquia do valor justo

CPC 43.93(b) IFRS 13.93(b)

A mensuração dos valores justos da madeira em pé e seus inputs foram classificadas como nível 3 nas técnicas de avaliação utilizadas. A mensuração dos valores justos de pecuária foram classificadas como nível 2 baseado na observação dos dados de vendas. (veja [nota explicativa 6 \(b\)](#)).

(ii) Valores justos nível 3

O quadro abaixo demonstra a composição do total de ganhos (perdas) reconhecidos como valores justos de nível 3 (madeira em pé).⁴⁵

<i>Em milhares de Reais</i>	2017	2016
Ganho incluído nas 'Outras receitas'		
Alteração no valor justo (realizado)	60	3
Alteração no valor justo (não realizado)	347	(5)
Ganhos incluídos nos ORA		
Efeitos da variação cambial	30	68

CPC 46.93(e)(i) IFRS 13.93(e)(i)

CPC 46.93(f) IFRS 13.93(f)

CPC 46.93(f) IFRS 13.93(f)

CPC 46.93(e)(ii) IFRS 13.93(e)(ii)

CPC 46.93(e)(ii) IFRS 13.93(e)(ii)

CPC 29.43 IAS 41.43

⁴⁴ Este é um exemplo de divulgação encorajada que fornece uma descrição quantificada de cada grupo de ativos biológicos, distinguindo entre ativos biológicos maduros e imaturos (para madeira em pé), e a base para fazer tais distinções.

⁴⁵ Como a categoria inteira de madeira em pé é classificada no nível 3 na hierarquia de valor justo, esta tabela apenas ilustra as divulgações que são incrementais às informações demonstradas na reconciliação da [nota explicativa 15\(a\)](#)

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

15. Ativos biológicos (continuação)**(b) Mensuração dos valores justos (continuação)****(iii) Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis**

O quadro a seguir demonstra as técnicas de avaliação utilizadas na mensuração dos valores justos de nível 2 e 3, bem como os inputs significativos não observáveis utilizados.

CPC 46.93(d), IFRS 13.93
93(h)(i), 99 (d), 93(h)(i),
99

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Madeira em pé madura	Plantio de madeira com mais de 25 anos (idade em que se torna comercializável)	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente do fluxo de caixa líquido esperado da plantação. As projeções de fluxo de caixa incluem estimativas específicas para [x] anos. Os fluxos de caixa líquidos esperados são descontados utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco.	<p>O valor justo estimado poderia aumentar (reduzir) se:</p> <ul style="list-style-type: none"> — os preços da madeira forem superiores (inferiores); — os rendimentos por hectare forem superiores (inferiores); — Os custos de colheita e transporte forem menores (maiores), ou — as taxas de desconto ajustadas ao risco forem menores (maiores).
Madeira em pé mais jovem	Técnica do custo e dos fluxos de caixa descontados: O Grupo considera ambas as técnicas, e reconcilia e pondera as estimativas de cada técnica com base na avaliação que os participantes do mercado poderiam aplicar. A técnica de custo considera os custos de formação de uma plantação comparável, levando em consideração os custos de infraestrutura, o cultivo e preparação, compra e plantio de árvores jovens, com uma estimativa do lucro que seria aplicável a esta atividade. O fluxo de caixa descontado considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados da plantação na maturidade, a transformação biológica adicional esperada e os riscos associados ao ativo, os fluxos de caixa líquidos esperados são descontados a taxas de desconto ajustadas ao risco.	<ul style="list-style-type: none"> — Preços futuros estimados de madeira por tonelada (2017: R\$ 12,8-17,9, média ponderada R\$ 16,25; 2016: R\$ 11,6-16,3, média ponderada R\$ 15,15). — Rendimentos estimados por hectare (2017: 6-10, média ponderada de 8; 2016: 5-10, média ponderada de 7,5). — Custos de colheita e transporte (2017: 6,4-8,3%, média ponderada de 7,5%; 2016: 6,3-7,8%, média ponderada de 6,7%). — Taxa de desconto ajustada ao risco (2017: 7,9-9,0%, média ponderada de 8,6%; 2016: 7,1-8,3%, média ponderada de 7,8%). 	<p>O valor justo estimado poderia aumentar (reduzir) se:</p> <ul style="list-style-type: none"> — os custos de infra-estrutura, cultura e preparação e compra e plantio de árvores for superiores (inferiores). — os preços da madeira forem superiores (inferiores); — os rendimentos por hectare forem superiores (inferiores), ou — as taxas de desconto ajustadas ao risco forem menores (maiores).
Pecuária	Pecuária compreende bovinos e ovelhas, caracterizados como de mesma idade, peso, raça e constituição genética. comerciais ou reprodutores.	Técnica de Comparação de Mercado: o modelo de avaliação baseia-se no preço de mercado de rebanho	Não aplicável
		Não aplicável	Não aplicável

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

15. Ativos biológicos (continuação)**(c) Estratégia de gerenciamento de risco relacionada às atividades agrícolas**

CPC 29.49(c) IAS 41.49(c)

O Grupo está exposto aos seguintes riscos relacionados às suas plantações:

(i) Riscos regulatórios e ambientais

O Grupo está sujeito a leis e regulamentações nos diversos países em que opera. O Grupo estabeleceu políticas e procedimentos ambientais voltados ao cumprimento de leis ambientais locais e outras.

(ii) Risco de oferta e demanda

O Grupo está exposto a riscos decorrentes da flutuação de preços e do volume de venda de madeira. Quando possível, o Grupo administra esse risco alinhando seu volume de corte com a oferta e demanda do mercado. A Administração realiza análises regulares de tendências da indústria para volumes projetados de corte e preço.

(iii) Riscos climáticos e outros

As plantações do Grupo estão expostas aos riscos de danos causados por mudanças climáticas, doenças, incêndios florestais e outras forças da natureza. O Grupo possui processos extensos em funcionamento voltados ao monitoramento e à redução desses riscos, incluindo inspeções regulares da saúde florestal e análises da indústria para doenças e pragas. O Grupo também possui seguro contra desastres naturais como inundações e furacões.

16. Ativos e passivos mantidos para venda⁴⁶

Veja política contábil na [nota explicativa 9\(o\)](#).

CPC 31.41(a)-(b), 41(d) IFRS 5.41(a)-(b), 41(d)

Em junho de 2017, a Administração se comprometeu com um plano para vender parte de uma unidade de produção no segmento de Papel Padrão. Assim, parte dessa planta está apresentada como um grupo de ativos mantido para venda. Os esforços para a venda desse grupo de ativos já se iniciaram e a venda deve ocorrer até abril de 2018.

CPC 31.41(c) IFRS 5.41(c)

(a) Perda por redução ao valor recuperável relativa ao grupo de ativos mantidos para venda

Uma provisão de R\$ 35 mil para redução ao valor recuperável sobre o grupo de ativos mantido para venda do seu valor contábil ao seu valor justo deduzido de custo para venda foi registrada em 'Outras despesas operacionais' na demonstração do resultado do exercício (veja [nota explicativa 37 \(b\)](#)).

CPC 31.38 IFRS 5.38

(b) Ativos e passivos mantidos para venda⁴⁷

Em 31 de dezembro de 2017, o grupo de ativos e passivos mantidos para venda estava apresentado ao valor justo menos custo para venda e compreendia os seguintes ativos e passivos.

<i>Em milhares de Reais</i>	Nota	
Imobilizado		8.129
Estoques		2.775
Contas a receber de clientes e outros recebíveis		3.496
Ativos mantidos para venda		14.400
Fornecedores e outras contas a pagar		4.270
Passivo fiscal diferido	31 (e)	140
Passivos mantidos para venda		4.410

46 A parte da fábrica do Grupo que está apresentada como um grupo de ativos mantido para venda e operações não atende à definição de uma operação descontinuada pelo CPC 31 / IFRS 5. Se atendessem a esta definição, então divulgações adicionais aplicáveis às operações descontinuadas seriam requeridas.

CPC 31.38 IFRS 5.38

47 O Grupo decidiu divulgar as principais classes de ativos e passivos classificados como mantidos para venda nas notas explicativas. Alternativamente, esta informação pode ser fornecida diretamente no balanço patrimonial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

16. Ativos e passivos mantidos para venda (continuação)

CPC 31.38 IFRS 5.38

(c) Ganhos e perdas acumulados incluídos nos ORA

Não há ganhos ou perdas acumulados incluídos nos outros resultados abrangentes relativos a este grupo mantido para venda.

(d) Mensuração do valor justo**(i) Hierarquia dos valores justos**

CPC 46.93(b) IFRS 13.93(b)

A mensuração do valor justo não recorrente para o grupo de ativos mantidos para venda de R\$ 10.050 mil (antes dos custos de venda de R\$ 60 mil) foi classificada como valor justo de nível 3 com base nos inputs da técnica de avaliação utilizada (veja nota explicativa 6 (b)).⁴⁸

(ii) Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis

CPC 46.93(d), 99 IFRS 13.93(d), 99

O quadro a seguir demonstra as técnicas de avaliação utilizadas na mensuração do valor justo do grupo de ativo mantido para venda, bem como os inputs significativos não observáveis utilizados:

Técnica de avaliação**Inputs não observáveis**

Técnica do custo e dos fluxos de caixa descontados: O Grupo considera ambas as técnicas, reconcilia e pondera as estimativas em cada técnica com base na avaliação do julgamento que os participantes do mercado poderiam aplicar. A técnica de custo considera os custos correntes de reposição da unidade de produção, incluindo os custos de transporte, instalação e de início das atividades. O fluxo de caixa descontado considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados a serem gerados a partir das instalações, levando em consideração a taxa projetada de crescimento do LAJIDA e a taxa de crescimento dos investimentos de capital. Os fluxos de caixa líquidos esperados são descontados utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco.

- Taxa de crescimento do LAJIDA (4,2-5,1%, média ponderada de 4,7%).
- Taxa de crescimento dos investimentos de capital (3-4%, média ponderada de 3,5%).
- Taxa de desconto ajustada ao risco (7,2-8,5%, média ponderada de 7,7%).

17. Equivalência patrimonial em investidas^{49, 50}

Veja política contábil na nota explicativa 9 (a)(v)-(vi) e (s)(i).

Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Em milhares de Reais	Nota	Consolidado/Controladora	
		2017	2016
Participações em empreendimentos controlados em conjunto	(a)	2.217	1.048
Participações em coligadas	(b)	272	900
Saldo em 31 de dezembro		2.489	1.948

CPC 46.93(a) IFRS 13.93(a)

48 A mensuração do valor justo não recorrente, por exemplo, relacionado a um ativo classificado como mantido para venda, pode ocorrer durante o período de apresentação. As divulgações necessárias para uma mensuração de valor justo não recorrente são aplicáveis nas demonstrações financeiras do período em que ocorreu a mensuração do valor justo. Para mais detalhes sobre a divulgação de mensuração a valor justo não recorrente, consulte o *Insights 2.4.530*.

49 Exemplos adicionais de divulgações de acordo com o CPC 45 / IFRS 12 encontram-se em nossa publicação *Guia para Demonstrações Financeiras Anuais – Suplemento CPC 45 (IFRS 12)*.

CPC 45.21 IFRS 12.21

50 O nível de divulgações exigido pelo CPC 45 / IFRS 12 para participações individualmente materiais em acordos conjuntos e associadas difere daquele aplicável às participações imateriais. O Grupo determinou que sua participação em empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*) é individualmente material, mas não as suas participações em associadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

17. Equivalência patrimonial em investidas (continuação)**(a) Empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*)⁵¹**

CPC 45.20(a),
21(a)(i)-(iii),
21(b)(iii)

IFRS 12.20(a),
21(a)(i)-(iii), 21(b)(iii)

A Paletel AG (Paletel) é o único empreendimento em que o Grupo tem controle conjunto e nele possui uma participação de 40%. A Paletel é um dos fornecedores estratégicos do Grupo e está principalmente envolvida na produção de pasta de papel em Himmerland, na Dinamarca. A Paletel não é uma companhia listada em bolsa.

CPC 45.7(c),
20(b), 23(a),
B18,
CPC 26.122

IFRS 12.7(c), 20(b),
23(a), B18,
IAS 1.122

A Paletel está estruturada como um veículo separado e o Grupo detém um interesse residual em seus ativos líquidos. Assim, o Grupo classificou a sua participação na Paletel como um empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*). Em conformidade com o acordo sob o qual a Paletel foi constituída, o Grupo e os outros investidores no empreendimento controlado em conjunto concordaram em efetuar contribuições adicionais na proporção de suas participações para compensar eventuais perdas, se necessário, até um montante máximo de R\$ 6.000 mil. Este compromisso não foi reconhecido nas demonstrações financeiras.

CPC 45.21(b),
B12-B14

IFRS 12.21(b),
B12-B14

O quadro a seguir resume as informações financeiras da Paletel com base em suas demonstrações financeiras, ajustadas pelo registro de ajustes a valor justo na data de aquisição e pelas diferenças de políticas contábeis. O quadro também concilia a informação financeira resumida ao valor contábil da participação do Grupo na Paletel.

		Consolidado/Controladora	
		2017	2016
<i>Em milhares de Reais</i>			
CPC 45.21(a)(iv) CPC	IFRS 12.21(a)(iv)	Porcentagem de participação	
		40%	40%
45.B12(b)(ii) CPC	IFRS 12.B12(b)(ii)	Ativos não circulantes	
		5.953	3.259
45.B12(b)(i), B13(a)	IFRS 12.B12(b)(i), B13(a)	Ativos circulantes (incluindo caixa e equivalentes de caixa - 2017: R\$ 200 mil, 2016: R\$ 150 mil)	
		1.089	821
45.B12(b)(iv), B13(c)	IFRS 12.B12(b)(iv), B13(c)	Passivos não circulantes (incluindo passivos financeiros não circulantes e excluindo fornecedores, outras contas a pagar e provisões - 2017: R\$ 1.211 mil, 2016: R\$ 986 mil)	
		(1.716)	(1.320)
45.B12 (b)(iii), B13(b)	IFRS 12.B12 (b)(iii), B13(b)	Passivos circulantes (incluindo passivos financeiros circulantes e excluindo fornecedores, contas a pagar e provisões - 2017: R\$ 422 mil, 2016: R\$ 930 mil)	
		(543)	(1.130)
		Ativos líquidos (100%)	1.630
		4.783	1.630
		Participação do Grupo nos ativos líquidos (40%)	
		1.913	652
		Eliminação de lucros não realizados nas vendas descendentes (para investidas)	
		(96)	(4)
		Ágio	
		400	400
		Valor contábil da participação no empreendimento controlado em conjunto	
		2.217	1.048
CPC 45.B12 (b)(v)	IFRS 12.B12(b)(v)	Receita	
		25.796	21.405
CPC 45.B13(d)	IFRS 12.B13(d)	Depreciação e amortização	
		(445)	(350)
CPC 45.B13(f)	IFRS 12.B13(f)	Despesas financeiras	
		(396)	(218)
CPC 45.B13(g)	IFRS 12.B13 (g)	Despesa de imposto de renda	
		(1.275)	(290)
CPC 45.B12 (b)(vi), (ix)	IFRS 12.B12 (b)(vi), (ix)	Lucro e resultado abrangente total (100%)	
		3.205	690
		Lucro e resultado abrangente (40%)	
		1.282	276
		Eliminação de lucros não realizados em vendas descendentes (para investidas)	
		(92)	(4)
		Participação do Grupo nos resultados abrangentes	
		1.190	272
CPC 45.B12(a)	IFRS 12.B12(a)	Dividendos recebidos pelo Grupo	
		21	-

CPC 45.21-23, B12-B13 IFRS 12.21-23, B12-B13 **51** O nível de divulgações exigidas pelo CPC 45 / IFRS 12 para um empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*) e uma operação controlada em conjunto é diferente. Por exemplo, as divulgações de um resumo das informações financeiras, do valor justo (se houver um preço de mercado cotado) e dos compromissos não são necessárias para uma operações controlada em conjunto.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

17. Equivalência patrimonial em investidas (continuação)**(b) Coligadas**CPC 45.20,
21(a)(i)-(iii),
21(b)(iii)IFRS 12.20,
21(a)(i)-(iii), 21(b)(iii)

Em 31 de março de 2017, a participação na sua coligada material, Papyrus, aumentou de 25 para 90% e a Papyrus se tornou uma controlada nesta data (veja [nota explicativa 3](#)). Papyrus é um dos fornecedores estratégicos do Grupo e opera principalmente na produção de polpa de papel em Kentucky, EUA. A Papyrus não é uma empresa listada em bolsa.

A tabela a seguir resume as informações financeiras incluídas nas demonstrações financeiras da Papyrus, ajustada pelos ajustes de valor justo na data de aquisição e diferenças nas políticas contábeis. A tabela também concilia as informações financeiras com o valor contábil da participação do Grupo na Papyrus. As informações apresentadas na tabela para 2016 incluem os resultados da Papyrus para o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2016, e as informações para 2017 incluem os resultados para o período de 1 de janeiro de a 31 de março de 2017, porque a Papyrus se tornou uma subsidiária em 31 de março de 2017.

	Consolidado/Controladora	
<i>Em milhares de Reais</i>	2017	2016
Porcentagem de participação	25%	25%
Ativo circulante	-	1.975
Ativo não circulante	-	1.280
Passivo circulante	-	(324)
Passivo não circulante	-	(1.087)
Ativos líquidos (100%)	-	1.844
Participação do Grupo nos ativos líquidos (25%)	-	461
Eliminação de lucros não realizados nas vendas descendentes	-	(8)
Valor contábil da participação na coligada	-	453
Receita	7.863	19.814
Lucro de operações continuadas (100%)	271	857
Outros resultados abrangentes (100%)	(408)	(552)
Total do resultado abrangente (100%)	(137)	305
Total do resultado abrangente (25%)	(34)	76
Eliminação de lucros não realizados nas vendas descendentes	1	(1)
Participação do Grupo no lucro e no resultado abrangente	(33)	75

O Grupo também tem investimentos em certas coligadas individualmente imateriais. Para uma dessas coligadas, o Grupo detém 20% da participação acionária, mas tem menos de 20% dos direitos de voto. O Grupo determinou que ele tem influência significativa porque tem representação no conselho da investida.

CPC 45.21(c), IFRS 12.21(c), B16
B16

O quadro a seguir analisa, no total, o valor contábil e participação nos lucros e outros resultados abrangentes dessas coligadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

17. Equivalência patrimonial em investidas (continuação)**(b) Coligadas (continuação)**

<i>Em milhares de Reais</i>	Consolidado/Controladora	
	2017	2016
Valor contábil das participações em coligadas	272	447
Segregação:		
Lucro das operações continuadas	(133)	102
Outros resultados abrangentes	(57)	(31)
	(190)	71

CPC 45.22(c) IFRS 12.22(c)

O Grupo não registrou perdas no montante de R\$ 15 mil (2016: zero) em relação às suas participações em coligadas porque o Grupo não possui nenhuma obrigação para cobertura dessas perdas.

Em 2017, o Grupo liquidou um empréstimo no valor de R\$ 1.000 mil recebidos de uma de suas coligadas (veja nota explicativa 22).

(c) Demonstrações financeiras individuais da controladora - controladas

A movimentação dos investimentos em controladas, apresentados nas demonstrações financeiras individuais da controladora, é como segue:

Em milhares de Reais

ICVM 247.20

Controlada	2016	Aquisição	Participação nos lucros	Participação em ORA	Dividendos recebidos	Outros	2017
Baguette S/A	13.943	-	2.929	-	-	-	16.872
Mermaid A/S	2.332	-	490	-	-	-	2.822
Papier GmbH	506	-	106	343	(13)	-	942
Lei Sure Limited	1.746	-	367	-	(16)	-	2.097
Paper Pabus Co	2.376	-	499	(394)	-	-	2.481
Hemy Payo N.V.	674	-	142	10	(10)	-	816
Oy Kossu AG	1.388	-	292	334	(729)	729	2.014
Papyrus Pty Limited	453	2.174	425	57	(491)	831	3.449
Swissolote AG	674	200	142	-	-	-	1.016
Maple-leaf Inc	1.342	-	282	331	(16)	-	1.939
Silver Fir S.A.	3.999	-	485	-	-	-	4.484
31 de dezembro	29.433	2.374	6.159	681	(1.275)	1.560	38.932

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

18. Propriedade para investimento⁵²

Veja política contábil na nota explicativa 9 (m).

(a) Conciliação do valor contábil

		Consolidado		
		Nota	2017	2016
		<i>Em milhares de Reais</i>		
CPC 28.76, 46.93(e)	IAS 40.76, IFRS 13.93(e)		250	150
CPC 28.76(a), 46.93(e)(iii)	IAS 40.76(a), IFRS 13.93(e)(iii)		300	40
CPC 28.76(f), 46.93(e)(iii)	IAS 40.76(f), IFRS 13.93(e)(iii)		800	-
CPC 28.76(d), 46.93(e)(i), 93(f)	IAS 40.76(d), IFRS 13.93(e)(i), 93(f)	<i>19 (f)</i>	20	60
CPC 28.76, 46.93(e)	IAS 40.76, IFRS 13.93(e)	<i>37 (a)</i>	1.370	250

CPC 06.56(c) IAS 17.56(c)

Propriedades para investimento incluem uma série de imóveis comerciais que são arrendados a terceiros. Cada arrendamento tem um período inicial não revogável de 10 anos com o valor anual do aluguel indexado a índices de preços ao consumidor. Renovações subsequentes são negociadas com o arrendatário com período médio de quatro anos. Nenhum aluguel contingente é cobrado. Para mais informações sobre esses arrendamentos veja a nota explicativa 41 (b).

(b) Mensuração do valor justo**(i) Hierarquia do valor justo**

CPC 28.75(e) IAS 40.75(e)

O valor justo das propriedades para investimento foi determinada por avaliadores imobiliários externos independentes, com qualificação profissional adequada e reconhecida, e experiência recente na localidade e na categoria da propriedade que está sendo avaliada. Os avaliadores independentes fornecem o valor justo da carteira das propriedades para investimento do Grupo a cada seis meses.

CPC 46.93(b) IFRS 13.93(b)

A mensuração do valor justo de todas as propriedades para investimento foram classificadas como Nível 3 com base nos inputs utilizados (veja nota explicativa 6 (b)).

Insights
3.4.260.40

52 O CPC 28 / IAS 40 não faz referência a divulgações por classe, logo pode-se supor que o requerimento mínimo seja divulgar de forma agregada a carteira inteira de propriedades de investimento. Se as propriedades de investimento representarem uma parcela significativa dos ativos, pode ser apropriado divulgar análises adicionais, por exemplo, portfólio por tipos de propriedade para investimento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

18. Propriedade para investimento (continuação)**(b) Mensuração do valor justo (continuação)****(ii) Técnicas de avaliação e inputs não observáveis**

CPC 46.93(d), 93(h)(i), 99 IFRS 13.93(d), 93(h)(i), 99

O quadro a seguir demonstra o método de avaliação utilizado na mensuração do valor justo das propriedades para investimento, bem como os inputs não observáveis significativos utilizados:

Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos a serem gerados a partir da propriedade para investimento, levando em consideração a taxa de crescimento do preço do arrendamento, períodos vagos, taxa de ocupação, custos de incentivo de arrendamento, tais como períodos sem cobrança do arrendamento e outros custos não pagos pelos inquilinos. Os fluxos de caixa líquidos esperados são descontados a taxas de desconto ajustadas ao risco. Entre outros fatores, a estimativa da taxa de desconto considera a qualidade de um edifício, sua localização (principal <i>versus</i> secundária), a qualidade de crédito do inquilino e os termos do arrendamento.	<ul style="list-style-type: none"> — Crescimento esperado dos preços de mercado dos arrendamentos (2017: 2-3%, média ponderada de 2,6%; 2016: 2-3%, média ponderada de 2,5%). — Períodos vagos (2017 e 2016: média de 6 meses após o término de cada contrato de arrendamento). — Taxa de ocupação (2017: 90-95%, média ponderada de 92,5%; 2016: 91-95%, média ponderada de 92,8%). — Períodos sem recebimento do arrendamento (2017 e 2016: período de 1 ano em novos arrendamentos). — Taxas de desconto ajustadas ao risco (2017: 5-6,3%, média ponderada de 5,8%; 2016: 5,7-6,8%, média ponderada de 6,1%). 	<p>O valor justo estimado aumentaria (reduziria) se:</p> <ul style="list-style-type: none"> — o crescimento esperado dos preços dos arrendamentos no mercado forem superiores (inferiores); — os períodos vagos forem mais curtos (longos); — a taxa de ocupação for maior (menor); — os períodos sem recebimento do arrendamento forem mais curtos (longos); ou — a taxa de desconto ajustada ao risco for menor (maior).

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

19. Imobilizado

Veja políticas contábeis nas notas explicativas 9 (k), (s)(ii) e (u)(ii).

(a) Conciliação do valor contábil⁵³

<i>Em milhares de Reais</i>		<i>Nota</i>	Terrenos e edifícios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Bens em construção	Total
Custo							
CPC 27.73(d)	IAS 16.73(d)		Em 1º de janeiro de 2016	7.328	29.509	5.289	- 42.126
CPC 27.73(e)(i)	IAS 16.73(e)(i)		Adições	193	1.540	675	- 2.408
CPC 27.73(e)(ii)	IAS 16.73(e)(ii)		Alienações	-	(1.081)	-	- (1.081)
CPC 27.73(e)(viii)	IAS 16.73(e)(viii)		Efeito de variação cambial	-	316	171	- 487
CPC 27.73(d)	IAS 16.73(d)		Em 31 de dezembro de 2016	7.521	30.284	6.135	- 43.940
Em 1º de janeiro de 2017							
CPC 27.73(d)	IAS 16.73(d)		Em 1º de janeiro de 2017	7.521	30.284	6.135	- 43.940
CPC 27.73(e)(iii)	IAS 16.73(e)(iii)		Aquisições: combinações de negócios	3 (c) 185	1.580	190	- 1.955
CPC 27.73(e)(i)	IAS 16.73(e)(i)		Adições	1.750	9.544	657	4.100 16.051
CPC 27.73(e)(ix)	IAS 16.73(e)(ix)		Reclassificação para propriedade para investimento - compensação de depreciação	(f) (300)	-	-	- (300)
CPC 27.73(e)(ix)	IAS 16.73(e)(ix)		Ajuste a valor justo de prédios reclassificados para propriedade para investimento	(f) 200	-	-	- 200
CPC 27.73(e)(ix)	IAS 16.73(e)(ix)		Reclassificação para propriedade para investimento	(f) (800)	-	-	- (800)
CPC 27.73(e)(ii)	IAS 16.73(e)(ii)		Reclassificação para ativos mantidos para venda	16 (b) -	(9.222)	-	- (9.222)
CPC 27.73(e)(ii)	IAS 16.73(e)(ii)		Alienações	-	(11.972)	(2.100)	- (14.072)
CPC 27.73(e)(viii)	IAS 16.73 (e)(viii)		Efeito de variação cambial	-	91	50	- 141
CPC 27.73(d)	IAS 16.73 (d)		Em 31 de dezembro 2017	8.556	20.305	4.932	4.100 37.893
Depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável							
CPC 27.73(d)	IAS 16.73(d)		Em 1º de janeiro de 2016	693	5.557	939	- 7.189
CPC 27.73(e)(vii)	IAS 16.73(e)(vii)		Depreciação	37 (c) 123	4.240	759	- 5.122
CPC 27.73(e)(v)	IAS 16.73(e)(v)		Perdas: redução ao valor recuperável	(b), 37 (c) -	1.123	-	- 1.123
CPC 27.73(e)(iii)	IAS 16.73(e)(iii)		Alienações	-	(700)	-	- (700)
CPC 27.73(e)(viii)	IAS 16.73(e)(viii)		Efeito da variação cambial	-	98	59	- 157
CPC 27.73(d)	IAS 16.73(d)		Em 31 de dezembro de 2016	816	10.318	1.757	- 12.891

CPC 27.73(d)– (e) IAS 16.73(d)–(e) **53** Embora o CPC 27 / IAS 16 requeira apenas a reconciliação do valor contábil no início e no final do período em análise, o Grupo também forneceu as reconciliações separadas do valor contábil bruto e a depreciação acumulada. Estas reconciliações adicionais não são necessárias e um formato diferente pode ser utilizado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

19. Imobilizado (continuação)**(a) Conciliação do valor contábil (continuação)**

CPC 27.73 (d)	IAS 16.73(d)								
CPC 27.73(e)(vii)	IAS 16.73(e)(vii)								
CPC 27.73(e)(vi)	IAS 16.73(e)(vi)								
CPC 27.73(e)(ix)	IAS 16.73(e)(ix)								
CPC 27.73(e)(ii)	IAS 16.73(e)(ii)								
CPC 27.73(e)(iii)	IAS 16.73(e)(iii)								
CPC 27.73(e)(viii)	IAS 16.73(e)(viii)								
CPC 27.73(d)	IAS 16.73(d)								
CPC 26.78(a), 27.73 (e)	IAS 1.78(a), 16.73(e)								
		Em 1º de janeiro de 2017	816	10.318	1.757	-	12.891		
		Depreciação	37 (c)	120	4.140	741	-	5.001	
		Reversão das perdas por redução ao valor recuperável	(b), 37 (c)	-	(393)	-	-	(393)	
		Reclassificação para propriedade para investimento - compensação de depreciação	(f)	(300)	-	-	-	(300)	
		Reclassificação para ativos mantidos para venda	16 (b)	-	(1.058)	-	-	(1.058)	
		Alienações		-	(3.808)	(1.127)	-	(4.935)	
		Efeito da variação cambial		-	63	38	-	101	
		Em 31 de dezembro de 2017	636	9.262	1.409	-	11.307		
		Valor contábil líquido							
		Em 1º de janeiro de 2016	6.635	23.952	4.350	-	34.937		
		Em 31 de dezembro de 2016	6.705	19.966	4.378	-	31.049		
		Em 31 de dezembro de 2017	7.920	11.043	3.523	4.100	26.586		

CPC 38.126(a)-(b)

(b) Provisão para redução ao valor recuperável e reversão subsequente

Durante o ano de 2016, devido às restrições regulatórias impostas sobre um novo produto na divisão de papel padrão, o Grupo testou o valor recuperável da linha de produtos e reconheceu uma provisão para redução ao valor recuperável de R\$ 1.123 mil com relação ao imobilizado. Em 2017, R\$ 393 mil desta perda foram revertidos. Maiores detalhes sobre a perda do valor recuperável e a sua reversão estão incluídas na nota explicativa 20 (c)(ii).

(c) Máquinas e equipamentos arrendados

CPC 06.31(a), 31(e)

O Grupo arrenda equipamentos em uma série de contratos de arrendamento financeiro. Um dos contratos de arrendamento é um acordo que não está na forma legal de um arrendamento, porém é contabilizado desta maneira baseado nos seus termos e condições (veja nota explicativa 22 (e)). O equipamento arrendado é dado em garantia ao passivo de arrendamento. Em 31 de dezembro de 2017, o valor contábil líquido dos equipamentos era de R\$ 1.646 mil (2016: R\$ 1.972 mil).

CPC 03.43

Em 2017, o Grupo adquiriu equipamentos em um arrendamento financeiro no valor de R\$ 200 mil (2016: R\$ 180 mil). Alguns arrendamentos dão opção ao Grupo de comprar o equipamento por um preço vantajoso.

(d) Garantia

CPC 27.74(a)

Em 31 de dezembro de 2017, edifícios com valor contábil de R\$ 5.000 mil (2016: R\$ 4.700 mil) foram dados em fiança para garantir empréstimos bancários (veja nota explicativa 22 (a)).

(e) Imobilizado em construção

CPC 27.74(b)

Em 2017, o Grupo adquiriu terrenos por R\$ 3.100 mil com a intenção de construir uma nova fábrica no local.

CPC 20.26

O Grupo iniciou a construção e os custos incorridos até 31 de dezembro de 2017 totalizaram R\$ 1.000 mil (2016: zero). Incluídos neste valor estão capitalizados custos de empréstimos relacionados à aquisição do terreno e à construção da nova fábrica de R\$ 194 mil, calculados utilizando uma taxa de capitalização de 5,2%.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

19. Imobilizado (continuação)**(f) Transferência para propriedade para investimento**

Em 2017, um imóvel foi transferido para propriedade para investimento (veja *nota explicativa 18*), devido ao fato de não estar sendo utilizado pelo Grupo, que decidiu pelo seu arrendamento a terceiros.

CPC 46.93(d) IFRS 13.93(d)

Imediatamente antes da transferência, o Grupo remensurou o imóvel ao valor justo e reconheceu um ganho de R\$ 200 mil em outros resultados abrangentes. As técnicas de avaliação e dados não observáveis usados na mensuração do valor justo do prédio na data da transferência eram iguais àquelas aplicadas às propriedades para investimento na data do balanço (veja *nota explicativa 18 (b)(ii)*).

(g) Mudança nas estimativas

CPC 23.39, 27.76 IAS 8.39, 16.76

Em 2017, o Grupo realizou uma revisão da eficiência operacional de suas plantas a qual resultou na alteração da forma esperada pela qual certos ativos serão utilizados. Certos equipamentos referentes à descoloração de papel, cuja intenção da Administração era a venda depois de 5 anos de uso, têm agora uso esperado em produção por um período de 12 anos a partir da sua data de aquisição. Desta forma, a vida útil estimada desses equipamentos aumentou e o valor residual estimado diminuiu. Os efeitos dessas alterações nas despesas de depreciação atuais e esperadas, incluídos nos custos de vendas, são:

<i>Em milhares de Reais</i>	2017	2018	2019	2020	2021	Após
(Diminuição) aumento da despesa de depreciação	(256)	(113)	150	150	130	170

(h) Mudança na classificação

CPC 26.41(a)-(c) IAS 1.41(a)-(c)

Em 2017, o Grupo alterou a classificação das despesas de depreciação de certas áreas de escritórios para refletir de forma mais apropriada a forma como os benefícios econômicos destes escritórios são obtidos. Os valores comparativos na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes foram reapresentados para manter a consistência. Desta forma, R\$ 120 mil foram reclassificados de 'Despesas administrativas' para 'Despesas de venda e distribuição'.

(i) Imobilizado temporariamente ocioso

CPC 27.79 IAS 16.79

Em 31 de dezembro de 2017, ativos imobilizados com valor contábil de R\$ 503 mil estavam temporariamente ociosos, mas o Grupo planeja voltar a operar esses ativos em 2018.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

20. Ativos intangíveis e ágio

Veja política contábil nas notas explicativas 9 (l) e (s)(ii).

(a) Conciliação do valor contábil⁵⁴

<i>Em milhares de Reais</i>		<i>Nota</i>	Ágio	Marcas e patentes	Custos de desenvolvimento	Relacionamentos com clientes	Total
Custo							
CPC 15.B67(d)(i), CPC 04.118(c)	IFRS 3.B67 (d)(i), IAS 38.118(c)		Em 1º de janeiro de 2016	3.545	1.264	4.111	- 8.920
CPC 04.118(e)(i)	IAS 38.118(e)(i)		Adições: desenvolvimento interno	-	-	515	- 515
CPC 04.118(e)(vii)	IAS 38.118(e)(vii)		Efeito da variação cambial	-	(171)	(75)	- (246)
CPC 15.B67(d)(viii), CPC 04.118(c)	IFRS 3.B67(d)(viii), IAS 38.118(c)		Em 31 de dezembro de 2016	3.545	1.093	4.551	- 9.189
CPC 15.B67(d)(i), CPC 04.118(c)	IFRS 3.B67(d)(i), IAS 38.118(c)		Em 1º de janeiro de 2017	3.545	1.093	4.551	- 9.189
CPC 15.B67(d)(ii), CPC 04.118(i)	IFRS 3.B67(d)(ii), IAS 38.118(i)		Adições: combinações de negócios	3 (c), (d)	541	170	- 80 791
CPC 04.118(e)(i)	IAS 38.118(e)(i)		Aquisições: desenvolvimento interno	-	-	1.272	- 1.272
CPC 04.118(e)(vii)	IAS 38.118(e)(vii)		Efeito da variação cambial	-	186	195	- 381
CPC 15.B67(d)(viii), CPC 04.118(c)	IFRS 3.B67(d)(viii), IAS 38.118(c)		Em 31 de dezembro de 2017	4.086	1.449	6.018	80 11.633
Amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável							
CPC 15.B67(d)(i), CPC 04.118(c)	IFRS 3.B67(d)(i), IAS 38.118(c)		Em 1º de janeiro de 2016	138	552	2.801	- 3.491
CPC 04.118(e)(vi)	IAS 38.118 (e)(vi)		Amortização	<i>(b), 37 (c)</i>	-	677	- 795
CPC 04.118(e)(iv)	IAS 38.118(e)(iv)		Perdas: redução ao valor recuperável	<i>(c), 37 (c)</i>	-	285	- 285
CPC 04.118(e)(vii)	IAS 38.118(e)(vii)		Efeito da variação cambial	-	(31)	(12)	- (43)
CPC 15.B67(d)(viii), CPC 04.118(c)	IFRS 3.B67(d)(viii), IAS 38.118(c)		Em 31 de dezembro de 2016	138	639	3.751	- 4.528
CPC 15.B67(d)(i), CPC 04.118(c)	IFRS 3.B67 (d)(i), IAS 38.118(c)		Em 1º de janeiro de 2017	138	639	3.751	- 4.528
CPC 04.118(e)(vi)	IAS 38.118(e)(vi)		Amortização	<i>(b), 37 (c)</i>	-	646	10 785
CPC 15.B67(d)(v)	IFRS 3.B67(d)(v)		Perdas por redução no valor recuperável	<i>(c), 37 (c)</i>	116	-	- 116
CPC 04.118(e)(v)	IAS 38.118 (e)(v)		Reversão de perdas por redução no valor recuperável	<i>(c), 37 (c)</i>	-	(100)	- (100)
CPC 04.118(e)(vii)	IAS 38.118(e)(vii)		Efeito da variação cambial	-	61	17	- 78
CPC 15.B67(d)(viii), CPC 04.118(c)	IFRS 3.B67 (d)(viii), IAS 38.118(c)		Em 31 de dezembro de 2017	254	829	4.314	10 5.407
Valor contábil							
CPC 04.118(c)	IAS 38.118(c)		Em 1º de janeiro de 2016	3.407	712	1.310	- 5.429
CPC 04.118(c)	IAS 38.118(c)		Em 31 de dezembro de 2016	3.407	454	800	- 4.661
CPC 04.118(c)	IAS 38.118(c)		Em 31 de dezembro de 2017	3.832	620	1.704	70 6.226

(b) Amortização

A amortização de marcas e patentes e custos de desenvolvimento é alocada aos custos dos estoques e é incluída em 'Custo das vendas' na medida em que os estoques são vendidos. A amortização do relacionamento com clientes é registrada em 'Custo das vendas'.

⁵⁴ CPC 04.118(c), IAS 38.118(c), (e) (e) Embora o CPC 04 / IAS 38 requeira apenas a reconciliação do valor contábil no início e no final do período em análise, o Grupo também forneceu as reconciliações separadas do valor contábil bruto e a depreciação acumulada. Estas reconciliações adicionais não são necessárias e um formato diferente poderá ser utilizado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

20. Ativos intangíveis e ágio (continuação)**(c) Teste por redução ao valor recuperável**

CPC 01.131(b) IAS 36.131(b)

A provisão para perda por redução ao valor recuperável e sua reversão subsequente foram reconhecidas em relação à um novo produto no segmento de Papel Padrão e sobre o ágio na unidade geradora de caixa (UGC) de produtos de madeira como segue.

<i>Em milhares de Reais</i>	Nota	Consolidado	
		2017	2016
Papel Padrão			
Máquinas e equipamentos e custos de desenvolvimento	(ii)	(493)	1.408

CPC 01.126(a)-(b) IAS 36.126(a)-(b)

A perda por redução ao valor recuperável e a reversão subsequente relacionados ao segmento de papel padrão estão incluídas em Custo das vendas.⁵⁵

	Nota	2017	2016
Produtos de Madeira			
Ágio	(iii)	116	-

CPC 01.126(a)-(b) IAS 36.126(a)-(b)

A perda por redução ao valor recuperável no ágio da UGC de produtos de madeira foi incluída em Outras despesas.⁵⁵

(i) Recuperação de custos com desenvolvimento⁵⁶

CPC 01.132 IAS 36.132

O valor contábil de custos com desenvolvimento em 31 de dezembro de 2017 inclui R\$ 400 mil relacionados a desenvolvimento de um projeto para um novo processo em uma das fábricas do Grupo no segmento de Papel Padrão. Considerando que a aprovação regulatória para este novo processo atrasou, o benefício do novo processo não será realizado da forma anteriormente esperada e, conseqüentemente, a Administração realizou o teste por redução ao valor recuperável.

O valor recuperável da unidade geradora de caixa (UGC) que inclui tais custos de desenvolvimento (a fábrica desta linha do produto) foi estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados (valor em uso) da UGC, considerando que a regulamentação seria aprovada em julho de 2018 e utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos de 12% e um valor de taxa de crescimento na perpetuidade de 2% a partir de 2022. O valor recuperável estimado da UGC foi maior que o seu valor contábil e, portanto, nenhuma provisão para redução ao valor recuperável foi reconhecida.

CPC 26.125, 129 IAS 1.125, 129

A Administração considera possível que a aprovação regulatória possa ser adiada por mais um ano até julho de 2019. Tal atraso resultaria em um impairment de aproximadamente R\$ 100 mil no valor contábil da fábrica.

CPC 01.126 IAS 36.126
Insights
3.10.430.20

55 O Grupo classificou as despesas por função e, portanto, alocou a perda por redução ao valor recuperável para a função apropriada. Em nosso entendimento, nos raros casos em que uma perda por redução ao valor recuperável não puder ser atribuída a uma função, ela deve ser incluída em 'Outras despesas' e divulgada em nota explicativa como um item separado, se for significativa.

CPC 01.132,134 IAS 36.132,134

56 O Grupo divulgou as principais premissas utilizadas (taxa de desconto e taxa de crescimento na perpetuidade) para determinar o valor recuperável de ativos e das UGC, embora tais divulgações sejam requeridas apenas para as UGCs que contém ágio ou ativos intangíveis sem vida útil definida.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

20. Ativos intangíveis e ágio (continuação)**(c) Teste da redução ao valor recuperável (impairment) (continuação)****(ii) Perda por redução ao valor recuperável e reversão subsequente relacionadas a um novo produto**CPC 01.130(a), IAS 36.130 (a),
130(d)(i) 130(d)(i)

Em 2016, uma fiscalização revelou que um novo produto no segmento de Papel Padrão não atendia a certos padrões ambientais, necessitando de alterações substanciais em seu processo de fabricação. Antes da inspeção, era esperado que o produto estivesse disponível para venda em 2017, no entanto, como resultado das restrições regulatórias, a produção e a data de lançamento foram adiadas.

CPC 01.130(e) IAS 36.130(e)

Assim, a Administração estimou o valor recuperável da UGC (a linha de produtos) em 2016. O valor recuperável foi estimado com base no seu valor em uso, assumindo que a linha de produção iria inaugurar em agosto de 2018.

Em 2017, após algumas mudanças no plano de remediação, o Grupo reavaliou suas estimativas e reverteu parte da provisão para redução ao valor recuperável reconhecido inicialmente.

CPC 01.130(g), IAS 36.130(g),
132 132

A estimativa do valor em uso foi determinada utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos de 10,5% (2016: 9,8%) e um valor da taxa de crescimento na perpetuidade de 3% a partir de 2023 (2016: 3% a partir de 2021).⁵⁷

<i>Em milhares de Reais</i>	<i>Nota</i>	Consolidado	
		2017	2016
Máquinas e equipamentos	19 (b)	(393)	1.123
Custos de desenvolvimento		(100)	285
(Reversão) Provisão para perda por redução ao valor recuperável		(493)	1.408

CPC 01.130(e) IAS 36.130(e)

Em 31 de dezembro de 2017, o valor recuperável da UGC era como segue:

<i>Em milhares de Reais</i>	Consolidado	
	2017	2016
Valor recuperável	1.576	1.083

(iii) Teste de redução ao valor recuperável para UGCs que contém ágio⁵⁸

CPC 01.134(a) IAS 36.134(a)

Para fins do teste de redução ao valor recuperável, o ágio foi alocado para as unidades geradoras de caixa (UGC) do Grupo (divisões operacionais) como segue:

<i>Em milhares de Reais</i>	Consolidado	
	2017	2016
Divisão europeia de manufatura e distribuição de papel	2.676	2.135
Produtos de madeira	960	1.076
	3.636	3.211
Unidades diversas com ágio não significativo	196	196
	3.832	3.407

CPC 01.135 IAS 36.135

CPC
01.132, 134

IAS 36.132, 134

57

O Grupo divulgou as principais premissas utilizadas (taxa de desconto e taxa de crescimento na perpetuidade) para determinar o valor recuperável de ativos e das UGC, embora tais divulgações sejam requeridas apenas para as UGCs que contém ágio ou ativos intangíveis sem vida útil definida.

CPC 01.134

IAS 36.134

58

O Grupo tem realizado divulgações separadas para diferentes UGCs contendo ágio. Essas divulgações separadas são necessárias para cada UGC (ou grupo de UGCs) uma vez que o valor contábil do ágio e ativo intangível com vida útil indefinida alocado à UGC é significativo em comparação com o seu valor contábil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

20. Ativos intangíveis e ágio (continuação)**(c) Teste da redução ao valor recuperável (impairment) (continuação)****(iii) Teste de redução ao valor recuperável para UGCs que contêm ágio (continuação)****Divisão Européia de manufatura e distribuição de papel**CPC 01.134(c),
134(e) IAS 36.134(c),
134(e)

O valor recuperável desta UGC foi baseado no valor justo menos os custos de venda, estimados com base em fluxos de caixa descontados. A mensuração do valor justo foi classificada como Nível 3 com base nos inputs utilizados na técnica de avaliação (veja nota explicativa 6 (b)).

CPC 01.134
(e)(i) IAS 36.134(e)(i)

As principais premissas utilizadas⁵⁹ para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir. Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras da Administração em setores relevantes e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas.

CPC 01.134
(f)(ii) IAS 36.134(f)(ii)
CPC 01.134
(e)(v) IAS 36.134
(e)(v)
CPC 01.134
(e)(iv) IAS 36.134
(e)(iv)
CPC
01.134(e)(i),
134(f)(ii) IAS 36.134(e)(i),
134(f)(ii)

<i>Em percentual</i>	Consolidado	
	2017	2016
Taxa de desconto	8,7	8,5
Taxa de crescimento na perpetuidade	1,0	0,9
Taxa de crescimento estimado para o LAJIDA (média para os próximos cinco anos)	5,2	4,8

CPC 01.134
(e)(ii) IAS 36.134(e)(ii)

A taxa de desconto foi estimada após impostos com base na taxa média ponderada histórica do custo de capital em que a UGC opera, com uma possível alavancagem da dívida de 40% a uma taxa de juros de mercado de 7%.

CPC 01.134
(e)(ii)-(iii) IAS 36.134
(e)(ii)-(iii)

As projeções do fluxo de caixa incluíram estimativas específicas para cinco anos e uma taxa de crescimento na perpetuidade após este período. A taxa de crescimento na perpetuidade foi determinada com base na estimativa da taxa anual composta de crescimento de longo prazo do LAJIDA, a qual a Administração acredita estar consistente com a premissa que um participante de mercado utilizaria.

CPC 01.134
(e)(ii) IAS 36.134(e)(ii)

O LAJIDA projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores:

- crescimento da receita foi projetado levando em consideração os níveis de crescimento médio experimentados ao longo dos últimos cinco anos, o volume de vendas e o aumento dos preços estimados para os próximos cinco anos. Presume-se que o preço de vendas aumente em linha com a inflação prevista para os próximos cinco anos.
- As probabilidades ponderadas de custos ambientais significativos não recorrentes foram consideradas nas projeções de crescimento do LAJIDA, levando em consideração o desenvolvimento potencial de regulamentação ambiental em diversos países europeus em que a UGC atua. Presume-se que outros custos ambientais acompanhem a inflação em outros anos.
- Os fluxos de caixa estimados relacionados à reestruturação que é esperada para 2018 foram considerados no LAJIDA projetado.

CPC 01.134,
(d)(iv)-(v),
134(e)(iv)-(v),
134(f) IAS 36.134,
(d)(iv)-(v),
134(e)(iv)-(v),
134(f)

59 CPC 01 / IAS 36 especificamente requer divulgações quantitativas em relação às taxas de desconto e taxas de crescimento na perpetuidade utilizadas para as projeções de fluxo de caixa. Divulgações qualitativas são suficientes para as outras principais premissas, a menos que uma alteração razoavelmente possível na premissa resultaria em uma perda ao valor recuperável. Nesse caso, informações quantitativas são necessárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

20. Ativos intangíveis e ágio (continuação)**(c) Teste da redução ao valor recuperável (impairment) (continuação)****(iii) Teste de redução ao valor recuperável para UGCs que contém ágio (continuação)****Divisão Européia de manufatura e distribuição de papel (continuação)**

CPC 01.134(f) IAS 36.134(f)

O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil em aproximadamente R\$ 300 mil (2016: R\$ 250 mil). A Administração identificou duas premissas principais para as quais alterações razoavelmente possíveis podem acarretar em impairment. A tabela abaixo apresenta o montante pelo qual alterações individuais nas duas premissas básicas poderiam resultar no valor recuperável da UGC ser igual ao valor contábil:

Alteração requerida para o valor contábil ser igual ao valor recuperável

<i>Em percentual</i>	Consolidado		
	2017	2016	
CPC 01.134 (f)(iii) IAS 36.134 (f)(iii)	Taxa de desconto	1,6	1,3
CPC 01.134 (f)(iii) IAS 36.134 (f)(iii)	Taxa de crescimento do LAJIDA projetado	(4,4)	(3,6)

Produtos de madeira

CPC 26.125, 01.130 (f), 134(c)-(d) IAS 1.125, 36R.130 (f), 134(c)-(d)

O valor recuperável da UGC foi baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados a serem gerados pelo uso contínuo da UGC. O valor contábil desta UGC era maior que o seu valor recuperável de R\$ 960 mil e, portanto, um ajuste para redução ao valor recuperável de R\$ 116 mil em 2017 (2016: zero) foi reconhecido. A perda por redução no valor recuperável foi inteiramente alocada ao ágio e foi incluída em 'Outras despesas'.

As principais premissas⁶⁰ utilizadas na estimativa do valor em uso estão apresentadas como segue:

CPC 01.134(d)(i) IAS 36.134(d)(i)

<i>Em percentual</i>	Consolidado		
	2017	2016	
CPC 01.134 (d)(v) IAS 36.134 (d)(v)	Taxa de desconto	9,6	10,0
CPC 01.134 (d)(iv) IAS 36.134 (d)(iv)	Taxa de crescimento na perpetuidade	1,8	2,0
CPC 01.134 (d)(i), 134(f)(ii) IAS 36.134(d)(i), 134(f)(ii)	Taxa de crescimento do LAJIDA projetado (média dos cinco anos)	8,0	9,0

CPC 01.134 (d)(ii) IAS 36.134(d)(ii)

A taxa de desconto é uma taxa antes dos impostos⁶¹ baseada nos títulos públicos de 10 anos emitidos no mercado relevante e na mesma moeda que os fluxos de caixa projetados, ajustada por um prêmio de risco que reflete os riscos adicionais de investimentos em ações e o risco sistemático específicos da UGC.

CPC 01.134 (d)(ii)-(iii) IAS 36.134 (d)(ii)-(iii)

Cinco anos de fluxos de caixa foram incluídos no modelo de fluxo de caixa descontado. Uma taxa de crescimento na perpetuidade foi determinada pelo menor entre o produto interno bruto (PIB) nominal dos países onde as UGCs operam e a taxa composta anual de longo prazo de crescimento do LAJIDA projetada pela Administração.

CPC 01.134, (d)(iv)-(v), 134(e)(iv)-(v), 134(f) IAS 36.134, (d)(iv)-(v), 134(e)(iv)-(v), 134(f)

60 CPC 01 / IAS 36 especificamente requer divulgações quantitativas em relação às taxas de desconto e taxas de crescimento da perpetuidade utilizadas nas projeções de fluxo de caixa. Divulgações explicativas são suficientes para as outras principais premissas, a menos que uma alteração razoavelmente possível na premissa resultaria em um impairment. Nesse caso, informações quantitativas são requeridas.

CPC 01.55, A20 Insights 3.10.310.10-20 IAS 36.55, A20 Insights

61 O CPC 01 / IAS 36 exige que o valor em uso seja determinado utilizando os fluxos de caixa antes de impostos e uma taxa de desconto antes de impostos. No entanto, em nossa experiência tem sido mais comum o uso de fluxos de caixa após os impostos e uma taxa de desconto após os impostos, tais como a média ponderada do custo de capital. Desafios surgem em seguir uma abordagem pós-impostos de forma adequada para que o valor em uso resultante seja compatível com a norma contábil que exige o uso da taxa antes de impostos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

20. Ativos intangíveis e ágio (continuação)**(c) Teste da redução ao valor recuperável (impairment) (continuação)****(iii) Teste de redução ao valor recuperável para UGCs que contém ágio (continuação)****Produtos de madeira (continuação)**

O LAJIDA projetado está baseado em expectativas de resultados futuros, levando em consideração a experiência passada, ajustado para o crescimento previsto da receita. O crescimento da receita foi projetado levando-se em consideração os níveis de crescimento médio experimentados ao longo dos últimos cinco anos, o volume de vendas estimado e o aumento dos preços para os próximos cinco anos. Presume-se que os preços de venda aumentem a uma margem constante acima da inflação prevista para os próximos cinco anos, em linha com informações obtidas a partir de corretores externos que publicam uma análise estatística das tendências de mercado de longo prazo.

CPC 01.134(f) IAS 36.134(f)

Após o registro da perda por redução ao valor recuperável da UGC de produtos de madeira, atualmente o valor recuperável é igual ao valor contábil. Portanto, qualquer alteração adversa em uma premissa acarretará em uma perda adicional.

(d) Custos de desenvolvimento

CPC 20.26(a)-(b) IAS 23.26(a)-(b)

Nos custos de desenvolvimento capitalizados está incluído um montante de R\$ 37 mil (2016: R\$ 12 mil) que representa custos de empréstimos capitalizados durante o período utilizando uma taxa de capitalização de 5,1% (2016: 5,4%).

21. Fornecedores e outras contas a pagar

Veja política contábil nas notas explicativas 9 (p)(iii) e (p)(iv).

Em milhares de Reais	Nota	Consolidado	
		2017	2016
			Reapresentado*
Fornecedores - partes relacionadas	43	174	351
Fornecedores		21.510	20.438
Despesas provisionadas		28	32
Total de fornecedores		21.712	20.821
Contratos de <i>forward</i> utilizados para <i>hedging</i>	30 (c)-(e)	8	7
Swap de taxa de juros utilizados para <i>hedging</i>	30 (c)-(e)	20	5
Contraprestação contingente	3 (a)(iii)	270	-
Total de outras contas a pagar		298	12
		22.010	20.833
Circulante		21.720	20.828
Não circulante		290	5
		22.010	20.833

CPC 40.8(f) IFRS 7.8(f)

* Veja nota explicativa 8.

A informação sobre a exposição do Grupo aos riscos de moeda e de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa 30 (c).

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

22. Empréstimos e financiamentos

Ver políticas contábeis nas notas explicativas 9 (b)(i), (ii), (p)(i), (iii), (q)(ii), (r) e (u).

<i>Em milhares de Reais</i>	<i>Nota</i>	Consolidado	
		2017	2016
<i>CPC 26.77</i>	<i>IAS 1.77</i>	Passivo circulante	
		1.055	3.985
		503	117
		3.064	-
		51	-
		315	444
	43 (c)	-	1.000
		4.988	5.546
		Passivo não circulante	
		7.554	8.093
		6.136	9.200
		4.678	-
		1.939	-
		1.613	1.738
		21.920	19.031
		26.908	24.577

Informações sobre a exposição do Grupo à taxa de juros, moeda estrangeira e risco de liquidez estão incluídas na nota explicativa 30 (c).

CPC 40.7 *IFRS 7.7*

(a) Termos e cronograma de amortização da dívida

Os termos e condições dos empréstimos em aberto são:

<i>Em milhares de Reais</i>	<i>Moeda</i>	<i>Taxa de juros nominal a.a.</i>	<i>Ano de vencimento</i>	Consolidado			
				2017	2016	Valor de face contábil	Valor de face contábil
<i>CPC 40.42D(d)</i>		<i>IFRS 7.42D(e)</i>					
	R\$	3,60-3,90%	2017-18	600	598	1.000	985
	CHF	3,90%	2021	1.240	1.240	1.257	1.257
	USD	4,70%	2019-22	1.447	1.447	1.521	1.521
	R\$	4,50%	2019-22	3.460	3.460	3.460	3.460
	GBP	LIBOR +1%	2017-19	1.864	1.864	4.855	4.855
	R\$	3,80%	2018	510	503	-	-
	R\$	5,50%	2017	-	-	117	117
	R\$	CDI +0,5%	2021	1.023	1.023	1.023	1.023
	R\$	CDI +1%	2022	5.113	5.113	5.113	5.113
	R\$	CDI	2018	3.064	3.064	3.064	3.064
	R\$	4,80%	2017	-	-	1.000	1.000
	R\$	3,00%	2020	5.000	4.678	-	-
	R\$	4,40%	2023	2.000	1.939	-	-
	R\$	-	2018	51	51	-	-
	R\$	6,5-7,0%	2017-31	2.663	1.928	3.186	2.182
				28.035	26.908	25.596	24.577

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

22. Empréstimos e financiamentos (continuação)

CPC 40.7 IFRS 7.7

(a) Termos e cronograma de amortização da dívida (continuação)CPC 40.7 IFRS 7.7
CPC 27.74(a) IAS
16.74(a)

Os empréstimos bancários do Grupo estão garantidos por terrenos e edificações, estoques e contas a receber no valor contábil de R\$ 5.000 mil (2016: R\$ 4.700 mil) (veja *nota explicativa 19 (d)*), R\$ 1.650 mil (2016: R\$ 2.090 mil) (veja *nota explicativa 14*) e R\$ 600 mil (2016: R\$ 1.000 mil) (veja *nota explicativa 13 (a)*), respectivamente.

(b) Quebra de cláusulas contratuais restritivas (covenants)

CPC 40.19 IFRS 7.19

O Grupo detém um empréstimo bancário no montante de R\$ 3.460 mil em 31 de dezembro de 2017 (2016: 3.460), que, de acordo com os termos do contrato, será pago em parcelas nos próximos 5 anos. Contudo, o contrato contém uma cláusula contratual restritiva (*covenant*) que estabelece que, ao final de cada trimestre, a dívida do Grupo (definida no contrato como sendo o total de empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar) não pode exceder 2,5 vezes a receita líquida do Grupo, caso contrário, o empréstimo se torna imediatamente vencido.

O Grupo ultrapassou o limite estabelecido no terceiro trimestre de 2017, e continuou ultrapassando o limite em 31 de dezembro de 2017. Entretanto, a Administração obteve, em outubro de 2017, um *waiver* do banco para essa cláusula, anuindo com a não execução dos testes de cumprimento do limite em setembro e dezembro de 2017. Conseqüentemente, esse empréstimo passa a não mais estar vencido em 31 de dezembro de 2017, postergando-se o limite para março de 2019 (veja *nota explicativa 40*).⁶²

(c) Notas conversíveis

<i>Em milhares de Reais</i>	Nota	Consolidado
Emissão de notas conversíveis (1.250.000 notas a um valor de face de R\$ 4)		5.000
Custo de transação		(250)
Valor líquido recebido		4.750
Montante classificado como patrimônio líquido (líquido dos custos de transação de R\$ 9 mil)	31 (c)	(163)
Juros		91
Valor contábil em 31 de dezembro de 2017		4.678

As notas foram emitidas em 29 de maio de 2017 e serão conversíveis em 250.000 ações ordinárias em maio de 2020 por opção do titular. Notas não convertidas se tornarão resgatáveis à vista.

(d) Ações preferenciais resgatáveis

<i>Em milhares de Reais</i>	Consolidado
Emissão de ações preferenciais resgatáveis (1.000.000 ações a um valor nominal de R\$ 2)	2.000
Custos da transação	(61)
Valor contábil em 31 de dezembro de 2017	1.939

Em 2017, 1.000.000 ações preferenciais resgatáveis foram emitidas com valor nominal de R\$ 2 por ação (2016: zero). As ações preferenciais resgatáveis deverão ser obrigatoriamente resgatadas pelo seu valor de face em 31 de maio de 2023 e o Grupo é obrigado a pagar aos seus detentores um dividendo de 4,4% do seu valor de face no dia 31 de maio de cada ano até o vencimento. As ações preferenciais resgatáveis não têm direito de voto.

Insights
3.1.40.130

62 Em algumas circunstâncias, uma entidade pode - antes da data base - obter um acordo de um credor para alterar um contrato de empréstimo. Tais alterações podem postergar a data em que as informações são avaliadas para teste de quebra de *covenants* na data ou antes da data base para uma data posterior. Acreditamos que, situações em que a entidade teria quebrado o *covenant* relacionado ao contrato, mas este foi alterado antes da data base, não afetam a classificação do passivo na data base.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

22. Empréstimos e financiamentos (continuação)**(e) Passivos de arrendamentos financeiros**

CPC 06.31(b) IAS 17.31(b)

Passivos de arrendamentos financeiros são como segue:

Consolidado	Pagamentos futuros mínimos de arrendamento		Juros		Valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
<i>Em milhares de Reais</i>						
Menos de um ano	535	706	220	262	315	444
Entre um e cinco anos	1.128	1.124	343	385	785	739
Mais de cinco anos	1.000	1.356	172	357	828	999
Total	2.663	3.186	735	1.004	1.928	2.182

CPC 06.31(c), 31(e)(i)-(ii) IAS 17.31(c), 31(e)(i)-(ii)

Certos arrendamentos exigem pagamentos adicionais que são contingentes de acordo com as alterações de índices em preços futuros (IGP-M). Pagamentos contingentes de arrendamentos financeiros incluídos no resultado do exercício totalizaram R\$ 17 mil (2016: R\$ 15 mil).

(i) Locação de equipamento sem forma legal de arrendamento

CPC 26.122 CPC 06.31(e) IAS 1.122 IAS 17.31(e)

Em 2016, o Grupo entrou em um acordo em que um fornecedor construiu um conjunto de equipamentos, para fornecimento de uma substância química específica, utilizada na produção de um novo produto da divisão americana de produção e distribuição de papel por um período mínimo de 16 anos. O Grupo pagará uma taxa fixa anualmente mais um valor variável com base na quantidade de produto químico entregue.

Devido à natureza incomum do produto e do processo de produção, é improvável que o fornecedor seja capaz de vender o produto químico a outros clientes. Não seria economicamente viável para o fornecedor produzir a substância química utilizando um equipamento diferente. Assim, apesar de o acordo não ter a forma legal de um arrendamento, o Grupo concluiu que o acordo contém o arrendamento do equipamento. O arrendamento foi classificado como um arrendamento financeiro. Assim, no início do arrendamento, o Grupo separou os pagamentos entre aluguel e demais elementos do contrato com base no seu valor justo relativo. Os custos financeiros atribuídos ao passivo foram determinados com base na taxa de juros incremental do Grupo (6,5%).

22. Empréstimos e financiamentos (continuação)

CPC 03.44A-E IAS 7.44A-E

(f) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento⁶³

CPC 03.44B(a) IAS 7.44B(a)

Em milhares de Reais	Nota	Passivos					Derivativos (ativos) / passivos mantidos para hedge de empréstimos de longo prazo		Patrimônio				
		Saque a descoberto utilizado para fins de gestão de caixa	Outros empréstimos e financiamentos	Notas conversíveis	Ações preferenciais resgatáveis	Passivos de arrendamentos financeiros	Swap de taxas de juros e contratos de câmbio utilizados para hedge - ativo	Swap de taxa de juros e contratos de câmbio a prazo utilizados para hedge - passivos	Capital social/prêmio	Reservas	Reservas de lucros	NCI	Total
Saldo representado em 1 de janeiro de 2017		282	22.395	-	-	2.182	(205)	12	18.050	462	13.873	3.109	60.160
Variações dos fluxos de caixa de financiamento													
Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas	26 (a)	-	-	-	-	-	-	-	1.550	-	-	-	1.550
Recursos provenientes da emissão de notas conversíveis	22 (c)	-	-	4.837	-	-	-	-	-	163	-	-	5.000
Recursos provenientes da emissão de ações preferenciais resgatáveis	22 (d)	-	-	-	2.000	-	-	-	-	-	-	-	2.000
Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos		-	591	-	-	-	-	-	-	-	-	-	591
Recursos provenientes da venda de ações em tesouraria		-	-	-	-	-	-	-	19	11	-	-	30
Recursos provenientes do exercício de opções de ações	26 (a)	-	-	-	-	-	-	-	50	-	-	-	50
Recursos provenientes de liquidação de derivativos		-	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-	5
Custos de transação relacionados a empréstimos e financiamentos	22 (c)-(d)	-	-	(250)	(61)	-	-	-	-	-	-	-	(311)
Aquisição de participação de acionistas não controladores	29	-	-	-	-	-	-	-	-	8	(93)	(115)	(200)
Pagamento de empréstimos		-	(5.055)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.055)
Pagamento de passivos de arrendamento financeiro		-	-	-	-	(454)	-	-	-	-	-	-	(454)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	26 (a)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.243)	-	(1.243)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento		-	(4.464)	4.587	1.939	(454)	5	-	1.619	182	(1.336)	(115)	1.963

CPC 03.44D-E, 60 IAS 7.44D-E, 60

63 Este exemplo ilustra um possível formato para atender ao novo requerimento de divulgação na Iniciativa de Divulgação (Alterações ao CPC 03 / IAS 7), fornecendo uma reconciliação entre a abertura e o fechamento de saldos no balanço patrimonial para passivos decorrentes de atividades de financiamento. Outros formatos de apresentação são possíveis. Embora as alterações exijam apenas a divulgação de uma reconciliação das mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, o Grupo optou por expandir a divulgação para cobrir alterações nos saques a descoberto utilizados para fins de gerenciamento de caixa e variações nos saldos patrimoniais decorrentes de atividades de financiamento. Se uma entidade fornece as divulgações exigidas pelo CPC 03.44A / IAS 7.44A em combinação com divulgações de alterações em outros ativos e passivos, ela deve divulgar as mudanças nos passivos decorrentes das atividades de financiamento separadamente das mudanças nesses outros ativos e passivos. Quando uma entidade adota os novos requerimentos pela primeira vez, não é necessário apresentar informação comparativa de períodos anteriores.

22. Empréstimos e financiamentos (continuação)**(f) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento (continuação)**

CPC 03.44B(b)	IAS 7.44B(b)	Variações decorrentes da obtenção ou perda de controle de controladas ou outros negócios	-	500	-	-	-	-	-	87	-	120	-	707
CPC 03.44B(c)	IAS 7.44B(c)	Efeito das variações nas taxas de câmbio	-	(122)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(122)
CPC 03.44B(d)	IAS 7.44B(d)	Variações nos valores justos	-	-	-	-	-	20	16	-	-	-	-	36
CPC 03.44B(e)	IAS 7.44B(e)	Outras variações												
		Relacionadas com passivos												
		Variações nos saques a descoberto	11	52	-	-	-	-	-	-	-	-	-	52
		Novos arrendamentos financeiros	19 (c)	-	-	-	-	200	-	-	-	-	-	200
		Custos de empréstimos capitalizados	19 (e), 20 (d)	-	231	-	-	-	-	-	-	-	-	231
		Despesas com juros	38	-	1.061	91	51	210	-	-	-	-	-	1.413
		Juros pagos		-	(1.289)	-	-	(210)	-	-	-	-	-	(1.499)
		Total das outras variações relacionadas com passivos		52	3	91	51	200	-	-	-	-	-	397
		Total das outras variações relacionadas com patrimônio		-	-	-	-	-	4	-	-	566	8.229	855
		Saldo em 31 de dezembro de 2017		334	18.312	4.678	1.990	1.928	(176)	28	19.756	1.210	20.886	3.849
														72.795

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

23. Provisões

Ver política contábil na nota explicativa 9 (t).

Consolidado

<i>Em milhares de Reais</i>		Nota	Garantias	Reestru- turação	Restauração de áreas	Contratos onerosos	Cíveis e trabalhistas	Total
<i>CPC 25.84(a)</i>	<i>IAS 37.84(a)</i>			200	600	740	-	1.540
				Saldo em 1º de janeiro de 2017				
		3	-	-	150	-	20	170
<i>CPC 25.84(b)</i>	<i>IAS 37.84(b)</i>		280	400	660	160	-	1.500
<i>CPC 25.84(c)</i>	<i>IAS 37.84(c)</i>		(200)	(500)	(800)	-	-	(1.500)
<i>CPC 25.84(d)</i>	<i>IAS 37.84(d)</i>		-	(100)	-	-	-	(100)
<i>CPC 25.84(e)</i>	<i>IAS 37.84(e)</i>	38	-	-	60	-	-	60
<i>CPC 25.84(a)</i>	<i>IAS 37.84(a)</i>		280	400	810	160	20	1.670
			Saldo em 31 de dezembro de 2017					
			180	400	-	60	20	660
			Circulante					
			100	-	810	100	-	1.010
			Não circulante					
			280	400	810	160	20	1.670

(a) Provisão para garantias

*CPC 25.85 (a)-
(c)*

*IAS 37.85(a)-
(c)*

A provisão para garantias está relacionada basicamente ao papel vendido durante os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2017. A provisão é baseada em estimativas de dados históricos de garantias associadas com produtos e serviços semelhantes. O Grupo espera liquidar a maioria desses passivos dentro do próximo ano. Um reembolso esperado de despesas de garantia incorridas de R\$ 25 mil foi incluído em 'Contas a receber de clientes e outros recebíveis' (veja nota explicativa 13) com base na aceitação do fornecedor de sua responsabilidade pelo defeito dos produtos.

(b) Reestruturação

*CPC 26.98 (b),
125*

*IAS 1.98 (b),
125*

CPC 25.85 (a)-(b)

*IAS 37.85(a)-
(b)*

Em 2016, o Grupo se comprometeu com um plano para reestruturar uma das linhas de produto da divisão americana de distribuição e produção de papel devido a uma redução na demanda como resultado de deterioração nas condições econômicas. Seguindo o anúncio do plano, o Grupo reconheceu uma provisão de R\$ 600 mil para custos esperados de reestruturação incluindo custos de rescisão de contratos, encargos de consultoria e benefícios a serem pagos na demissão de empregados. (Veja Nota 33(e)) Os custos estimados foram baseados nos termos dos contratos relevantes. A reestruturação foi concluída em 2017 e R\$ 500 mil da provisão foi utilizada durante o ano. A provisão não utilizada de R\$ 100 mil foi revertida e incluída no custo das vendas na demonstração do resultado.

Em 2017, uma provisão de R\$ 400 mil foi constituída para cobrir os custos associados com a reestruturação de parte de uma fábrica no segmento de Papel Padrão. Esta parte da fábrica não será alienada junto com o restante das instalações (veja nota explicativa 16). Os custos estimados de reestruturação incluem principalmente benefícios de rescisão para empregados (Veja Nota 33(e)) e são baseados em um plano detalhado acordado entre a Administração e os sindicatos dos empregados. A reestruturação e a venda devem ser concluídas até junho de 2018.

(c) Restauração de áreas

CPC 25.85(a)

IAS 37.85(a)

(i) França

Uma provisão de R\$ 740 mil foi constituída em 2016 e uma reversão do desconto a valor presente de R\$ 60 mil foi reconhecido em 2017 com relação à obrigação do Grupo para reparar danos ambientais ocorridos na França. A tarefa necessária foi concluída em 2017 ao custo de R\$ 800 mil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

23. Provisões (continuação)**(c) Restauração de áreas (continuação)****(ii) Romênia**

CPC 26.125, 129
CPC 25.85(a)-(b)
IAS 1.125, 129
IAS 37.85
(a)-(b)

De acordo com as leis romenas, um terreno contaminado pela controlada do Grupo tem que ser recuperado às suas condições originais até o final de 2020. Em 2017, o Grupo provisionou R\$ 660 mil para esta ação.

Devido à natureza de longo prazo do passivo, a maior incerteza para estimar a provisão é o custo a ser incorrido. Especificamente, o Grupo considerou que o local será recuperado utilizando tecnologia e materiais que estão disponíveis atualmente. Foi fornecida ao Grupo uma série de estimativas razoavelmente possíveis para o custo total, que varia entre R\$ 500 mil e R\$ 700 mil, refletindo diferentes premissas sobre as alterações de preço dos diferentes elementos que serão necessários para a descontaminação. A provisão foi calculada utilizando uma taxa de desconto de 5,9%. A recuperação deve ocorrer progressivamente durante os próximos dois a três anos.

CPC 21.26
IAS 34.26

A provisão aumentou, comparada ao montante de R\$ 500 mil reportada no relatório intermediário da Companhia para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2017, devido a uma alteração nos custos estimados. Quando o relatório intermediário foi preparado, a extensão dos trabalhos de restauração necessários era incerta, uma vez que o relatório de fiscalização das autoridades ambientais ainda não havia sido finalizado. As estimativas foram então revisadas com base no relatório final de fiscalização.

(iii) Aquisição da Papyrus

Como parte da aquisição da Papyrus Pty Limited, o Grupo reconheceu uma provisão para recuperação ambiental de R\$ 150 mil, determinado em bases provisórias (veja [nota explicativa 3 \(c\)](#)).

(d) Contratos onerosos

CPC 25.85(a), (b)
IAS 37.85
(a), (b)

Em 2016, o Grupo iniciou um arrendamento não cancelável de escritórios que, devido a alterações em suas atividades, deixaram de ser utilizados em 30 de setembro de 2017. O contrato de arrendamento expira em 2020. As instalações foram subarrendadas pelo prazo remanescente do arrendamento, porém alterações nas condições de mercado fizeram com que a receita da sublocação seja menor que as despesas do aluguel original. A diferença entre os pagamentos e recebimentos até o final do contrato, descontada a valor presente, foi provisionada.

(e) Legal

CPC 25.86(a)-(b)
IAS 37.86
(a)-(b)

Como resultado da aquisição da Papyrus Pty Limited, o Grupo assumiu um passivo contingente de R\$ 20 mil, determinado em bases provisórias (veja [nota explicativa 3 \(c\)](#)).

(f) Tributos

CPC 26.85(a)
IAS 37.85
(a)

O Grupo opera em vários países onde está sujeito a tributos variados. O Grupo avalia o momento de reconhecimento da provisão para tributos ambientais impostos pela legislação no final do ano fiscal (31 de março) para as entidades que fabricam produtos com base em celulose. O Grupo reconheceu uma obrigação de pagar tributos ambientais em 31 de março, quando o fato gerador da obrigação conforme requerido pela legislação ocorreu. A obrigação foi posteriormente liquidada. Portanto, em 31 de dezembro de 2017, nenhuma obrigação para tributos ambientais está reconhecida no balanço. Uma despesa de R\$ 102 mil foi reconhecida em relação a tributos ambientais no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

24. Contingências

Veja política contábil na [nota explicativa 9 \(t\)](#).

CPC 26.125
CPC 25.86
IAS 1.125
IAS 37.86

Uma controlada está se defendendo de uma ação de uma agência ambiental na Europa. Embora nenhum passivo tenha sido reconhecido por não ser provável uma saída de recursos, caso a defesa contra a ação não tenha sucesso, as multas e custos legais podem totalizar R\$ 950 mil, dos quais R\$ 250 mil seriam reembolsáveis por um contrato de seguro. Baseada na opinião de seu assessor legal, a Administração acredita que a defesa contra a ação será bem sucedida.

Como parte do processo de aquisição da Papyrus, o Grupo reconheceu um passivo contingente de R\$ 20 mil relacionado com reclamações de multas contratuais feitas por um dos clientes da Papyrus (veja [nota explicativa 3 \(c\)](#)).

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

25. Receita diferida

Veja política contábil nas notas explicativas 9 (d)(i), (f) e (n).

<i>Em milhares de Reais</i>		<i>Nota</i>	Consolidado		
			2017	2016	
CPC 17.40(b)	IAS 11.40 (b)	Subvenções governamentais ⁶⁵	(a)	1.424	1.462
		Adiantamentos de clientes		110	117
CPC 17.42(b)	IAS 11.42 (b)	Faturamento antecipado		17	13
		Programa de fidelização de clientes	(b), 36	50	38
				1.601	1.630
Circulante				177	168
Não circulante				1.424	1.462
				1.601	1.630

(a) Subvenções governamentais

CPC 07.43(b)-(c) IAS 20.39
(b)-(c)

A Companhia recebeu duas subvenções governamentais. Uma delas, recebida em 2016, totalizava R\$ 1.462 mil e era condicionada à aquisição de uma fábrica em um local específico. A fábrica está em operação desde o início de 2017 e a assistência governamental, reconhecida como receita diferida, está sendo amortizada durante a vida útil da fábrica. De acordo com os termos da subvenção, o Grupo está proibido de vender as instalações da fábrica por um período de 15 anos a partir da data da subvenção. A segunda subvenção, recebida em 2017, era incondicional, em um total de R\$ 200 mil e está relacionada a floresta. Ela foi registrada como 'Outras Receitas' quando se tornou recebível (veja nota explicativa 37 (a)).

(b) Programa de fidelização de clientes⁶⁶

A receita diferida referente a pontos de fidelidade concedidos de R\$ 50 mil (2016: 38 mil) foi estimada com base no valor justo dos produtos de papel pelo qual os pontos poderiam ser resgatados. Isso porque o valor justo dos pontos de fidelidade não é diretamente observável. O valor justo do direito de comprar produtos de papel com desconto para o qual os pontos de fidelidade podem ser resgatados leva em consideração o montante do desconto disponível para os clientes que não tenham obtido os pontos de fidelidade e a taxa de perda esperada dos pontos.

26. Capital Social e Reservas

Veja políticas contábeis nas notas explicativas 9 (b)(i)–(iii), (e)(iv), (k)(iv), (p)(ii), (p)(iv), (q) e (r).

(a) Capital Social e Reservas de Capital

<i>Em milhares de ações</i>		Ações ordinárias		Ações preferenciais não resgatáveis		
		2017	2016	2017	2016	
CPC 26.79 (a)(iv)	IAS 1.79 (a)(iv)	Em 1º de janeiro	3.100	3.100	1.750	1.750
		Emitidas e pagas em dinheiro	130	-	-	-
		Exercício de opção de ações	5	-	-	-
		Emitidas em combinação de negócios	8	-	-	-
Emitidas em 31 de dezembro - totalmente						
CPC 26.79(a)(ii)	IAS 1.79 (a)(ii)	integralizadas	3.243	3.100	1.750	1.750
		Autorizadas - valor nominal por ação ordinária R\$ 3 (ação preferencial: R\$ 2)	10.000	10.000	2.000	2.000

CPC 07.24 IAS 20.24

65 O Grupo optou por apresentar subvenções governamentais relacionadas a ativos como receita diferida. Alternativamente, a Companhia pode apresentar tais subvenções como uma dedução ao valor contábil do ativo.

66 Embora não seja requerido pelo CPC 30 Interpretação A / IFRIC 13, a Companhia forneceu divulgações que os usuários podem achar úteis. Itens de divulgação adicionais podem ser necessários se o programa de fidelidade de clientes for significativo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

26. Capital social e reservas (continuação)

(a) Capital Social e Reservas de Capital (continuação)

CPC 26.79(a)(v) IAS 1.79
(a)(v)

As ações ordinárias têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia. Acionistas preferenciais participam somente até o limite do valor nominal dessas ações.

(i) Ações ordinárias

CPC 26.79(a)(v) IAS 1.79
(a)(v)

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia. Com relação às ações em tesouraria, todos os direitos dessas ações estão suspensos até que essas ações sejam colocadas novamente no mercado.

Emissão de ações ordinárias

CPC 26.79(a) IAS 1.79(a)

Em outubro de 2017, a Companhia emitiu 130.000 ações ordinárias a um preço de R\$ 11,92 por ação (2016: zero).

Adicionalmente, 5.000 ações ordinárias foram emitidas por exercício de opções adquiridas decorrentes do programa de opções de ações de 2013 concedidas à Administração (2016: zero) (veja nota explicativa 32). As opções foram exercidas a um preço médio de R\$ 10,00 por ação.

CPC 03.43 IAS 7.43

Em 2017, 8.000 ações ordinárias foram emitidas como resultado da aquisição da Papyrus Pty (veja nota explicativa 3 (a)) (2016: zero).

(ii) Ações preferenciais não resgatáveis

Detentores de ações preferenciais não resgatáveis recebem dividendos não-cumulativos de R\$ 0,2503 por ação quando da declaração de pagamento de dividendos para ações ordinárias ou por discricionariedade da Administração. Essas ações preferências não têm participação em qualquer outro dividendo adicional declarado para ações ordinárias e não têm direito a voto.

(b) Natureza e propósito das reservas

(i) Reserva de lucros⁶⁷

– Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

– Reserva de retenção de lucros⁶⁸

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital para construção da nova fábrica de papel padrão, conforme proposta no orçamento previamente aprovado na assembléia geral.

CPC 26.79(b), IAS 1.79(b),
39.34 32.34

(ii) Ações em tesouraria⁶⁹

Ações em tesouraria compreendem o custo das ações da Companhia detidas pelo Grupo. Em 31 de dezembro de 2017 o Grupo detinha 48 mil ações em tesouraria (em 2016: 50 mil).

⁶⁷ Reservas estatutárias também podem existir, segundo os artigos 194 e 198 da Lei 6.404/76. As reservas estatutárias são constituídas por determinação do estatuto da entidade, como destinação de uma parcela dos lucros do exercício, e não podem restringir o pagamento do dividendo obrigatório. O estatuto poderá criar as reservas desde que, para cada uma, indique, de modo preciso e completo, a sua finalidade, fixe os critérios para determinar a parcela anual dos lucros líquidos que serão destinados à sua constituição, e estabeleça o limite máximo da reserva.

⁶⁸ Conforme o artigo 196 da Lei 6.404/76, a assembleia-geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado. O orçamento, submetido pelos órgãos da administração com a justificação da retenção de lucros proposta, deverá compreender todas as fontes de recursos e aplicações de capital, fixo ou circulante, e poderá ter a duração de até cinco exercícios, salvo no caso de execução, por prazo maior, de projeto de investimento. O orçamento poderá ser aprovado pela assembleia-geral ordinária que deliberar sobre o balanço patrimonial do exercício e revisado anualmente, quando tiver duração superior a um exercício social.

CPC 26.79(a)(vi) IAS 1.79(a)(vi),
CPC 39.34 IAS 32.34

⁶⁹ O Grupo decidiu divulgar o número de ações em tesouraria nas notas explicativas. Alternativamente, isso pode ser divulgado no balanço patrimonial ou na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

26. Capital social e reservas (continuação)**(b) Natureza e propósito das reservas****(iii) Ajustes de avaliação patrimonial**

Ajustes de avaliação patrimonial incluem:

- Parcela efetiva da variação líquida acumulada do valor justo dos instrumentos de *hedge* utilizados em *hedge* de fluxo de caixa até o reconhecimento dos fluxos de caixa que foram protegidos (veja nota explicativa 9 (p)(iv)).
- Variação líquida acumulada do valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda até que os ativos sejam desreconhecidos ou sofram perda por redução no valor recuperável.
- Ajustes acumulados de conversão com as diferenças de câmbio decorrentes da conversão das demonstrações financeiras de operações no exterior.
- Parcela efetiva com diferenças de câmbio de *hedge* de investimentos líquidos da Companhia em uma operação no exterior.
- Ajuste ao valor justo para itens do imobilizado imediatamente antes de sua reclassificação para propriedades para investimentos.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos/passivos a que elas se referem.

(c) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 18%⁷⁰ do resultado do período ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

Os dividendos a pagar foram calculados conforme segue:

Resultado do período	7.413
(-) Reserva legal (5%)	(357)
Base de cálculo para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	7.056
Dividendos propostos	1.243

CPC 26.107 IAS 1.107

Os dividendos pagos e a pagar por classe de ação foram:

<i>Em milhares de Reais</i>	2017	2016
R\$ 0,2597 por ação ordinária (2016: R\$ 0,4280)	805	133
R\$ 0,2503 por ação preferencial não resgatável (2016: R\$ 0,2503)	438	438
	1.243	571

27. Gerenciamento do capital

CPC 26.134, 135(a) IAS 1.134, 135(a)

A política da Diretoria é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

CPC 26.135(a) IAS 1.135 (a)

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. O objetivo do Grupo é atingir um retorno sobre o capital superior a 23%; em 2017, o retorno foi de 29,9% (2016: 24,3%). Em comparação, a taxa média ponderada de juros sobre empréstimos foi de 5,8% (2016: 5,5%).

70 Para fins deste modelo ilustrativo foi utilizada a taxa de 18%. A Lei 6.404/76 determina que, se o Estatuto for omissivo, o dividendo mínimo obrigatório representa 50% do lucro líquido ajustado. Se o estatuto for omissivo e a assembleia geral deliberar alterá-lo, o DMO deve ser de, pelo menos, 25% do lucro líquido ajustado. Em certos casos, o estatuto pode estabelecer o DMO como porcentagem do lucro ou do capital social, ou fixar outros critérios para determiná-lo, desde que sejam regulados com precisão e minúcia e não sujeitem os acionistas minoritários ao arbítrio dos órgãos de administração ou da maioria. Tradicionalmente, o dividendo mínimo obrigatório (DMO) é determinado como 25 a 50% do lucro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

27. Gerenciamento do capital (continuação)

A Administração está discutindo alternativas para estender o programa de opção de ações do Grupo além da alta administração e outros funcionários seniores; atualmente, aos funcionários são concedidos direitos de valorização de ações e participação em um programa para compra de ações (veja nota explicativa 32 (a)). O Grupo está discutindo os mecanismos de remuneração com os sindicatos dos funcionários, porém nenhuma decisão foi tomada.

CPC 26.135(a) IAS 1.135
(a)

O Grupo monitora o capital usando um índice de alavancagem representado pela 'dívida líquida', dividido pelo 'patrimônio líquido ajustado'. A dívida líquida é calculada como o total do passivo (conforme apresentado no balanço patrimonial), menos caixa e equivalentes de caixa. O 'patrimônio líquido ajustado' é composto pelo total do patrimônio líquido menos os valores acumulados na reserva de *hedge*.⁷¹

A política do Grupo é manter esse índice abaixo de 2,00. O índice de alavancagem do Grupo em 31 de dezembro de 2017 é apresentado a seguir:

Em milhares de Reais	Consolidado	
	2017	2016
		Reapresentado*
Total do passivo	63.267	51.802
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(1.505)	(1.850)
Dívida líquida	61.762	49.952
Total do patrimônio líquido	45.701	35.494
Menos: reserva de <i>hedge</i>	(428)	(490)
Patrimônio líquido ajustado	45.273	35.004
Índice de alavancagem em 31 de dezembro	1,36	1,43

* Veja nota explicativa 8

CPC 26.135(a) IAS 1.135
(a)

De tempos em tempos, o Grupo adquire suas próprias ações no mercado. O momento destas compras depende dos preços de mercado. As ações em tesouraria destinam-se, principalmente, ao programa de opções do Grupo. Decisões de compra e venda são tomadas para cada transação pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos. O Grupo não tem um plano de recompra de ações definido.

⁷¹ O Grupo forneceu as definições de 'dívida líquida' e 'patrimônio líquido ajustado' porque são relevantes para o entendimento de como ele gerencia o capital e não são definidos pelos CPC / IFRS. O Grupo também forneceu as reconciliações entre essas medidas alternativas de desempenho e os valores apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

28. Participação de acionistas não controladores⁷²

Ver política contábil na nota explicativa 9(a)(ii)-(iii) e (vi).

A tabela a seguir resume as informações relativas a cada uma das controladas do Grupo que tem participação material de acionistas não controladores, antes de quaisquer eliminações intra-grupo.⁷³

31 de dezembro de 2017

<i>Em milhares de Reais</i>	Papyrus					Outras controladas imateriais	Eliminações intra-grupo	Total
	Pty Limited	Oy Kossu AG	Swissolote AG	Maple-leaf Inc.	Silver Fir S.A.			
Percentual dos não controladores	10%	10%	25%	55%	52%			
Ativo não circulante	2.500	9.550	7.438	1.550	4.948			
Ativo circulante	1.780	5.120	1.115	890	1.272			
Passivo não circulante	(715)	(5.230)	(6.575)	(1.280)	(533)			
Passivo circulante	(43)	(5.084)	(915)	(442)	(1.018)			
Ativos líquidos	3.522	4.356	1.063	718	4.669			
Ativos líquidos atribuíveis aos não controladores	352	436	266	395	2.428	7	(35)	3.849
Receita	20.409	10.930	9.540	8.112	15.882			
Resultado	450	566	410	245	309			
Outros resultados abrangentes - ORA	25	-	-	44	-			
Total resultado abrangente	475	566	410	289	309			
Resultado alocado para os não controladores	45	57	120	135	161	3	3	524
ORA alocado para os não controladores	3	-	-	24	-	-	-	27
Fluxo de caixa das atividades operacionais	430	210	166	(268)	(135)			
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(120)	510	75	-	(46)			
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (dividendos para não controladores: zero)	12	(600)	(320)	-	130			
Aumento/(diminuição) líquidos de caixa e equivalentes de caixa	322	120	(79)	(268)	(51)			

Em 31 de março de 2017, o Grupo aumentou sua participação acionária na Papyrus de 25% para 90%, com isso ela se tornou uma controlada a partir desta data (veja nota explicativa 3). Conseqüentemente, a informação referente a Papyrus é somente de 1º de abril a 31 de dezembro de 2017.

⁷² Exemplos adicionais de divulgações conforme CPC 45 / IFRS 12 encontram-se em nossa publicação Guia para Demonstrações Financeiras Anuais – Suplemento CPC 45 (IFRS 12).

⁷³ Embora não seja requerido pelo CPC 45 / IFRS 12, o Grupo reconciliou a informação financeira das subsidiárias com participações materiais de não controladores, com os montantes totais das demonstrações financeiras consolidadas, pois os usuários podem considerar essa informação útil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

28. Participação de acionistas não controladores (continuação)**31 de dezembro de 2016**

<i>Em milhares de Reais</i>	Oy Kossu AG	Swissolote AG	Maple-leaf Inc.	Silver Fir S.A.	Outras controladas imateriais	Eliminações intra-grupo	Total
	Reapresentado*	Reapresentado*					
Percentual dos não controladores	10%	40%	55%	52%			
Ativo não circulante	9.120	7.322	1.394	4.874			
Ativo circulante	4.960	1.278	850	638			
Passivo não circulante	(5.900)	(6.900)	(1.200)	-			
Passivo circulante	(4.390)	(1.047)	(615)	(1.152)			
Ativos líquidos	3.790	653	429	4.360			
Ativos líquidos atribuíveis aos não controladores	379	261	236	2.267	4	(38)	3.109
Receita	8.660	9.390	6.259	13.743			
Resultado	150	252	236	285			
Outros resultados abrangentes - ORA	-	-	40	-			
Total resultado abrangente	150	252	276	285			
Resultado alocado para os não controladores	15	101	130	148	(5)	(22)	367
ORA alocado para os não controladores	-	-	22	-	-	-	22
Fluxo de caixa das atividades operacionais	300	115	530	(100)			
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(25)	(40)	(788)	(30)			
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (dividendos para não controladores: zero)	(200)	(50)	190	130			
Aumento/(diminuição) líquidos de caixa e equivalentes de caixa	75	25	(68)	-			

* Veja nota explicativa 8.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

29. Aquisição de participação de acionistas não controladores

Ver política contábil na nota explicativa 9 (a).

CPC 45.10(b)(iii), IFRS
18 12.10(b)(iii), 18

Em junho de 2017, o Grupo adquiriu uma participação adicional de 15% na Swissolote, aumentando sua participação de 60% para 75%. O valor contábil dos ativos líquidos da Swissolote nas demonstrações financeiras consolidadas na data de aquisição era de R\$ 767 mil. O Grupo reconheceu uma redução na participação de não controladores de R\$ 115 mil, uma redução nas reservas de lucros de R\$ 93 mil e um aumento nos ajustes acumulados de conversão de R\$ 8 mil, sendo R\$ 85 mil de mudança no patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores.

Em milhares de Reais

Valor contábil da participação de não controladores adquirida (R\$ 767 mil x 15%)	(115)
Contraprestação transferida para os acionistas não controladores	200
Redução no patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	85

A redução do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia compreendeu:

- uma diminuição dos resultados acumulados de R\$ 93 mil; e
- um aumento na reserva de conversão de R\$ 8 mil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

30. Instrumentos financeiros**(a) Classificação contábil e valores justos^{74, 75}**

CPC 40.8, 25-26, 29-30
CPC 46.93(a)-(b), 94, 97, 99

IFRS 7.8, 25-26, 29-30
IFRS 13.93(a)-(b), 94, 97, 99

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Ativos consolidados**31 de dezembro de 2017**

<i>Em milhares de Reais</i>	Nota	Valor contábil						Valor justo			
		Mantidos para negociação	Designados ao valor justo	Valor justo - instrumentos de hedging	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Disponíveis para venda	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo											
Swaps de taxa de juros utilizados para <i>hedging</i>	12	-	-	116	-	-	-	116	-	116	116
Contratos de câmbio a termo utilizados para <i>hedging</i>	12	-	-	297	-	-	-	297	-	297	297
Outros contratos de câmbio a termo	12	122	-	-	-	-	-	122	-	122	122
Títulos públicos	12	243	-	-	-	-	-	243	43	200	243
Títulos de dívida corporativos	12	-	-	-	-	-	118	118	48	70	118
Ações	12	-	251	-	-	-	710	961	961	-	961
			251								
		365	-	413	-	-	828	1.857			
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo⁷⁶											
Contas a receber de clientes e outros créditos	13	-	-	-	-	32.267	-	32.267			
Caixa e equivalentes de caixa	11	-	-	-	-	1.505	-	1.505			
Títulos de dívida corporativos	12	-	-	-	2.436	-	-	2.436	2.461	-	2.461
		-	-	-	2.436	33.772	-	36.208			

74 Nesta tabela, o Grupo divulgou o valor justo de cada classe de ativos e passivos financeiros de uma forma que permite que a informação seja comparada com os valores contábeis. Adicionalmente, reconciliou os ativos e passivos às diferentes categorias de instrumentos financeiros conforme definido no CPC 38 / IAS 39. Esse método de apresentação é opcional e diferentes métodos de apresentação podem ser apropriados dependendo das circunstâncias.

75 O Grupo agrupou seus instrumentos financeiros por 'classes'. Embora o CPC 40 / IFRS 7 não defina 'classe', no mínimo, os instrumentos mensurados ao custo amortizado devem ser segregados dos instrumentos mensurados ao valor justo.

76 O Grupo não divulgou os valores justos para instrumentos financeiros como 'Contas a receber de clientes e outros créditos' e 'Fornecedores', uma vez que seus valores contábeis são razoavelmente próximos de seus valores justos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

30. Instrumentos financeiros (continuação)**(a) Classificação contábil e valores justos (continuação)****Passivos consolidados****31 de dezembro de 2017**

<i>Em milhares de Reais</i>	<i>Nota</i>	Valor contábil			Valor justo			
		Passivo Financeiro a VJR	Valor justo - instrumentos de hedging	Outros passivos financeiros	Total	Nível 2	Nível 3	Total
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Swaps de taxa de juros utilizados para <i>hedging</i>	21	-	(20)	-	(20)	(20)	-	(20)
Contratos de câmbio a termo utilizados para <i>hedging</i>	21	-	(8)	-	(8)	(8)	-	(8)
Contraprestação contingente	21	(270)	-	-	(270)	-	(270)	(270)
		(270)	(28)	-	(298)			
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo⁷⁷								
Saldo bancário a descoberto	11	-	-	(334)	(334)			
Empréstimos bancários com garantia	22	-	-	(8.609)	(8.609)	(8.979)	-	(8.979)
Empréstimos bancários sem garantia	22	-	-	(503)	(503)	(505)	-	(505)
								(9.675)
Títulos de dívida emitidos sem garantia		-	-	(9.200)	(9.200)	(9.675)	-	(75)
Notas conversíveis - componente passivo	22	-	-	(4.678)	(4.678)	(4.671)	-	(4.671)
Ações preferenciais resgatáveis	22	-	-	(1.939)	(1.939)	(1.936)	-	(1.936)
Dividendos das ações preferenciais resgatáveis	22	-	-	(51)	(51)	(51)	-	(51)
Passivo de arrendamento mercantil financeiro	22	-	-	(1.928)	(1.928)	(1.856)	-	(1.856)
Fornecedores *	21	-	-	(21.684)	(21.684)			
				(48.926)	(48.926)			

* despesas provisionadas que não são passivos financeiros (R\$ 28 mil) não foram incluídas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

30. Instrumentos financeiros (continuação)**(a) Classificação contábil e valores justos (continuação)****Ativos consolidados****31 de dezembro de 2016**

<i>Em milhares de Reais</i>	Nota	Valor contábil						Valor justo				
		Mantidos para negociação	Designados ao valor justo	Valor justo - instrumentos de hedging	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Disponíveis para venda	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo												
Swaps de taxa de juros utilizados para <i>hedging</i>	12	-	-	131	-	-	-	131	-	131	-	131
Contratos de câmbio a termo utilizados para <i>hedging</i>	12	-	-	352	-	-	-	352	-	352	-	352
Outros contratos de câmbio a termo	12	89	-	-	-	-	-	89	-	89	-	89
Títulos públicos	12	591	-	-	-	-	-	591	591	-	-	591
Títulos de dívida corporativos	12	-	-	-	-	-	373	373	373	-	-	373
Ações	12	-	254	-	-	-	511	765	540	-	225	765
		680	254	483	-	-	884	2.301				
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo⁷⁸												
Contas a receber de clientes e outros créditos	13	-	-	-	-	22.485	-	22.485				
Caixa e equivalentes de caixa	11	-	-	-	-	1.850	-	1.850				
Títulos de dívida corporativos	12	-	-	-	2.256	-	-	2.256	2.259	-	-	2.259
		-	-	-	2.256	24.335	-	26.591				

CPC 40.29 IFRS 7.29 78 O Grupo não divulgou os valores justos para instrumentos financeiros como 'Contas a receber de clientes e outros créditos' e 'Fornecedores', uma vez que seus valores contábeis são razoavelmente próximos de seus valores justos.
CPC 46.97 IFRS 13.97

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

30. Instrumentos financeiros (continuação)**(a) Classificação contábil e valores justos (continuação)****Passivos consolidados****31 de dezembro de 2016**

<i>Em milhares de Reais</i>	<i>Nota</i>	Valor contábil			Valor justo	
		Valor justo - instrumentos de hedging	Outros passivos financeiros	Total	Nível 2	Total
Passivos financeiros mensurados ao valor justo						
Swaps de taxa de juros utilizados para <i>hedging</i>	21	(5)	-	(5)	(5)	(5)
Contratos de câmbio a termo utilizados para <i>hedging</i>	21	(7)	-	(7)	(7)	(7)
		(12)	-	(12)		
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo⁷⁹						
Saldo bancário a descoberto	11	-	(282)	(282)		
Empréstimos bancários com garantia	22	-	(12.078)	(12.078)	(12.861)	(12.861)
Empréstimos bancários sem garantia	22	-	(117)	(117)	(115)	(115)
Títulos de dívida emitidos sem garantia	22	-	(9.200)	(9.200)	(9.381)	(9.381)
Empréstimos de coligadas	27	-	(1.000)	(1.000)	(997)	(997)
Passivo de arrendamento mercantil financeiro	27	-	(2.182)	(2.182)	(2.163)	(2.163)
Fornecedores*	21	-	(20.789)	(20.789)		
		-	(45.648)	(45.648)		

* despesas provisionadas que não são passivos financeiros (R\$ 32 mil) não foram incluídas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

30. Instrumentos financeiros (continuação)

(b) Mensuração do valor justo

(i) Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis

As tabelas abaixo apresentam as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2 e 3 para instrumentos financeiros mensurados ao valor justo no balanço patrimonial, assim como os inputs não observáveis significativos utilizados. Os processos de avaliação estão descritos na Nota 6.

CPC 46.91(a), 93 (d), 93(h)(i), 99 IFRS 13.91(a), 93 (d), 93(h)(i), 99

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

CPC 15.B67 (b)(iii) IFRS 3.B67 (b)(iii)

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Contraprestação contingente	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente dos pagamentos futuros esperados, descontado por uma taxa ajustada ao risco. O pagamento esperado é determinado considerando cenários possíveis das receitas e do LAJIDA projetado, o valor a ser pago em cada cenário e a probabilidade de ocorrência de cada cenário.	<ul style="list-style-type: none"> — Probabilidade associada a cada cenário (20-40%) — Previsão da taxa de crescimento anual da receita: (2017: 3-8%) — Previsão da margem do LAJIDA: (2017: 8%) — Taxa de desconto ajustada ao risco: (2017: 5.5%) 	<p>O valor justo estimado poderia aumentar (diminuir) se:</p> <ul style="list-style-type: none"> — a taxa de crescimento anual da receita fosse maior (menor); — a margem do LAJIDA fosse maior (menor); ou — a taxa de desconto ajustada ao risco fosse menor (maior). <p>Normalmente, uma mudança na taxa de crescimento anual da receita é acompanhada por uma mudança similar na margem do LAJIDA.</p>
Ações	Técnica de comparação de mercado: O modelo de avaliação é baseado em múltiplos de mercado derivados de preços cotados de empresas comparáveis à investida, ajustados pelo efeito da não comercialização ativa das ações e pela receita e EBITDA da investida. A estimativa é também ajustada pela dívida líquida da investida.	<ul style="list-style-type: none"> — Múltiplos de mercado ajustados: (2017: 4-6; 2016: 4-7) 	<p>O valor justo estimado poderia aumentar (diminuir) se:</p> <ul style="list-style-type: none"> — os múltiplos de mercado ajustados fossem maiores (menores).
Títulos de dívida corporativos	Técnica de comparação de mercado / fluxos de caixa descontados: O valor justo é estimado considerando (i) preços cotados atuais ou recentes para títulos idênticos em mercados que não estão ativos e (ii) o valor presente líquido calculado usando taxas de desconto derivadas de retornos correntes cotados de títulos negociados em mercados ativos com prazo de vencimento e classificação de crédito similares, ajustados por um fator de liquidez.	Não aplicável.	Não aplicável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

30. Instrumentos financeiros (continuação)**(b) Mensuração do valor justo (continuação)****(i) Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis (continuação)****Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo (continuação)**

CPC
46.91(a),
93(d),
93(h)(i), 99

IFRS
13.91(a),
93(d),
93(h)(i), 99

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Contratos de câmbio a termo	Precificação a termo: O valor justo é determinado utilizando taxas de câmbio a termo cotadas na data do balanço e cálculos de valor presente baseados em curvas de rendimento de investimentos com alta qualidade de crédito nas respectivas moedas contratadas.	Não aplicável.	Não aplicável.
Swaps de taxa de juros	Modelos de swap: O valor justo é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas dos fluxos de caixa futuros de taxas pós-fixadas são baseadas em taxas cotadas de swap, preços futuros e taxas de juros de empréstimos interbancários. Os fluxos de caixa estimados são descontados utilizando uma curva construída a partir de fontes similares e que reflete a taxa de referência interbancária relevante utilizada pelos participantes do mercado para esta finalidade ao precificar swaps de taxa de juros. A estimativa do valor justo está sujeita a um ajuste de risco de crédito que reflete o risco de crédito do Grupo e da contraparte, calculado com base nos spreads de crédito derivados de credit default swaps ou preços atuais de títulos negociados.	Não aplicável.	Não aplicável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

30. Instrumentos financeiros (continuação)

(b) Mensuração do valor justo (continuação)

(i) Técnicas de avaliação e dados (inputs) significativos não observáveis (continuação)
Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

CPC 46.93(d),
97 IFRS 13.93(d),
97

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis
Outros passivos financeiros*	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente do pagamento esperado, descontado utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco.	Não aplicável.

* Outros passivos financeiros incluem empréstimos bancários com e sem garantia, títulos de dívida emitidos sem garantia, notas conversíveis - componente passivo, ações preferenciais resgatáveis, empréstimos de coligadas e passivos de arrendamento mercantil financeiro.

(ii) Transferências entre Nível 1 e 2

CPC 46.93(c),
95 IFRS 13.93(c),
95

Em 31 de dezembro de 2017, títulos de dívida corporativos disponíveis para venda no montante de R\$ 40 mil foram transferidos do Nível 1 para o Nível 2 pois preços cotados no mercado para tais títulos de dívida não estavam mais disponíveis em uma base regular. Para determinar o valor justo de tais títulos de dívida, a Administração utilizou uma técnica de avaliação na qual todos os inputs significativos foram baseados em dados de mercado observáveis. Não ocorreram transferências do Nível 2 para o Nível 1 em 2017 e nenhuma transferência em 2016.

(iii) Valores justos de Nível 3

Conciliação dos valores justos de Nível 3

A tabela abaixo apresenta a conciliação do saldo de abertura e do saldo de fechamento dos valores justos de Nível 3.

CPC 46.91(b),
93(e)(ii) IFRS 13.91(b),
93(e)(ii)

CPC 46.93(e)(iii) IFRS 13.93(e)(iii)

CPC 46.93 (e)(iii) IFRS 13.93 (e)(iii)
 CPC 46.91(b),
93(e)(i), 93(f) IFRS 13.91(b),
93(e)(i), 93(f)

CPC 46.91(b),
93(e)(ii) IFRS 13.91(b),
93(e)(ii)

CPC 46.93 (e)(iv) IFRS 13.93 (e)(iv)

<i>Em milhares de Reais</i>	<i>Nota</i>	Ações disponíveis para venda	Contraprestação contingente
Balanco em 1º de janeiro de 2016		-	-
Ganho incluído em outros resultados abrangentes			
– Variação líquida no valor justo		13	-
Compras		212	-
Balanco em 31 de dezembro de 2016		225	-
Balanco em 1º janeiro de 2017		225	-
Assumido em combinação de negócios	3 (a)	-	(250)
Perdas incluídas nas despesas financeiras			
– Variação líquida no valor justo (não realizada)	38	-	(20)
Ganho incluído em outros resultados abrangentes			
– Variação líquida no valor justo (não realizada)		18	-
Transferências para fora do Nível 3		(243)	-
Balanco em 31 de dezembro de 2017		-	(270)

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

30. Instrumentos financeiros (continuação)**(b) Mensuração do valor justo (continuação)****(iii) Valores justos de Nível 3 (continuação)****Transferências para fora do Nível 3**CPC 46.93
(e)(iv), 95IFRS 13.93
(e)(iv), 95

O Grupo mantém um investimento em ações da MSE Limited, o qual está classificado como disponível para venda, com um valor justo de R\$ 243 mil em 31 de dezembro de 2017 (2016: R\$ 225 mil). O valor justo do investimento estava classificado como Nível 3 em 31 de dezembro de 2016 (para informação sobre a técnica de avaliação, veja item (i) acima). Isso era devido ao fato das ações não serem listadas em bolsa e não existirem transações observáveis em condições de mercado para as ações.

Em 2017, a MSE Limited listou suas ações em bolsa e atualmente as ações são ativamente negociadas naquele mercado. Como as ações passaram a ter preços cotados e publicados em um mercado ativo, a mensuração do valor justo foi transferida do Nível 3 para o Nível 1 da hierarquia de valor justo em 31 de dezembro de 2017.

CPC 46.93
(h)(ii)IFRS 13.93
(h)(ii)**Análise de sensibilidade**

Para os valores justos da contraprestação contingente e ações disponíveis para venda, alterações possivelmente razoáveis na data de relatório em um dos inputs significativos não observáveis, e mantendo os demais inputs constantes, teriam os seguintes efeitos.

Contraprestação contingente

<i>Efeito em milhares de Reais</i>	Resultado	
	Aumento	Redução
31 de dezembro de 2017		
Taxa anual de crescimento da receita (0,5% de alteração)	(80)	78
Margem LAJIDA (0,3% de alteração)	(60)	59
Taxa de desconto ajustada ao risco (1% de alteração)	90	(85)

Ações disponíveis para venda

<i>Efeito em milhares de Reais</i>	Outros resultados abrangentes, líquido de impostos	
	Aumento	Redução
31 de dezembro de 2016		
Taxa anual de crescimento da receita (0,5% de alteração)	70	(69)
Margem LAJIDA (0,2% de alteração)	79	(71)
Múltiplos de mercado ajustado (5% de alteração)	81	(81)

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

30. Instrumentos financeiros (continuação)**(c) Gerenciamento dos riscos financeiros⁸⁰**

O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito (veja (c)(iii));
- Risco de liquidez (veja (c)(iii)); e
- Risco de mercado (veja (c)(iv)).

CPC 40.31, 33(b) IFRS 7.31, 33(b)

(i) Estrutura de gerenciamento de risco

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco do Grupo. O Conselho de Administração estabeleceu o Comitê de Gerenciamento de Risco, que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco do Grupo. O Comitê reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria do Grupo supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco do Grupo, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais o Grupo está exposto. O Comitê de Auditoria é suportado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nas políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado destes procedimentos é reportado para o Comitê de Auditoria.

CPC 40.31, 33 IFRS 7.31, 33

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros do Grupo.

CPC 40.36(a) IFRS 7.36(a)

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

Contas a receber e outros recebíveis

CPC 40.33(a)-(b) IFRS 7.33(a)-(b)

A exposição do Grupo a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera. Detalhes sobre a concentração de receita estão na [nota explicativa 34 \(d\)-\(e\)](#).

⁸⁰ A divulgação dos riscos financeiros apresentada é apenas ilustrativa e reflete os fatos e circunstâncias do Grupo. Em particular, o CPC 40 / IFRS 7 exige a divulgação de dados quantitativos sumarizados sobre a exposição de risco da entidade com base nas informações fornecidas internamente ao pessoal-chave da Administração, embora certas divulgações mínimas também sejam exigidas mesmo que não tenham sido divulgadas ao pessoal-chave.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

30. Instrumentos financeiros (continuação)**(c) Gerenciamento dos riscos financeiros (continuação)****(ii) Riscos de crédito (continuação)****Contas a receber e outros recebíveis (continuação)**

O Comitê de Gerenciamento de Risco estabeleceu uma política de crédito na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes de o Grupo apresentar uma proposta de limite de crédito e termos de pagamento. A revisão efetuada pelo Grupo inclui a avaliação de *ratings* externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, informações de agências de crédito, informações da indústria, e, em alguns casos, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e são revisados trimestralmente. Vendas que eventualmente excedam esses limites exigem aprovação do Comitê de Gerenciamento de Risco.

O Grupo limita a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de um e três meses para clientes individuais e corporativos, respectivamente.

Mais de 85% dos clientes do Grupo vêm operando com o Grupo por mais de 4 anos, e nenhuma perda foi reconhecida para esses clientes. No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se estes são clientes pessoas físicas ou jurídicas, se são atacadistas, revendedores ou clientes finais, sua área geográfica, indústria, histórico de negociação com o Grupo, e existência de dificuldades financeiras no passado.

CPC 40.33(c) IFRS 7.33(c)

O Grupo está monitorando de perto o ambiente econômico na zona do Euro e está tomando ações para limitar sua exposição a clientes em países que estão apresentando volatilidade econômica específica. Em 2017, certos limites de compra foram reduzidos, particularmente para clientes que operam nos países [A, B, C, D e E], uma vez que a experiência do Grupo mostra que a volatilidade econômica recente tem apresentado maior impacto nos clientes destes países do que de outros.

CPC 40.36(b) IFRS 7.36(b)

Certos bens vendidos estão sujeitos a cláusulas de retenção de título, de modo que, em caso de não pagamento, o Grupo pode vir a ter um crédito garantido. O Grupo não exige garantias com relação à 'Contas a receber e outros recebíveis'.

O Grupo registrou uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas incorridas referentes à 'Contas a receber e outros recebíveis'. (Veja [nota explicativa 9\(s\)\(i\)](#))

CPC 40.34(a),
34(a), 36(a) IFRS 7.34(a),
34(c), 36(a)

Em 31 de dezembro de 2017, a exposição máxima ao risco de crédito para 'Contas a receber e outros recebíveis' por região geográfica era⁸¹:

<i>Em milhares de Reais</i>	Consolidado	
	Valor contábil	
	2017	2016
Países A, B, C, D e E	1.053	1.583
Outros países da [região Z]	18.516	10.342
Inglaterra	2.534	2.685
Estados Unidos	9.915	7.687
Outros	249	188
Total	32.267	22.485

IFRS 7.IG 18

81 A identificação de concentrações de risco exige julgamento por parte da Administração, levando em consideração as circunstâncias específicas da entidade, e podem surgir de: setores da indústria, índices de crédito, distribuição geográfica ou um número limitado de contrapartes individuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

30. Instrumentos financeiros (continuação)**(c) Gerenciamento dos riscos financeiros (continuação)****(ii) Riscos de crédito (continuação)****Contas a receber e outros recebíveis (continuação)**CPC 40.34(a),
34(c), 36(a) IFRS 7.34(a),
34(c), 36(a)

Em 31 de dezembro de 2017, a exposição máxima ao risco de crédito para 'Contas a receber e outros recebíveis' por tipo de contraparte era⁸²:

<i>Em milhares de Reais</i>	Consolidado	
	Valor contábil	
	2017	2016
Clientes no atacado	23.804	14.429
Clientes no varejo	8.090	7.145
Clientes finais	298	820
Outros	75	91
	32.267	22.485

CPC 40.34(a),
36(a) IFRS 7.34(a),
36(a)

Em 31 de dezembro de 2017, o cliente mais relevante do Grupo, um atacadista europeu, é responsável por R\$ 8.034 mil do saldo contábil de 'Contas a receber e outros recebíveis' (2016: R\$ 4.986 mil).

CPC 40.37(a) IFRS 7.37(a)

Em 31 de dezembro de 2017, a composição por classe de vencimento dos saldos para os quais não foram reconhecidas provisões para perdas por redução no valor recuperável era a seguinte⁸³:

<i>Em milhares de Reais</i>	Consolidado	
	2017	2016
A vencer	28.943	19.120
Vencido de 1 a 30 dias	2.685	3.032
Vencido de 31 a 90 dias	375	112
Vencido de 90 a 120 dias	37	26
	32.040	22.290

A Administração acredita que os montantes que não sofreram perda por redução ao valor recuperável e que estão vencidos há mais de 30 dias ainda são cobráveis integralmente, com base em histórico de comportamento de pagamento e em análises detalhadas do risco de crédito dos respectivos clientes.

CPC 40.36(c) IFRS 7.36(c)

Uma análise da qualidade de crédito do saldo de 'Contas a receber e outros recebíveis' que não estão vencidos nem reduzidos ao valor recuperável está apresentada abaixo:

IFRS 7.IG 18

82 A identificação de concentrações de risco exige julgamento por parte da Administração, levando em consideração as circunstâncias específicas da entidade, e podem surgir de: setores da indústria, índices de crédito, distribuição geográfica ou um número limitado de contrapartes individuais.

CPC 40.37(a) IFRS 7.37(a)

83 O Grupo divulgou uma análise de vencimento somente do saldo de 'Contas a receber e outros recebíveis' pois esta é a única classe de ativos financeiros que estava vencida, mas não sofreu ajuste para redução ao valor recuperável na data do balanço. Outras entidades podem ter outras classes de ativos financeiros para os quais este requerimento de divulgação seja relevante.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

30. Instrumentos financeiros (continuação)**(c) Gerenciamento dos riscos financeiros (continuação)****(ii) Riscos de crédito (continuação)****Contas a receber e outros recebíveis (continuação)**

CPC 40.36(c) IFRS 7.36(c)

Uma análise da qualidade de crédito do saldo de 'Contas a receber e outros recebíveis' que não estão vencidos nem reduzidos ao valor recuperável está apresentada abaixo:

<i>Em milhares de Reais</i>	Consolidado	
	2017	2016
Avaliação externa de crédito de pelo menos Baa3 pela agência [x] ou BBB pela agência [y]	5.576	5.139
Outros clientes (histórico de transações com o Grupo)		
- quatro anos ou mais*	16.258	11.633
- menos de quatro anos*	7.018	2.290
- alto risco	91	58
	28.943	19.120

* Excluindo os de alto risco

CPC 40.16 IFRS 7.16

O movimento na provisão para perdas por redução ao valor recuperável em relação ao 'Contas a receber e outros recebíveis' durante o exercício foi o seguinte:

<i>Em milhares de Reais</i>	Provisão para casos específicos	Provisão para classes de clientes
Saldo em 1º de janeiro de 2016	6	20
Provisão para redução ao valor recuperável reconhecida	6	24
Valores baixados	(2)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	10	44
Provisão para redução ao valor recuperável reconhecida	144	6
Valores baixados	(94)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	60	50

CPC 40.37(b) IFRS 7.37(b)

Em 31 de dezembro de 2017, foi constituída uma provisão para perda por redução ao valor recuperável individual de R\$ 25 mil relacionada a um cliente que declarou falência durante o ano. Em 31 de dezembro de 2017, havia também uma perda por redução ao valor recuperável de R\$ 20 mil relacionada ao saldo de 'Contas a receber de clientes' adquirido como parte da aquisição da Papyrus (veja [nota explicativa 3 \(c\)](#)). O restante da perda por redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2017 é relacionado a vários clientes que indicaram que não devem conseguir pagar seus saldos em aberto, principalmente devido às atuais circunstâncias econômicas do mercado em que operam.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

30. Instrumentos financeiros (continuação)**(c) Gerenciamento dos riscos financeiros (continuação)****(ii) Riscos de crédito (continuação)****Títulos de dívida**CPC 40.33(a)-
(b) IFRS 7.33(a)-(b)

O Grupo limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte tenha um *rating* de pelo menos A2 da agência de *rating* [x] ou A da agência de *rating* [y].

CPC 40.34(a),
36(a) IFRS 7.34(a),
36(a)

A exposição máxima ao risco de crédito dos títulos de dívida classificados como mantidos até o vencimento, disponíveis para venda e para negociação no final do período em análise por região geográfica foi como a seguir:

<i>Em milhares de Reais</i>	Consolidado	
	Valor contábil	
	2017	2016
Doméstico	1.625	2.351
Países A, B, C, D e E	69	115
Outros países da [região Z]	368	273
Inglaterra	436	430
Estados Unidos	299	51
	2.797	3.220

CPC 40.16 IFRS 7.16

A movimentação na provisão para perda ao valor recuperável com relação a títulos de dívida corporativos - mantidos até o vencimento durante o ano foi como a seguir:

<i>Em milhares de Reais</i>	Consolidado	
	2017	2016
Saldo em 1° de janeiro	20	20
Provisão para redução ao valor recuperável	60	-
Saldo em 31 de dezembro	80	20

CPC 40.37(a) IFRS 7.37(a)

O Grupo não tinha nenhum título de dívida que estava vencido e não reduzido ao valor de recuperação em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

CPC 40.37(b) IFRS 7.37(b)

Uma perda por redução ao valor recuperável de R\$ 60 mil em relação a investimentos mantidos até o vencimento foi reconhecida em 2017 devido a dificuldades financeiras significativas enfrentadas pelos emissores desses títulos. O Grupo não possui garantias com relação a esses títulos.

Caixa e equivalentes de caixaCPC 40.34(a),
36(a), 36(c) IFRS 7.34(a),
36(a), 36(c)

O Grupo detinha 'Caixa e equivalentes de caixa' de R\$ 1.505 mil em 31 de dezembro de 2017 (2016: R\$ 1.850 mil). O 'Caixa e equivalentes de caixa' são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado na agência de *rating* [y].

Derivativos

CPC 40.36(c) IFRS 7.36(c)

Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado na agência de *rating* [y].

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

30. Instrumentos financeiros (continuação)

(c) Gerenciamento dos riscos financeiros (continuação)

(ii) Riscos de crédito (continuação)

Garantias

A política do Grupo é fornecer garantias financeiras somente para obrigações das suas controladas. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia havia emitido garantias para certos bancos em relação às linhas de crédito concedidas a duas de suas controladas (veja [nota explicativa 2 \(b\)](#)).

CPC 40.31, 33 IFRS 7.31, 33

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo.

O Grupo utiliza o custeio ABC para precificar seus produtos e serviços, que auxilia no monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização do retorno de caixa sobre investimentos.

CPC 40.34(a),
39(c), B10A IFRS 7.34(a),
39(c), B10A

O Grupo busca manter o nível de seu 'Caixa e equivalentes de caixa' e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros (exceto 'Fornecedores') para os próximos 60 dias. O índice de investimentos sobre saídas de caixa era de 1,65 em 31 de dezembro de 2017 (2016: 1,58). O Grupo monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do 'Contas a receber de clientes e outros recebíveis' em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à 'Fornecedores e outras contas a pagar'. Em 31 de dezembro de 2017, os fluxos de caixa esperados provenientes do 'Contas a receber de clientes e outros recebíveis' com vencimento dentro de dois meses era de R\$ 12.331 mil (2016: R\$ 8.940 mil). Isso exclui o potencial impacto de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, tais como desastres naturais.

CPC 03.50(a),
CPC 40.B11F IAS 7.50(a),
IFRS 7.B11F

Além disso, o Grupo possui as seguintes linhas de crédito:

- R\$ 10 milhões de linha de crédito para saque a descoberto sem garantia. Os juros seriam pagos de acordo com o CDI mais 1,5%a.a. (2016: CDI mais 1,6%a.a.).
- R\$ 15 milhões de linha de crédito sem garantia que podem ser sacados em parcelas para atender a necessidades de financiamentos de curto prazo. Essa linha de crédito possui vencimento de 30 dias, e é renovada automaticamente por opção do Grupo. Os juros seriam pagos de acordo com o CDI mais 1%a.a. (2016: CDI mais 1,1%a.a.).

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

30. Instrumentos financeiros (continuação)**(c) Gerenciamento dos riscos financeiros (continuação)****(iii) Risco de liquidez (continuação)****Exposição ao risco de liquidez**

CPC 40.39(a) IFRS 7.39(a)

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.^{84, 85}

31 de dezembro de 2017**Consolidado****Fluxos de caixa contratuais**CPC 40.39(a),
B11A-B11D IFRS 7.39(a),
B11A-B11D

Em milhares de Reais	Valor contábil	2 meses ou 2-12 meses				1-2 anos		Mais que 5 anos
		Total	menos	meses	anos	2-5 anos	5 anos	
Passivos financeiros não derivativos								
Contraprestação contingente	270	(330)	-	-	-	(330)	-	
Saldo bancário a descoberto	334	(334)	(334)	-	-	-	-	
Empréstimos bancários com garantia	8.609	(9.409)	(1.667)	(420)	(1.810)	(5.512)	-	
Empréstimos bancários sem garantia	503	(520)	(194)	(326)	-	-	-	
Títulos de dívida emitidos sem garantia	9.200	(10.272)	(59)	(3.195)	(709)	(6.309)	-	
Notas conversíveis	4.678	(5.375)	-	(150)	(150)	(5.075)	-	
Ações preferenciais resgatáveis	1.939	(2.528)	(15)	(73)	(88)	(264)	(2.088)	
Dividendos das ações preferenciais resgatáveis	51	(51)	-	(51)	-	-	-	
Passivo de arrendamento financeiro	1.928	(2.663)	(178)	(357)	(450)	(678)	(1.000)	
Fornecedores e outras contas a pagar	21.684	(21.684)	(21.684)	-	-	-	-	
	49.196	(53.166)	(24.131)	(4.572)	(3.207)	(18.168)	(3.088)	
Passivos financeiros derivativos⁸⁶								
Swaps de taxas de juros utilizados para hedging	20	(21)	(1)	(6)	(6)	(8)	-	
Contratos de câmbio a termo, utilizados para hedging								
– Saída	8	(152)	(91)	(61)	-	-	-	
– Entrada	-	142	85	57	-	-	-	
	28	(31)	(7)	(10)	(6)	(8)	-	

CPC 40.39(b),
B11A-B11D IFRS 7.39(b),
B11A-B11DCPC 40.39, B
11 IFRS 7.39, B11
Insights
7.8.370.80

84 O Grupo divulgou uma análise de vencimento contratual de seus passivos financeiros, que é a divulgação mínima de acordo com o CPC 40 / IFRS 7 relacionada ao risco de liquidez. Como o CPC 40 / IFRS 7 não determina o número de intervalos de tempo a serem utilizados na análise, o Grupo aplicou julgamento para determinar os intervalos de tempo apropriados.

Insights
7.8.370.70

85 O Grupo incluiu tanto os fluxos de caixa dos juros como do principal em sua análise. Em nosso entendimento, isso representa melhor o risco de liquidez ao qual o Grupo está exposto.

Insights
7.8.370.30

86 Em nosso entendimento, a análise de vencimento contratual deve incluir todos os passivos financeiros derivativos, mas a divulgação dos vencimentos contratuais só é requerida para aqueles passivos financeiros derivativos para os quais o vencimento contratual é essencial para o entendimento de recebimento dos fluxos de caixa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

30. Instrumentos financeiros (continuação)**(c) Gerenciamento dos riscos financeiros (continuação)****(iii) Risco de liquidez (continuação)****Exposição ao risco de liquidez (continuação)****31 de dezembro de 2016****Consolidado****Fluxos de caixa contratuais**CPC 40.39(a),
B11A-B11DIFRS 7.39(a),
B11A-B11D

Em milhares de Reais	Valor		2 meses				Mais que 5 anos
	Contábil	Total	ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	
Passivos financeiros não derivativos							
Saldo bancário a descoberto	282	(282)	(282)	-	-	-	-
Empréstimos bancários com garantia	12.078	(13.112)	(1.720)	(3.605)	(518)	(6.357)	(912)
Empréstimos bancários sem garantia	117	(125)	(63)	(62)	-	-	-
Títulos de dívida emitidos sem garantia	9.200	(10.613)	(61)	(184)	(3.306)	(1.703)	(5.359)
Passivo de arrendamento financeiro	2.182	(3.186)	(177)	(354)	(458)	(666)	(1.531)
Empréstimos de coligadas	1.000	(1.048)	(8)	(1.040)	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	20.789	(20.789)	(20.789)	-	-	-	-
	45.648	(49.155)	(23.100)	(5.245)	(4.282)	(8.726)	(7.802)

CPC 40.39(b),
B11A-B11DIFRS 7.39(b),
B11A-B11D**Passivos financeiros derivativos**

Swaps de taxas de juros utilizados para <i>hedging</i>	5	(5)	-	(2)	(1)	(2)	-
Contratos de câmbio a termo utilizados para <i>hedging</i> :							
– Saída	7	(41)	(25)	(16)	-	-	-
– Entrada	-	32	19	13	-	-	-
	12	(14)	(6)	(5)	(1)	(2)	-

CPC 40.39(b),
(c), B11DIFRS 7.39(b), (c),
B11D

Os fluxos de entradas/(saídas), divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros derivativos mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. A divulgação apresenta os montantes dos fluxos de caixa líquidos para derivativos que são liquidados em caixa com base em sua exposição líquida e fluxos de caixa bruto de entradas e saídas para os derivativos que têm liquidação simultânea bruta.

CPC 40.B10A

IFRS 7.B10A

Conforme divulgado nas notas explicativas 22 e 40, o Grupo tem um empréstimo bancário com garantia que contém uma cláusula contratual restritiva (*covenant*). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que o Grupo pague o empréstimo antes da data indicada na tabela acima. Adicionalmente, conforme divulgado na nota explicativa 22 (c), as notas conversíveis se tornam resgatáveis, caso o Grupo exceda o índice de 1,95 entre dívida líquida e patrimônio líquido. A cláusula contratual restritiva é monitorada regularmente pela tesouraria e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Os pagamentos de juros sobre empréstimos a uma taxa de juros pós-fixada e os títulos de dívida incluídos na tabela acima refletem as taxas de juros de mercado a termo na data do balanço e estes montantes podem mudar na medida em que as taxas de juros pós-fixadas mudem. Os fluxos de caixa futuros referentes à contraprestação contingente (veja nota explicativa 3 (a)) e os instrumentos derivativos podem ser diferentes dos montantes apresentados na tabela acima, uma vez que as taxas de juros e taxas de câmbio ou as condições relevantes das transações podem mudar. Exceto por esses passivos financeiros, não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise acima possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores significativamente diferentes.⁸⁷

Insights
7.8.370.110

87 Quando o montante a pagar não for fixo, o montante divulgado é determinado com base nas condições existentes na data de balanço. Por exemplo, para uma obrigação com uma taxa de juros pós-fixada indexada à uma taxa de referência para três meses, em nosso entendimento, o montante a divulgar deve se basear em taxas a termo em vez de taxas à vista disponíveis na data de balanço, porque as taxas de juros à vista não representam a taxa de juros em que os fluxos de caixa serão pagos. As taxas de juros a termo descrevem melhor a taxa de juros de acordo com as condições existentes na data de balanço.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

30. Instrumentos financeiros (continuação)

(c) Gerenciamento dos riscos financeiros (continuação)

(iv) Risco de mercado

CPC 40.33 IFRS 7.33

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

O Grupo utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco. Geralmente, o Grupo busca aplicar contabilidade de *hedge* para gerenciar a volatilidade no resultado.

Risco cambial

O Grupo está exposto ao risco cambial decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as vendas, compras e empréstimos são denominados, e as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo. As moedas funcionais do Grupo são basicamente o Real (R\$), o Dólar Norte-Americano (USD) e o Euro (€). As moedas nas quais as transações do Grupo são primariamente denominadas são: R\$, USD, Libra Esterlina (GBP) e Franco Suíço (CHF).

CPC 40.22 IFRS 7.22

Em geral, o Grupo faz hedging de 75% a 85% de sua exposição esperada em moeda estrangeira com relação a vendas e compras previstas para os próximos doze meses. O Grupo utiliza contratos futuros para proteger seu risco cambial, a maioria com vencimento de menos de um ano da data do balanço. Tais contratos são geralmente designados como *hedges* de fluxo de caixa.

Em geral, empréstimos são denominados em moeda equivalente aos fluxos de caixa gerados pelas operações comerciais do Grupo, principalmente em Reais, mas também em USD e GBP. Adicionalmente, os juros sobre empréstimos são baseados na moeda do empréstimo. Isso proporciona um *hedge* econômico sem a contratação de derivativos, fazendo com que a contabilidade de *hedge* não seja aplicada nessas circunstâncias.

Com relação a outros ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a política do Grupo é garantir que sua exposição líquida seja mantida a um nível aceitável, através da compra ou venda à vista de moedas estrangeiras, quando necessário, para cobrir descasamentos de curto prazo.

CPC 40.22 IFRS 7.22

O investimento do Grupo em sua controlada na Suíça é hedgeado por um empréstimo bancário com garantia denominado em CHF (valor contábil de R\$ 1.240 mil (2016: R\$ 1.257 mil)), que mitiga o risco cambial decorrente dos ativos líquidos dessa controlada. O valor justo do empréstimo em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 1.090 mil (2016: R\$ 1.050 mil). O empréstimo é designado como um *hedge* de investimento líquido. Nenhuma inefetividade foi reconhecida para o *hedge* de investimento líquido. Os investimentos do Grupo em outras controladas não são hedgeados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

30. Instrumentos financeiros (continuação)**(c) Gerenciamento dos riscos financeiros (continuação)****(iv) Risco de mercado****Risco cambial (continuação)**

CPC 40.34(a) IFRS 7.34(a)

Exposição ao risco cambial

Um resumo da exposição a risco cambial do Grupo, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

Consolidado	31 de dezembro de 2017				31 de dezembro de 2016			
	R\$	USD	GBP	CHF	R\$	USD	GBP	CHF
<i>Em milhares de Reais</i>								
Contas a receber	1.977	8.365	2.367	-	3.099	6.250	1.780	-
Empréstimos bancários sem garantia	-	(1.447)	(886)	(1.240)	-	(1.521)	(4.855)	(1.257)
Contas a pagar	(876)	(7.956)	(4.347)	-	(5.411)	(10.245)	(2.680)	-
Exposição líquida do balanço patrimonial	1.101	(1.038)	(2.866)	(1.240)	(2.312)	(5.516)	(5.755)	(1.257)
Previsão de vendas para os próximos seis meses ⁸⁸	9.000	23.000	12.000	-	18.700	17.000	24.000	-
Previsão de compras para os próximos seis meses ⁸⁸	(10.000)	(20.000)	(8.000)	-	(9.800)	(10.000)	(17.000)	-
Exposição líquida das transações previstas	(1.000)	3.000	4.000	-	8.900	7.000	7.000	-
Contratos cambiais futuros (NDF)	-	(950)	(946)	-	-	(1.042)	(870)	-
Exposição líquida	101	1.012	188	(1.240)	6.588	442	375	(1.257)

CPC 40.31 IFRS 7.31

As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas⁸⁹:

<i>Real</i>	Taxa média		Taxa de fechamento	
	2017	2016	2017	2016
BRL x 1 USD	0,758	0,765	0,750	0,758
BRL x 1 GBP	1,193	1,214	1,172	1,230
BRL x 1 CHF	0,818	0,825	0,810	0,828

CPC 40.34(a) IFRS 7.34(a)

88 A divulgação da previsão de vendas e compras não faz parte dos requerimentos mínimos de divulgação CPC 40 / IFRS 7, uma vez que vendas e compras previstas não são instrumentos financeiros. Entretanto, o Grupo divulgou essa informação pois é relevante para a compreensão da exposição do Grupo aos riscos de moeda. Adicionalmente, o CPC 40 / IFRS 7 requer que informações quantitativas sobre exposições a risco sejam baseadas na informação fornecida internamente ao pessoal-chave da Administração, e o Grupo fornece as informações sobre as previsões de vendas e compras para a Administração como parte de seu gerenciamento de risco cambial.

CPC 40.31 IFRS 7.31

89 Embora esta divulgação não seja exigida pelo CPC / IFRS, o Grupo decidiu divulgar as taxas de câmbio que foram aplicadas pois essa informação é significativa para o Grupo. Adicionalmente, o CPC 40 / IFRS 7 requer informações que possibilitem que os usuários das demonstrações financeiras da entidade avaliem a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros aos quais a entidade está exposta na data do balanço. As taxas divulgadas são fictícias e não representam cotações reais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

30. Instrumentos financeiros (continuação)**(c) Gerenciamento dos riscos financeiros (continuação)****(iv) Risco de mercado (continuação)****Risco cambial (continuação)**

CPC 40.40 IFRS 7.40

Análise de sensibilidade

Uma valorização (desvalorização) razoavelmente possível do Real, USD, GBP e CHF contra todas as outras moedas em 31 de dezembro, teriam afetado a mensuração dos instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e afetado o patrimônio líquido e o resultado pelos montantes demonstrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, permanecem constantes e ignoram qualquer impacto da previsão de vendas e compras.

Consolidado <i>Efeito em milhares de Reais</i>	Resultado do exercício		Patrimônio líquido, líquido de impostos	
	Valorização	Desvalorização	Valorização	Desvalorização
31 de dezembro de 2017				
Real (variação de 9%)	(33)	33	25	(25)
USD (variação de 10%)	25	(25)	(7)	7
GBP (variação de 8%)	17	(17)	(5)	5
CHF (variação de 3%)	2	(2)	(30)	30
31 de dezembro de 2016				
Real (variação de 10%)	(37)	37	28	(28)
USD (variação de 12%)	85	(85)	(8)	8
GBP (variação de 10%)	92	(92)	(7)	7
CHF (variação de 5%)	6	(6)	(50)	50

Risco de taxa de juros

CPC 40.22 IFRS 7.22

O Grupo adota como política garantir que entre 80% e 90% de sua exposição a taxa de juros seja com base em uma taxa de juros pré-fixada. Para isso, o Grupo contrata instrumentos com taxas pré-fixadas e, para instrumentos pós-fixados, designa swaps de taxas de juros como *hedges* de fluxo de caixa.

CPC 40.34(a) IFRS 7.34(a)

Exposição ao risco de taxa de juros

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

<i>Efeito em milhares de Reais</i>	Consolidado	
	Valor nominal 2017	2016
Instrumentos com taxa de juros pré-fixada		
Ativos financeiros	2.554	2.629
Passivos financeiros	(15.793)	(10.522)
	(13.239)	(7.893)
Efeito dos <i>swaps</i> de taxa de juros	(8.000)	(7.500)
	(21.239)	(15.393)
Instrumentos com taxa de juros pós-fixada		
Passivos financeiros	(10.086)	(14.055)
Efeito dos <i>swaps</i> de taxa de juros	8.000	7.500
	(2.086)	(6.555)

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

30. Instrumentos financeiros (continuação)**(c) Gerenciamento dos riscos financeiros (continuação)****(iv) Risco de mercado (continuação)****Risco de taxa de juros (continuação)***Análise de sensibilidade para instrumentos com taxa de juros pré-fixada*

O Grupo não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro com taxa de juros pré-fixada pelo valor justo por meio do resultado, e o Grupo não designa derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de *hedge* usando o modelo de contabilidade de *hedge* de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros ao final do período de relatório não impactaria o resultado do Grupo.

Uma alteração de 100 pontos base nas taxas de juros teria aumentado ou reduzido o patrimônio líquido em R\$ 65 mil após os impostos (2016: R\$ 66 mil). A análise pressupõe que todas as outras variáveis, particularmente as taxas de câmbio, permaneceriam constantes.

CPC 40.40 IFRS 7.40

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos com taxa de juros pós-fixada

Uma alteração de 100 pontos base nas taxas de juros, na data do balanço, teria aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício pelos montantes demonstrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de câmbio, permaneceriam constantes.

Consolidado	Resultado do exercício		Patrimônio líquido, líquido de impostos	
	100 pb aumento	100 pb diminuição	100 pb aumento	100 pb diminuição
<i>Em milhares de Reais</i>				
31 de dezembro de 2017				
Instrumentos com taxa de juros pós-fixada	(66)	66	-	-
Swap de taxa de juros	61	(61)	310	(302)
Sensibilidade do fluxo de caixa (líquido)	(5)	5	310	(302)
31 de dezembro de 2016				
Instrumentos com taxa de juros pós-fixada	(142)	142	-	-
Swap de taxa de juros	61	(61)	280	(275)
Sensibilidade do fluxo de caixa (líquido)	(81)	81	280	(275)

Outros riscos de preço de mercado

O Grupo está exposto ao risco de preços de ações, que surge de investimentos em ações disponíveis para venda, mantidos para cumprir parcialmente as obrigações dos planos de pensão de benefício definido do Grupo que são deficitários, bem como em investimentos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A Administração monitora a proporção de ações em sua carteira de investimentos com base em índices de mercado. Investimentos materiais dentro da carteira são gerenciados individualmente e todas as decisões de compra e venda são aprovadas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco.

CPC 40.B5(a)(iii) IFRS 7.B5(a)(iii)

O principal objetivo da estratégia de investimento do Grupo é maximizar o retorno dos investimentos para cumprir parcialmente com as obrigações de planos de pensão de benefício definido do Grupo que são deficitários, e para melhorar seus retornos de forma geral. Em relação a isso, a Administração é auxiliada por consultores externos. Certos investimentos são designados pelo valor justo por meio do resultado pois seus desempenhos são monitorados ativamente e são gerenciados com base no valor justo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

30. Instrumentos financeiros (continuação)**(c) Gerenciamento dos riscos financeiros (continuação)****(iv) Risco de mercado (continuação)****Outros riscos de preço de mercado (continuação)**

CPC 40.40 IFRS 7.40

Análise de sensibilidade - Risco de preço das ações

Todos os investimentos do Grupo são em ações listadas tanto na Bolsa Valores de Londres ou na Bolsa de Valores de Nova Iorque. Para tais investimentos classificados como disponíveis para venda, um aumento de 2% no FTSE 100 mais um aumento médio de 3% no Dow Jones Industrial no final do período de relatório resultaria em um aumento do patrimônio líquido de R\$ 28 mil depois dos impostos (2016: um aumento de R\$ 18 mil depois dos impostos); a mesma mudança, só que na direção oposta, teria diminuído o patrimônio líquido em R\$ 28 mil depois dos impostos (2016: uma redução de R\$ 18 mil). Para tais investimentos classificados pelo valor justo por meio do resultado, o impacto de um aumento de 2% no FTSE 100 mais um aumento médio de 3% no Dow Jones Industrial sobre o patrimônio líquido no final do período de relatório e o resultado do exercício teria sido um aumento de R\$ 16 mil depois dos impostos (2016: R\$ 18 mil depois dos impostos); a mesma mudança, só que na direção oposta, teria diminuído o patrimônio líquido e o resultado em R\$ 16 mil depois dos impostos (2016: uma redução de R\$ 18 mil).

(d) Ativos e passivos derivativos designados como *hedges* de fluxo de caixa

CPC 40.23(a) IFRS 7.23(a)

A tabela a seguir indica os períodos em que os fluxos de caixas associados com os *hedges* de fluxo de caixa devem ocorrer e o valor contábil desses instrumentos de *hedge*.

<i>Em milhares de Reais</i>	2017					2016				
	Valor contábil	Fluxo de caixa esperado				Valor contábil	Fluxo de caixa esperado			
		Total	1-6 meses	6-12 meses	Mais de 1 ano		Total	1-6 meses	6-12 meses	Mais de 1 ano
Swaps de taxa de juros										
Ativos	116	140	-	48	92	131	155	-	39	116
Passivos	(20)	(21)	-	(7)	(14)	(5)	(5)	-	(2)	(3)
Contratos de cambio futuro (NDFs)										
Ativos	297	326	261	65	-	352	375	300	75	-
Passivos	(8)	(10)	(8)	(2)	-	(7)	(9)	(7)	(2)	-
	385	435	253	104	78	471	516	293	110	113

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

30. Instrumentos financeiros (continuação)**(e) Contratos de pagamentos líquidos ou similares^{90, 91}**CPC 40.13B,
13E, B50IFRS 7.13B,
13E, B50

O Grupo contrata operações de derivativos com base em contratos padrão da Associação Internacional de *Swaps* e Derivativos (AISD) que prevêem pagamentos líquidos. Em geral, com base nesses contratos, os direitos e obrigações de cada contraparte em um mesmo dia em relação a todas as transações em aberto e na mesma moeda, são agregados em um único montante líquido que é pago por uma parte para a outra. Em certas circunstâncias, por exemplo, quando um evento de crédito tal como inadimplência ocorre, todas as transações em aberto sob esse contrato são encerradas, o valor da liquidação é apurado e um único montante líquido é pago para liquidação de todas as transações.

Tais contratos da AISD não atendem aos critérios para compensação de saldos no balanço patrimonial. Isso porque atualmente o Grupo não possui nenhum direito legal atualmente executável para compensar os montantes reconhecidos, porque o direito de compensação só pode ser exercido na ocorrência futura de determinados eventos, tais como a inadimplência de empréstimos bancários ou outros eventos de crédito. A tabela abaixo indica os valores contábeis dos instrumentos financeiros reconhecidos que estão sujeitos aos contratos mencionados acima.

CPC 40.31, 36

IFRS 7.31C,
B46

Em milhares de Reais	Nota	Valores brutos e líquidos dos instrumentos financeiros no balanço patrimonial		Instrumentos financeiros não compensados	Valor líquido
31 de dezembro de 2017					
Ativos financeiros					
Outros investimentos incluindo derivativos					
– Swap de taxa de juros utilizado para <i>hedging</i>	12	116	(5)		111
– NDFs utilizados para <i>hedging</i>	12	297	(16)		281
– Outros NDFs	12	122	(7)		115
		535	(28)		507
Passivos financeiros					
Fornecedores e outras contas a pagar					
– Swap de taxa de juros utilizado para <i>hedging</i>	21	(20)	20		-
– NDFs utilizados para <i>hedging</i>	21	(8)	8		-
		(28)	28		-
31 de dezembro de 2016					
Ativos financeiros					
Outros investimentos incluindo derivativos					
– Swap de taxa de juros utilizado para <i>hedging</i>	12	131	(2)		129
– NDFs utilizados para <i>hedging</i>	12	352	(8)		344
– Outros NDFs	12	89	(2)		87
		572	(12)		560
Passivos financeiros					
Fornecedores e outras contas a pagar					
– Swap de taxa de juros utilizado para <i>hedging</i>	21	(5)	5		-
– NDFs utilizados para <i>hedging</i>	21	(7)	7		-
		(12)	12		-

CPC 40.13C,
B51–B52IFRS 7.13C,
B51–B52,
Insights
7.8.150.65

90 As divulgações requeridas pelo parágrafo 13C do CPC 40 / IFRS 7 podem ser agrupadas por tipo de instrumento financeiro ou transação. Como alternativa, uma entidade pode apresentar as divulgações requeridas pelo parágrafo 13C(a)-(c) por tipo de instrumento financeiro, e aquelas requeridas pelo parágrafo 13C(c)-(e) por contraparte.

CPC 40.13C,
B52–B53IFRS 7.13C,
B52–B53,
Insights
7.8.150.110

91 As divulgações requeridas pelo parágrafo 13C do CPC 40 / IFRS 7 são requisitos mínimos. Uma entidade complementa as divulgações com informações qualitativas adicionais, se isso é necessário para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o impacto atual ou potencial de acordos de compensação na sua posição financeira. Quando divulgar as informações quantitativas de uma contraparte, a entidade considera incluir divulgações qualitativas sobre o tipo de contraparte.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

31. Imposto de renda e contribuição social

Ver política contábil na nota explicativa 9 (h).

(a) Valores reconhecidos no resultado do exercício⁹²

		Consolidado		
		2017	2016	
		Reapresentado*		
<i>Em milhares de Reais</i>				
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente				
CPC 32.80(a)	IAS 12.80(a)	Despesa do ano corrente	3.165	3.597
CPC 32.80(b)	IAS 12.80(b)	Ajuste de anos anteriores	116	(34)
		3.281	3.563	
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido				
CPC 32.80(c)	IAS 12.80(c)	Diferenças temporárias	168	(808)
CPC 32.80(d)	IAS 12.80(d)	Redução na alíquota de imposto	(15)	-
CPC 32.80(f)	IAS 12.80 (f)	Reconhecimento de prejuízos fiscais acumulados anteriormente não reconhecidos (Veja Nota 31 (h))	(50)	(240)
CPC 32.80(g)	IAS 12.80(f)-(g)	Reconhecimento de despesas temporárias dedutíveis anteriormente não reconhecidas	(13)	5
		90	(1.043)	
Total da despesa de impostos das atividades continuadas		3.371	2.520	

* Veja nota explicativa 8 e 35.

CPC 32.81(h)(i)-(ii)
(ii)

IAS 12.81(h)
(i)-(ii)

Despesas de impostos de atividades continuadas excluem a despesa de imposto das investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial do Grupo⁹³ de R\$ 492 mil (2016: R\$ 261 mil), que está incluído no resultado de equivalência patrimonial. Também foram excluídos a receita com imposto sobre operação descontinuada de R\$ 25 mil (2016: R\$ 44 mil) e a despesa de imposto sobre o ganho na venda da operação descontinuada de R\$ 330 mil (2016: zero); ambos incluídos no resultado das operações descontinuas na demonstração de resultados (veja nota explicativa 35).

CPC 24.22(h),
32.81(d), 88

IAS 10.22(h),
12.81(d), 88

Em dezembro de 2017, uma nova lei para imposto de renda corporativo foi decretada na França. De acordo com a nova lei, em 1 de julho de 2018, a taxa na França será reduzida de 30% para 29%. Esta mudança resultou em um ganho de R\$ 15 mil referente à remensuração de impostos diferidos ativos e passivos da subsidiária francesa do Grupo, Baguette S/A, sendo este efeito reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Além disso, em 23 de março de 2018, um aumento da taxa na Holanda de 25% para 30% foi substancialmente decretado, e a nova taxa entrará em vigor a partir de 1 de janeiro de 2019. Este aumento não afeta os montantes de imposto de renda corrente ou diferido reconhecidos em 31 de dezembro de 2017 por se tratar de evento subsequente. No entanto, esta mudança aumentará a despesa de impostos de renda corrente do Grupo no futuro. Se a nova taxa de imposto tivesse sido aplicada para calcular as diferenças temporárias tributáveis e prejuízos fiscais reconhecidos em 31 de dezembro de 2017, o efeito seria um aumento nos ativos líquidos em R\$ 27 mil.

Insights
3.13.580.20-80

92 O Grupo classificou o valor total do imposto de renda e contribuição social corrente relativo às contribuições de caixa para os planos de benefícios pós-emprego no resultado pois as contribuições referem-se principalmente ao custo de serviço. Acreditamos que a alocação do efeito do imposto de renda e contribuição social correntes entre o resultado e ORA deve refletir a natureza das contribuições em caixa, a menos que seja impraticável identificar se a contribuição está relacionada a itens do resultado ou ORA. Diferentes abordagens de alocação são aceitáveis se a natureza da contribuição não for clara.

93 Embora não exigido, o Grupo divulgou a parcela de imposto de renda das investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, pois os usuários podem achar a informação útil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

31. Imposto de renda e contribuição social (continuação)**(b) Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes**CPC 26.90-91, IAS 1.90-91,
32.81(ab) 12.81(ab)

<i>Em milhares de Reais</i>	2017			2016		
	Antes dos impostos	(Despesa) benefício fiscal	Líquido	Antes dos impostos	(Despesa) benefício fiscal	Líquido
Itens que não serão reclassificados para o resultado						
Ajuste da variação do valor justo de propriedades para investimento	200	(66)	134	-	-	-
Remensurações do (ativo) passivo do plano de benefício definido	72	(24)	48	(15)	5	(10)
Investidas mensuradas por equivalência patrimonial - ORA	13	-	13	(3)	-	(3)
	285	(90)	195	(18)	5	(13)
Itens que são ou podem ser reclassificados posteriormente para o resultado						
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	680	-	680	471	-	471
Hedge de investimento líquido	(3)	-	(3)	(8)	-	(8)
Hedge de fluxo de caixa						
Parcela efetiva das mudanças no valor justo	(62)	21	(41)	95	(32)	63
Valor líquido reclassificado para o resultado	(31)	10	(21)	(11)	4	(7)
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Varição líquida no valor justo	199	(66)	133	118	(39)	79
Valor líquido reclassificado para o resultado	(64)	21	(43)	-	-	-
Reclassificação das diferenças cambiais com a perda de influência significativa	(20)	-	(20)	-	-	-
Investidas mensuradas pelo método de equivalência patrimonial – ORA	(172)	-	(172)	(166)	-	(166)
	527	(14)	513	499	(67)	432
	812	(104)	708	481	(62)	419

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

31. Imposto de renda e contribuição social (continuação)**(c) Valores reconhecidos diretamente no patrimônio líquido**

<i>Em milhares de Reais</i>		2017			2016		
		Antes dos impostos	Imposto	Líquido	Antes dos impostos	Imposto	Líquido
CPC 32.81(a)	IAS 12.81(a)	Notas conversíveis	163	(54)	109	-	-
CPC 32.81(a)	IAS 12.81(a)	Pagamento baseado em ações	-	-	-	2	2

(d) Conciliação da alíquota de imposto efetiva^{94, 95}

<i>Em milhares de Reais</i>		2017		2016		
		%		%	Reapresentado*	
CPC 32.81(c)	IAS 12.81(c)	Resultado de operações continuadas antes dos impostos	10.929		9.045	
		Imposto utilizando a alíquota de imposto da controladora	34,00	3.716	34,00	3.075
		Efeito de alíquotas de imposto de entidades no exterior	(1,66)	(181)	(1,58)	(142)
		Redução na alíquota de imposto	(0,13)	(15)	-	-
		Despesas não dedutíveis	2,25	246	0,40	36
		Resultado de equivalência patrimonial	(3,45)	(377)	(2,14)	(194)
		Ganhos não tributáveis	(0,22)	(24)	(0,55)	(50)
		Incentivos fiscais	(0,81)	(88)	(0,70)	(63)
		Reconhecimento de prejuízos fiscais acumulados anteriormente não reconhecidos	(0,46)	(50)	(2,65)	(240)
		Prejuízo fiscal do exercício para o qual não foi constituído ativo fiscal diferido	0,38	41	1,40	127
		Reconhecimento de diferenças temporárias dedutíveis anteriormente não reconhecidas	(0,12)	(13)	0,06	5
		Mudanças de estimativas referentes a anos anteriores	1,06	116	(0,38)	(34)
			30,84	3.371	27,86	2.520

* Veja nota explicativa 8 e 35.

CPC 32.85 IAS 12.85 **94** A conciliação do Grupo é baseada na alíquota de imposto de renda e contribuição social aplicada à controladora, com um item de conciliação relacionado às alíquotas de impostos aplicadas pelas entidades do Grupo em outras jurisdições. A conciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social é baseada na alíquota de imposto aplicável que fornece as informações mais significativas aos usuários. Entretanto, em alguns casos, talvez seja mais significativo combinar conciliações separadas utilizando a alíquota de imposto aplicada em cada jurisdição.

CPC 32.81 (c) IAS 12.81 **95** Em vez de apresentar uma conciliação numérica entre despesas totais de imposto de renda e contribuição social e o resultado do lucro contábil multiplicado pela alíquota de imposto aplicável, ou uma conciliação numérica entre a alíquota de imposto efetiva média e a alíquota de imposto nominal, o Grupo optou por incluir duas formas de apresentação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

31. Imposto de renda e contribuição social (continuação)

CPC 32.81
(g)(i)-(iii)IAS 12.81(g)(i)-
(ii)(e) Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos^{96, 97, 98}

Em milhares de Reais							Saldo em 31 de dezembro 2017			
	Saldo líquido	Reconhecido	Reconhecido	Reconhecido	Adquirido em	Outros	Valor líquido	Ativo fiscal	Passivo fiscal	
	em	no resultado	em outros	no patrimônio	combinações	(veja				
1º de janeiro	(veja (a))	resultados	líquido	de negócios	notas 35 (c) e	Ativo fiscal	diferido	diferido		
		(veja (b))	(veja (c))	(veja (c))	(veja nota 3 (c))	16 (b))				
Imobilizado	579	(130)	(66)	-	(35)	210	558	679	(121)	
Intangível	56	4	-	-	(38)	-	22	98	(76)	
Ativos biológicos	(22)	(182)	-	-	-	-	(204)	-	(204)	
Propriedade para investimento	(30)	(7)	-	-	-	-	(37)	-	(37)	
Ativos financeiros disponíveis para venda	(60)	(22)	(45)	-	-	-	(127)	27	(154)	
Derivativos	(39)	(5)	31	-	-	-	(13)	3	(16)	
Estoques	64	96	-	-	(3)	40	197	197	-	
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	(54)	(9)	-	(63)	-	(63)	
Benefícios de empregados	(91)	21	(24)	-	-	-	(94)	160	(254)	
Transações de pagamento baseado em ações liquidável em ações	225	88	-	-	-	-	313	313	-	
Provisões	508	(13)	-	-	6	-	501	501	-	
Receita diferida	54	(15)	-	-	-	-	39	39	-	
Outros itens	14	25	-	-	-	-	39	50	(11)	
Prejuízo fiscal a compensar	386	50	-	-	-	-	436	436	-	
Impostos (ativos) passivos antes da compensação	1.644	(90)	(104)	(54)	(79)	250	1.567	2.503	(936)	
Compensação de imposto							-	(387)	387	
Imposto líquido passivo (ativo)							1.567	2.116	(549)	

CPC 32.81(g) IAS 12.81(g)
Insights
3.13.640.60

96 O IAS 12 / CPC 32 *Tributos sobre Lucro* requer a divulgação do montante de ativos e passivos fiscais diferidos por cada tipo de diferença temporária. O CPC e IFRS não são claros com relação ao que constitui um tipo de diferença temporária e as divulgações do Grupo nestas demonstrações financeiras ilustrativas são baseadas nos títulos atribuídos às contas do balanço patrimonial relacionadas a diferenças temporárias. Outra interpretação possível é apresentar as divulgações com base na razão da diferença temporária (por exemplo, depreciação).

Insights
3.13.640.70

97 Na nossa visão, não é apropriado divulgar os impactos de ativos fiscais diferidos reconhecidos e não reconhecidos como um montante único, por exemplo, semelhante à abordagem "bruta" de acordo com os US GAAP - porque, de acordo com as IFRS, somente ativos tributários diferidos reconhecidos devem ser divulgados.

Insights
3.13.300

98 O Grupo não pretende alienar seus investimentos em coligadas em um futuro previsível e, portanto, tem mensurado os impostos diferidos relacionados com esses investimentos utilizando as taxas de imposto de renda aplicáveis aos dividendos, que são zero, pois esses dividendos são isentos de impostos. Como resultado, o imposto diferido não foi reconhecido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

31. Imposto de renda e contribuição social (continuação)CPC 32.81
(g)(i)-(iii)IAS 12.81(g)(i)-
(ii)**(e) Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos (continuação)**

	2016						
	Saldo líquido em 1º de janeiro	Reconhecido no resultado (veja (a))	Reconhecido em outros resultados abrangentes (veja (b))	Reconhecido no patrimônio líquido (veja (c))	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
<i>Em milhares de Reais</i>							
		Reapresentado*					
Imobilizado	213	366	-	-	579	662	(83)
Intangível	(38)	94	-	-	56	94	(38)
Ativos biológicos	(25)	3	-	-	(22)	-	(22)
Propriedades para investimento	(10)	(20)	-	-	(30)	-	(30)
Ativos financeiros disponíveis para venda	(18)	(3)	(39)	-	(60)	12	(72)
Derivativos	(12)	1	(28)	-	(39)	3	(42)
Estoques	8	56	-	-	64	64	-
Benefícios de empregados	(90)	(6)	5	-	(91)	150	(241)
Transações de pagamento baseado em ações liquidável em ações ⁹⁹	141	82	-	2	225	225	-
Provisões	290	218	-	-	508	508	-
Receita diferida	46	8	-	-	54	54	-
Outros itens	10	4	-	-	14	18	(4)
Prejuízo fiscal a compensar	146	240	-	-	386	386	-
Impostos (ativos) passivos antes da compensação	661	1.043	(62)	2	1.644	2.176	(532)
Compensação de imposto					-	(126)	126
Imposto líquido passivo (ativo)					1.644	2.050	(406)

* Veja nota explicativa 8.

CPC 32.68C IAS 12.68C

99 Quando o valor da dedução fiscal (ou dedução fiscal futura estimada) excede o valor da despesa de pagamento baseado em ações cumulativa relacionada, o excesso do imposto de renda e contribuição social associada é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Qualquer redução subsequente no excesso também é registrada no patrimônio líquido. Em geral, isso não se aplica no ambiente tributário brasileiro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

31. Imposto de renda e contribuição social (continuação)

(f) Passivos fiscais diferidos não reconhecidos¹⁰⁰

CPC 32.81(f), IAS 12.81(f), 87

Em 31 de dezembro de 2017 havia um passivo fiscal diferido de R\$ 1.523 mil (2016: R\$ 1.146 mil) sobre diferenças temporárias de R\$ 5.000 mil (2016: R\$ 3.800 mil) referentes a investimentos em uma controlada e um empreendimento controlado em conjunto. Entretanto, esse passivo não foi reconhecido pois a Administração tem controle sobre a política de dividendos das suas subsidiárias e pode vetar a distribuição de dividendos dos seus empreendimento controlados em conjunto. Conseqüentemente, o Grupo controla o tempo da reversão das diferenças temporárias tributáveis relacionadas e a administração pode assegurar que não serão revertidas em um futuro previsível.¹⁰¹

CPC 32.82 A IAS 12.82 A

Em alguns dos países em que o Grupo opera, as leis fiscais locais garantem que ganhos sobre a liquidação de certos ativos são isentos de impostos, desde que esses ganhos não sejam distribuídos. Em 31 de dezembro de 2017, as reservas sujeitas a esse benefício fiscal totalizavam R\$ 613 mil (2016: R\$ 540 mil) que resultariam em um passivo fiscal de R\$ 202 mil (2016: R\$ 178 mil) se as controladas pagarem dividendos oriundos dessas reservas.

CPC 32.81(e) IAS 12.81(e)

(g) Ativos fiscais diferidos não reconhecidos¹⁰²

Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos para os seguintes itens, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que o Grupo possa utilizar seus benefícios.¹⁰³

Em milhares de Reais	2017		2016	
	Valor	Efeito tributário	Valor	Efeito tributário
Diferenças temporárias dedutíveis	161	53	200	66
Prejuízos fiscais acumulados	644	213	672	222
	805	266	872	288

CPC 32.81(e) IAS 12.81(e)

(h) Prejuízos fiscais a compensar

Prejuízos fiscais a compensar não reconhecidos têm o seguinte vencimento:

Em milhares de Reais	2017 Vencimento		2016 Vencimento	
Expira	644	2022-2024	520	2022-2023
Sem prazo de prescrição	-	-	152	-

CPC 26.25, 129 IAS 1.125, 129, 12.82

Em 2017, uma das controladas do Grupo no Reino Unido, a Paper Pabus Co, lançou com sucesso um novo tipo de papel e celebrou vários contratos de fornecimento de longo prazo. Como resultado, a Administração revisou suas estimativas dos lucros tributáveis futuros e o Grupo reconheceu o ativo fiscal diferido de R\$ 152 mil referente aos prejuízos fiscais não reconhecidas anteriormente (impacto tributário de R\$ 50 mil), uma vez que a Administração considerou provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, podendo ser utilizados contra tais prejuízos.

CPC 32.81(f), IAS 12.81(f), 87

100 Apesar de não requerido, além do valor total das diferenças temporárias associadas com investimentos em controladas, filiais, coligadas e controladas em conjunto para as quais não houve reconhecimento do passivo fiscal diferido, o Grupo também calculou e divulgou, conforme encorajado pela norma, o valor do passivo fiscal diferido não reconhecido. Essa divulgação é meramente ilustrativa.

Insights 3.13.310.10

101 Em nosso entendimento, a capacidade de um investidor em um empreendimento controlado em conjunto de vetar o pagamento de dividendos é suficiente para demonstrar controle com a finalidade de reconhecer impostos diferidos.

102 A Instrução CVM 371/02 contém disposições não totalmente harmonizadas com o CPC 32, aprovado pela Deliberação CVM 599/09, como por exemplo, os critérios de reconhecimento do ativo fiscal diferido, requerendo que, além da expectativa de geração de lucros futuros, a entidade tenha um histórico de lucros em pelo menos três dos últimos cinco exercícios.

Caso a Comissão de Valores Mobiliários entenda que a Deliberação CVM 599/09 não revoga certos requisitos da Instrução CVM 371, os requerimentos desses dois normativos deverão ser atendidos cumulativamente pelas companhias abertas no Brasil.

CPC 32.81(e) IAS 12.81(e)

103 Embora o CPC 32 / IAS 12 exija somente a divulgação do montante de diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais não utilizados para os quais nenhum imposto diferido foi reconhecido, o Grupo também divulgou seus respectivos efeitos tributários. Esta divulgação é apenas para fins ilustrativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

31. Imposto de renda e contribuição social (continuação)

CPC 32.81(e) IAS 12.81(e)

(h) Prejuízos fiscais a compensar (continuação)

Em 2016, a controlada dinamarquesa do Grupo, a Mermaid A/S, lançou uma nova linha de produção que lhe permitirá reduzir seus custos significativamente e garantir a sua rentabilidade futura. Como resultado, a Administração revisou suas estimativas de lucros tributáveis futuros e o Grupo reconheceu o ativo fiscal diferido de R\$ 727 mil referente aos prejuízos fiscais não reconhecidos anteriormente (impacto tributário de R\$ 240 mil), uma vez que a Administração considerou provável que lucros tributáveis futuros estariam disponíveis, podendo ser utilizados contra tais prejuízos. Em 2017, a Mermaid A/S alcançou a rentabilidade planejada anteriormente, e a Administração continua a considerar provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais esses ativos fiscais diferidos poderão ser utilizados.

Em 2017, a controlada do Grupo na Romênia, a Lei Sure Limited, teve prejuízos fiscais de R\$ 124 mil, aumentando os prejuízos fiscais acumulados para R\$ 644 mil (2016: R\$ 520 mil). A Administração considerou que a capacidade de recuperação de prejuízos fiscais acumulados que expiram em 2022-2024 relacionados à esta controlada é incerta, devido ao lento crescimento econômico na Romênia. Com base no plano de negócios de cinco anos, a Lei Sure Limited não deverá gerar lucros tributáveis até 2022. No entanto, se estas estimativas mudarem, um ativo fiscal diferido pode vir a ser reconhecido, resultando em uma receita de imposto de renda e contribuição social de R\$ 212 mil.

(i) Incertezas sobre tratamentos de imposto de renda

De 2013 até 2016, a subsidiária canadense Maple-leaf Inc se beneficiou de um tratamento tributário das autoridades fiscais canadenses que lhe permitia se qualificar para uma taxa de imposto reduzida. Em 2017, houve uma mudança no governo canadense. O novo governo está investigando determinados tratamentos tributários concedidos no passado, que incluem o tratamento tributário aplicado pelo Grupo. Se o tratamento tributário aplicado no passado for revogado retroativamente, despesas fiscais adicionais para o período de 2013 a 2016 de até R\$ 53 mil poderão incorrer. Este montante não foi reconhecido nas demonstrações financeiras porque o Grupo acredita que o tratamento tributário concedido no passado estava em conformidade com a lei aplicável e, se revogado, o Grupo acredita que é provável que tenha sucesso na defesa do tratamento tributário aplicado em um processo judicial.

O Grupo acredita que seus passivos fiscais são adequados para todos os anos fiscais em aberto, baseado em avaliações de diversos fatores, como interpretações da legislação fiscal e experiências anteriores.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

32. Pagamento baseado em ações

Ver política contábil na nota explicativa 9 (e)(ii).

CPC 10.44-45 IFRS 2.44-45
(a), 50 (a), 50

(a) Descrição dos acordos de pagamento baseado em ações

Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo possui os seguintes acordos de pagamento baseado em ações:

(i) Programa de opção de compra de ações (liquidável em ações)

Entre 1º de janeiro de 2013 e 1º de janeiro de 2016, o Grupo estabeleceu um programa de opção de compra de ações que deu direito ao pessoal-chave da Administração à compra de ações na Companhia. Em 1º de janeiro de 2017, outra outorga com termos semelhantes foi oferecida ao pessoal-chave da Administração e à alta administração. De acordo com estes programas, as opções podem ser exercidas pelo preço de mercado das ações na data da outorga. Atualmente, estes programas são restritos ao pessoal-chave da Administração e à alta administração.

Data da outorga / beneficiários	Número de ações (em milhares)	Condições de aquisição de direito	Vida contratual da opção
Outorga de opções para pessoal-chave da Administração			
em 1º de janeiro de 2013	400	3 anos de serviço a partir da outorga e 5% de aumento do lucro operacional em cada um dos 3 anos	7 anos
em 1º de janeiro de 2016	200	Idem acima	10 anos
em 1º de janeiro de 2017	225	Idem acima	10 anos
Outorga de opções para alta administração			
em 1º de janeiro de 2017	100	3 anos de serviço a partir da outorga	10 anos
Total de opções de ações		925	

(ii) Substituição do acordo de pagamento baseado em ações (liquidável em ações)

Com a aquisição da Papyrus, o Grupo substituiu os prêmios do plano de pagamento baseado em ações liquidável em ações mantidos pelos funcionários da Papyrus por 150 mil prêmios do plano de pagamento baseado em ações liquidável em ações do Grupo, com um prazo contratual de nove anos a partir da data de vesting (veja nota explicativa 3 (a)).

(iii) Programa de compra de ação (liquidável em ações)

Em 1º de janeiro de 2017, o Grupo ofereceu a 26 de seus empregados a oportunidade de participar em um plano de compra de ações. Para participar do plano, os empregados são requeridos a economizar um montante de 5% do seu salário mensal bruto, até um valor máximo de R\$ 300 por mês, por um período de 36 meses. De acordo com os termos do plano, após o período de 36 meses, os empregados têm o direito de investir essas economias na compra de ações da Companhia a um preço 20% abaixo do preço de mercado na data da outorga. Apenas empregados que se mantenham no emprego e economizem 5% de seu salário mensal bruto por 36 meses consecutivos terão direito à compra de ações. Os empregados que deixarem a Companhia, os que não investirem 5% de seu salário mensal bruto em um determinado mês ou aqueles que optarem por não exercer as opções se o preço da ação estiver abaixo do preço do exercício, serão reembolsados pelos montantes economizados.

(iv) Direito sobre a valorização de ações (liquidável em caixa)

Em 1º de janeiro de 2013 e em 1º de janeiro de 2017, o Grupo outorgou, respectivamente, 100 mil e 300 mil direitos de valorização de ações (SARs)¹⁰⁴ para empregados que atenderem ao requerimento de serviço de três anos. Esses SARs expiram no final do quinto ano da data em que foram outorgados. O valor em caixa a ser pago é baseado no aumento no preço das ações da Companhia entre a data da outorga e o data de exercício.

¹⁰⁴ Os direitos sobre valorização de ação foram abreviados como SARs (*Share Appreciation Rights*, conforme termo em inglês) para evitar confusão com o termo utilizado para as demonstrações do valor adicionado (DVA).

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

32. Pagamento baseado em ações (continuação)**(a) Descrição dos acordos de pagamento baseado em ações (continuação)****(iv) Direito sobre a valorização de ações (liquídável em caixa) (continuação)**

Detalhes dos passivos decorrente de SARs são os seguintes:

Em milhares de reais	Nota	Consolidado	
		2017	2016
CPC 10.51(b)(i) IFRS 2.51(b)(i)	33	440	380
CPC 10.51(b)(ii) IFRS 2.51(b)(ii)		-	380
Valor contábil dos passivos SARs			
Valor intrínseco em relação a direitos já adquiridos (vested)			

Os passivos reconhecidos em dezembro de 2016 foram liquidados durante 2017.

(b) Mensuração de valor justo**(i) Pagamento baseado em ações, liquídável em ações**

CPC 10.46, 47 (a)(i), 47(a)(iii) IFRS 2.46, 47 (a)(i), 47(a)(iii)

O valor justo dos direitos do plano de compra de ações de empregados (veja (a)(iii)) foi avaliado com base no modelo de Monte Carlo. O valor justo dos planos de opções (veja (a)(i) e (a)(ii)) foi avaliado com base na fórmula de Black-Scholes. Condições de serviço e de desempenho não-mercado não foram consideradas na mensuração de valor justo.

CPC 10.47(a)(iii) IFRS 2.47(a)(iii)

O requerimento de o funcionário economizar para realizar o pagamento da compra das ações é uma condição de não-aquisição (non-vesting condition). Essa condição foi incorporada na mensuração do valor justo na data da outorga através da inclusão de um desconto na avaliação obtida. O desconto foi determinado estimando a probabilidade de que o empregado irá parar de economizar com base em comportamentos históricos.

As informações utilizadas na avaliação dos valores justos na data da outorga dos planos de pagamento baseado em ações são:

	Programa de opção de compra de ações				
	Pessoal-chave da Administração (veja (a)(i))		Alta administração (veja (a)(i))	Substituição de plano (veja (a)(ii))	Plano de compra de ações (veja (a)(iii))
	2017	2016	2017	2017	2017
CPC 10.47(a)(i) IFRS 2.47(a)(i)					
Valor justo na data de outorga	R\$ 3,54	R\$ 3,75	R\$ 3,14	R\$ 3,81	R\$ 4,02
Preço da ação na data de outorga	R\$ 10,10	R\$ 10,50	R\$ 10,10	R\$ 10,30	R\$ 10,10
Preço de exercício	R\$ 10,10	R\$ 10,50	R\$ 10,10	R\$ 10,30	R\$ 8,08
Volatilidade esperada (média ponderada)	40,1%	40,9%	40,1%	42,4%	43,3%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada)	8,6 anos	8,8 anos	5,4 anos	5,9 anos	4 anos
Dividendos esperados	3,2%	3,2%	3,2%	3,2%	n/a
Taxa de juros livre de risco (baseada em títulos públicos)	3,9%	3,8%	3,9%	3,9%	3,9%

CPC 10.47(a)(ii) IFRS 2.47(a)(ii)

A volatilidade esperada foi estimada considerando a volatilidade histórica do preço da ação da Companhia em período proporcional ao prazo esperado. O prazo esperado dos instrumentos foi baseado na experiência histórica e no comportamento geral do detentor da opção.

Em 31 de dezembro de 2017 o valor total de R\$ 78 mil tinha sido economizado pelos participantes no plano de compra de ações (veja nota explicativa 43 (b)(iii)) e está incluído na rubrica de 'Fornecedores e outras contas a pagar' (veja nota explicativa 21).

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

32. Pagamento baseado em ações (continuação)**(b) Mensuração de valor justo (continuação)****(ii) Pagamento baseado em ações, liquidável em caixa¹⁰⁵**

O valor justo dos SARs (veja (a)(iv)) foi mensurado por Black-Scholes. Condições de aquisição tanto de serviço como de performance não-mercado não foram consideradas na mensuração.

As considerações utilizadas na mensuração do valor justo na data de aquisição e na data de mensuração dos SARs estão apresentados abaixo:

		Data da outorga 1 de janeiro de 2017	Data de mensuração 31 de dezembro de 2017
CPC 10.52	IFRS 2.52		
	Valor justo	R\$ 2,82	R\$ 4,40
	Preço da ação	R\$ 10,10	R\$ 12,70
	Preço de exercício	R\$ 10,10	R\$ 10,10
	Volatilidade esperada (média ponderada)	43,3%	43,1%
	Vida esperada (média ponderada)	4,0 anos	2,8 anos
	Dividendos esperados	3,2%	3,3%
	Taxa de juros livre de risco (baseada em títulos do governo)	4,4%	4,5%

A volatilidade esperada é estimada considerando a volatilidade histórica do preço da ação da Companhia no período proporcional ao prazo esperado. O prazo esperado dos instrumentos foi baseado na experiência histórica e no comportamento geral do detentor da opção.

(c) Conciliação de opções de ações em circulação

CPC10.45(b) IFRS 2.45 b)

O número e a média ponderada dos preços de exercício das opções do programa da Companhia (veja (a)(i)) e do programa de substituição (veja (a)(ii)) são o seguintes:

	Número de opções	Média ponderada do preço do exercício	Número do opções	Média ponderada do preço do exercício	
<i>Em milhares de opções</i>	2017	2017	2016	2016	
CPC10.45(b)(i) IFRS 2.45(b)(i)	Existentes em 1º de janeiro	550	R\$ 10,18	400	R\$ 10,00
CPC10.45(b)(iii) IFRS 2.45(b)(iii)	Perdidas durante o exercício	(50)	R\$ 10,00	(50)	R\$ 10,00
CPC10.45(b)(iv) IFRS 2.45(b)(iv)	Exercidas durante o exercício	(5)	R\$ 10,00	-	-
CPC10.45(b)(ii) IFRS 2.45(b)(ii)	Outorgadas durante o exercício	475	R\$ 10,16	200	R\$ 10,50
CPC10.45(b)(vi) IFRS 2.45(b)(vi)	Existentes em 31 de dezembro	970	R\$10,18	550	R\$ 10,18
CPC10.45(b)(vii) IFRS 2.45(b)(vii)	Exercíveis em 31 de dezembro	295	R\$ 10,00	350	R\$ 10,00

CPC10.45(d) IFRS 2.45(d)

As opções existentes em 31 de dezembro de 2017 possuem um preço de exercício entre R\$ 8,08 a R\$ 10,50 (2016: R\$ 10,00 a R\$ 10,50) e média ponderada de vida contratual de 6,4 anos (2016: 5,2 anos).

CPC10.45(c) IFRS 2.45(c)

A média ponderada dos preços na data de exercício, para opções de compra de ações exercidas em 2017, foi de R\$ 10,00 (2016: não houve exercício de opções).

(d) Despesas reconhecidas no resultado

Para detalhes sobre as despesas de benefícios de empregados, veja [nota explicativa 33](#).

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

CPC 26.104 IAS 1.104

33. Benefícios a empregados

Veja política contábil nas notas explicativas 9 (e).

Em milhares de Reais	Nota	Consolidado	
		2017	2016
Valor líquido do ativo (Plano A)		(671)	(731)
Total de ativo de benefícios de empregados		(671)	(731)
Valor líquido do passivo de benefício definido (Plano B)		285	280
Obrigação para contribuição previdenciária		8	5
Obrigação para sabático		199	176
Obrigação para pagamento baseado em ações, liquidado em caixa	32	440	380
Total de obrigações de benefícios de empregados		932	841
Não circulante		912	453
Circulante ¹⁰⁶		20	388
		932	841

Para detalhes sobre as despesas de benefícios de empregados, veja (e).

CPC 33.139(a) IAS 19.139(a)

O Grupo contribui aos seguintes planos de benefício definido pós-emprego:

- O Plano A concede aos empregados aposentados o direito de receber uma pensão anual. Diretores e executivos (veja nota explicativa 43(b)(ii)) se aposentam com 60 anos com o direito de receber um pagamento anual igual a 70% do seu último salário até os 65 anos quando esse direito cai para 50% do seu último salário. Outros empregados aposentados têm o direito de receber uma aposentadoria anual calculada como 1/60 do último salário para cada ano de serviço do funcionário na Companhia.
- O Plano B concede aos empregados aposentados o direito de reembolso de certas despesas médicas.

Os planos de benefício definido são administrados por um único fundo de pensão que é legalmente separado do Grupo. A Diretoria do fundo de pensão é composta por três funcionários e dois representantes dos empregadores, além de um presidente independente. A Diretoria do fundo de pensão é obrigada por lei a agir no melhor interesse dos participantes do plano e é responsável por definir certas políticas (por exemplo, políticas de investimento, contribuição e indexação) do fundo.

CPC 33.139(b) IAS 19.139(b)

Esses planos de benefício definido expõem o Grupo a riscos atuariais, tais como risco de longevidade, risco cambial, risco de taxa de juros e risco de mercado (investimento).

(a) Financiamento

CPC 33.147(a) IAS 19.147(a)

O Plano A é totalmente pago por subsidiárias do Grupo, exceto a obrigação de diretores e executivos, que é paga pela Companhia. Os requerimentos de contribuição de caixa são baseados nas regras de mensuração atuarial do fundo estabelecidas no regulamento do plano, que podem ser diferentes daquelas utilizadas para fins contábeis (veja item (d)). Os funcionários não são obrigados a contribuir para os planos. O Plano B não recebe contribuições de caixa.

O Grupo determinou que, de acordo com os termos e condições dos planos de benefício definido e de acordo com as exigências estatutárias (como as exigências de financiamento mínimo do Plano A) dos planos das respectivas jurisdições, o valor presente de futuros reembolsos ou reduções em contribuições não é menor que o valor justo total dos ativos do plano menos o valor presente das obrigações do plano. Esta determinação foi feita para cada plano individualmente. Desta forma, o ativo líquido do plano pode ser reconhecido integralmente em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

CPC 33.147(b) IAS 19.147(b)

O Grupo espera pagar R\$ 350 mil em contribuições para os planos de benefício definido em 2018.

CPC 26.69, IAS 1.69,
33.133 19.133

106 Embora não seja necessário distinguir a parcela circulante e não circulante de ativos e passivos decorrentes de benefícios a empregados, o Grupo separa a parcela circulante e não circulante das obrigações decorrentes de benefícios a empregados de longo prazo se não tiver um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses a partir da data do balanço.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

33. Benefícios a empregados (continuação)**(b) Movimentação do valor líquido do passivo (ativo) de benefício definido**

A tabela a seguir mostra uma conciliação entre o saldo inicial e final de balanço para o valor líquido do passivo (ativo) de benefício definido e seus componentes.¹⁰⁷

		Obrigação por benefício definido		Valor justo dos ativos do plano		Valor líquido do passivo (ativo) de benefício definido		
		2017	2016	2017	2016	2017	2016	
<i>Em milhares de Reais</i>								
CPC 33.140	IAS 19.140	Saldo em 1º de janeiro	7.057	6.718	(7.508)	(7.162)	(451)	(444)
		Incluídos no resultado¹⁰⁸						
CPC 33.141(a)	IAS 19.141(a)	Custo do serviço corrente	497	456	-	-	497	456
CPC 33.141(d)	IAS 19.141(d)	Crédito do serviço passado	(100)	-	-	-	(100)	-
CPC 33.141(b)	IAS 19.141(b)	Despesa (receita) de juros	360	322	(383)	(344)	(23)	(22)
			757	778	(383)	(344)	374	434
		Incluídos em outros resultados abrangentes¹⁰⁸						
CPC 33.141(c)	IAS 19.141(c)	Perdas (ganhos) de remensuração:						
		Perdas (ganhos) atuariais decorrentes de:						
CPC 33.141	IAS 19.141(c)(ii)	— Premissas demográficas	(31)	4	-	-	(31)	4
CPC 33.141	IAS 19.141	— Premissas financeiras	(21)	8	-	-	(21)	8
CPC 33.141	IAS 19.141	— Ajuste pela experiência	(30)	6	-	-	(30)	6
CPC 33.141(c)(i)	IAS 19.141(c)(i)	Retorno sobre os ativos do plano, excluindo receita de juros	-	-	10	(3)	10	(3)
CPC 33.141(e)	IAS 19.141(e)	Efeito de mudanças nas taxas de câmbio ¹⁰⁹	21	(1)	76	(1)	97	(2)
			(61)	17	86	(4)	25	13
		Outros						
CPC 33.141(f)	IAS 19.141(f)	Contribuições feitas pelo Grupo	-	-	(325)	(403)	(325)	(403)
CPC 33.141(g)	IAS 19.141(g)	Benefícios pagos	(433)	(456)	424	405	(9)	(51)
CPC 33.140	IAS 19.140		(433)	(456)	99	2	(334)	(454)
		Saldo em 31 de dezembro	7.320	7.057	(7.706)	(7.508)	(386)	(451)
		Representado por:						
		<i>Em milhares de Reais</i>					2017	2016
		Ativo líquido de benefício definido (Plano A)					(671)	(731)
		Passivo líquido de benefício definido (Plano B)					285	280
							(386)	(451)

CPC 33.139(c) IAS 19.139(c)

Em 2017, os planos de pensão para certos funcionários em [País X] foram ajustados para refletir novas exigências legais no país em relação à idade da aposentadoria. Como resultado da alteração do plano, a obrigação de benefício definido do Grupo reduziu em R\$ 100 mil (31 de dezembro de 2016: zero). O crédito de serviço passado correspondente está incluído na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

CPC 33.138 IAS 19.138 **107**

O Grupo tem mais de um plano de benefício definido e forneceu divulgações agregadas em relação a esses planos, com base no fato de esses planos não estarem expostos a riscos materialmente diferentes. A desagregação de algumas ou todas as divulgações, por exemplo, por país ou outra característica, seria necessária se este não fosse o caso.

108 Embora não seja especificamente exigida pelo IAS 19 / CPC 33, o Grupo divulgou os subtotais dos itens reconhecidos nas demonstrações do resultado e do resultado abrangente.

CPC 2.39 IAS 21.39 Insights 4.4.1010 **109**

Uma obrigação líquida de benefício definido pode estar denominada em moeda estrangeira do ponto de vista das demonstrações financeiras consolidadas. Em nossa visão, nesse caso, o passivo (ativo) líquido de benefícios definidos deve ser calculado primeiro na moeda estrangeira e o montante resultante deve então ser convertido para a moeda funcional do patrocinador do plano. Como resultado, o ganho ou a perda cambial decorrente da conversão será reconhecido juntamente com outros ganhos e perdas cambiais, e não como parte da reavaliação do CPC 33 / IAS 19. Isto é diferente da situação ilustrada acima. Neste caso, o patrocinador do plano é uma subsidiária estrangeira e, portanto, a diferença de conversão é reconhecida em ORA da maneira usual.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

33. Benefícios a empregados (continuação)**(c) Ativos do plano**

CPC 33.142 IAS 19.142

Ativos do plano incluem:

		Consolidado	
		2017	2016
	<i>Em milhares de Reais</i>		
CPC 33.142(b) IAS 19.142(b)	Ações:		
	— Empresas de consumo	1.725	1.842
	— Farmacêutica	602	555
	— Petróleo e gás	218	239
	— Telecomunicações	343	260
	— Instituições financeiras	213	561
		3.101	3.457
CPC 33.142(c) IAS 19.142(c)	Títulos públicos	3.587	3.254
CPC 33.142(e) IAS 19.142(e)	Derivativos:		
	— Contratos de taxa de juros	29	37
	— Contratos de forward de taxa de câmbio (NDFs)	185	70
	— Swaps de longevidade	97	39
		311	146
CPC 33.143 IAS 19.143	Propriedade ocupada pelo Grupo	525	497
CPC 33.143 IAS 19.143	Ações ordinárias da Companhia	182	154
		7.706	7.508

CPC 33.142 IAS 19.142

Todas as ações e títulos públicos têm preços cotados em mercados ativos. Todos os títulos públicos são emitidos no [país] e têm uma classificação de crédito como AAA ou AA pela agência de classificação de risco [y].

CPC 33.146 IAS 19.146

Em cada data de balanço, um estudo das estratégias de investimento é feito pelo gestor do plano de pensão em que são analisadas as consequências das políticas estratégicas de investimento. A atual política estratégica de investimento do plano é resumida abaixo:

- Um portfólio de ativos estratégicos compreendendo 40-50% em ações, 40-50% em títulos públicos e 0-15% de outros investimentos;
- risco de taxa de juros gerenciado com o objetivo de reduzir o risco de taxa de juros em 40% com o uso de títulos públicos e *swaps* de taxa de juros;
- risco de variação cambial gerenciado com o objetivo de reduzir o risco em 30% com o uso de contratos *forward* de câmbio (NDFs); e
- risco de longevidade gerenciado com o objetivo de reduzir o risco em 25% com o uso de *swaps* de longevidade.

CPC 26.125, 33.144 IAS 1.125, 19.144

(d) Obrigação de benefício definido**(i) Premissas atuariais**

As premissas atuariais utilizadas na data do balanço foram (em média ponderada):

	2017	2016
Taxa de desconto	5,1%	4,8%
Futuros aumentos salariais	2,5%	2,5%
Futuros aumentos nos custos médicos	4,5%	4,0%
Futuros aumentos de pensão	3,0%	2,0%

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

33. Benefícios a empregados (continuação)

CPC 26.125 IAS 1.125

(d) Obrigação de benefício definido (continuação)

CPC 33.144 IAS 19.144

(i) Premissas atuariais (continuação)

Premissas relacionadas à longevidade são baseadas na tábua de mortalidade [x]. As longevidades utilizadas na mensuração dos valores da obrigação de benefício definido na data do balanço foram as seguintes:

	2017		2016	
	Plano A	Plano B	Plano A	Plano B
Longevidade na idade de 65 anos para os atuais pensionistas				
Masculino	18,5	18,2	18,3	18,0
Feminino	21,0	19,0	21,0	18,8
Longevidade na idade de 65 anos para ainda não aposentados atualmente com 45 anos				
Masculino	19,2	19,0	19,0	18,7
Feminino	22,9	20,5	22,9	20,0

CPC 33.147(c) IAS 19.147(c)

Em 31 de dezembro de 2017, a duração média ponderada da obrigação de benefício definido era de 17,1 anos (2016: 17,5 anos)

(ii) Análise de sensibilidade

CPC 26.125, 129, CPC 33.145 IAS 1.125, 129 IAS 19.145

Mudanças razoavelmente possíveis (1%) na data do balanço em cada uma das premissas atuariais relevantes, mantendo as outras premissas constantes, teriam afetado a obrigação de benefício definido conforme demonstrado abaixo:

	31 de dezembro de 2017		31 de dezembro de 2016	
	Aumento	Redução	Aumento	Redução
<i>Efeito em milhares de Reais</i>				
Efeito sobre a taxa de desconto	(338)	354	(335)	350
Efeito sobre futuro aumento salarial	187	(176)	180	(172)
Efeito sobre futuro aumento de pensões	181	(173)	175	(168)
Efeito sobre futuro aumento dos custos médicos	389	(257)	380	(250)
Efeito sobre a mortalidade futura	(73)	69	(70)	67

Embora a análise não leve em conta a distribuição completa dos fluxos de caixa esperados no âmbito do plano, ela fornece uma aproximação da sensibilidade das premissas apresentadas.

(e) Despesas com benefícios a empregados

CPC 33.53 IAS 19.53

<i>Em milhares de Reais</i>	<i>Nota</i>	2017	2016
Ordenados e salários		17.189	15.282
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (F.G.T.S.)		1.097	975
Contribuições compulsórias para previdência social		1.468	1.267
Contribuições para planos de contribuição definida		455	419
Benefícios por desligamento	23 (b)	350	450
Despesas relacionadas ao plano de benefício definido pós-emprego	(b)	374	434
Aumento no passivo para outros benefícios de longo prazo	(b)	26	12
Pagamento baseado em ações liquidável em ações	32	755	250
Pagamento baseado em ações liquidável em caixa ¹¹⁰	32	440	350
	37 (c)	22.154	19.439

CPC 10.51(a) IFRS 2.51(a)

CPC 10.51(a) IFRS 2.51(a)

IFRS 2.IG19, BC252-BC255, Insights 4.5.970.20

110 O Grupo incluiu a remensuração do passivo do acordo de pagamento baseado em ações liquidável em caixa em 'Despesas de pessoal'. Alternativamente, em nosso entendimento, uma entidade pode incluir o montante em 'Receitas financeiras' ou 'Despesas financeiras'.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

34. Segmentos operacionais¹¹¹

(a) Base para segmentação

CPC 22.20-22 IFRS 8.20-22

O Grupo possui seis divisões estratégicas, que são seus segmentos reportáveis. Estas divisões oferecem diferentes produtos e serviços e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias e estratégias de marketing.

O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis do Grupo:

CPC 29.46(a) IAS 41.46(a)

Segmentos reportáveis¹¹²

Operações

Papel Padrão

Compra, fabricação e distribuição de celulose e papel

Papel Reciclado

Compra, reciclagem e distribuição de celulose e papel

Embalagem¹¹³ (alienado em fevereiro/2017, veja nota 35)

Projetar e produzir materiais para embalagem

Reflorestamento

Cultivo e gerenciamento de recursos florestais, assim como serviços relacionados

Produtos de Madeira

Fabricação e distribuição de madeira processada, compensado, laminados, painéis aglomerados, derivados de madeira e materiais de construção

Pesquisa e Desenvolvimento

Realização de atividades de pesquisa e desenvolvimento

O Diretor Executivo do Grupo revisa os relatórios gerenciais internos de cada divisão pelo menos trimestralmente.

CPC 22.16 IFRS 8.16
CPC 29.46(a) IAS 41.46(a)

Outras operações incluem o cultivo e venda de animais (ovelhas e gado), a construção de unidades de armazenamento e depósitos, aluguel de propriedades para investimento e fabricação de móveis e peças relacionadas. Nenhum destes segmentos operacionais atingiu qualquer um dos limites quantitativos para ser incluído como segmento reportável em 2017 ou 2016.

CPC 22.27(a) IFRS 8.27(a)

Existem níveis variáveis de integração entre os segmentos reportáveis de Reflorestamento e Produtos de madeira e os segmentos reportáveis de Papel Reciclado e Papel Padrão. Essa integração inclui a transferência de matéria-prima e serviços de distribuição compartilhados, respectivamente. A determinação de preços para as transações entre os segmentos é determinada com base em preços de mercado.

CPC 22.27-28 IFRS 8.IN13, 27-28

111 As divulgações dos segmentos operacionais são consistentes com a informação avaliada pelo principal tomador de decisões operacionais e irão variar de entidade para entidade, e talvez sejam preparadas em bases diferentes do que as normas contábeis.

Para ajudar a entender a informação por segmento apresentada, a entidade divulga (i) informação sobre as bases de mensuração adotadas, tais como a natureza e efeitos de qualquer diferença entre as mensurações utilizadas para reportar a informação por segmento e aquelas utilizadas nas demonstrações financeiras da entidade, (ii) a natureza e efeito de qualquer alocação assimétrica aos segmentos reportáveis; e (iii) conciliações da informação por segmento aos correspondentes montantes apresentados nas demonstrações financeiras da entidade de acordo com os CPCs / IFRSs. As mensurações internas do Grupo utilizadas na divulgação de informações por segmento são consistentes com os CPCs / IFRSs. Portanto, os itens de conciliação são limitados a itens que não são alocados aos segmentos reportáveis, já que não existem diferenças nas bases de preparação da informação.

CPC 22.12, 22(aa) IFRS 8.12, 22(aa)

112 Quando dois ou mais segmentos operacionais são agregados em um único segmento operacional, os julgamentos feitos pela Administração na aplicação dos critérios de agregação são divulgados. Isso inclui uma breve descrição dos segmentos operacionais que tenham sido agregados e os indicadores econômicos que foram usados na determinação de que os segmentos operacionais agregados teriam características econômicas semelhantes.

113 As operações do segmento de embalagem foram avaliadas pela Administração até que a alienação foi concluída. Portanto, esse segmento é apresentado como um segmento reportável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

34. Segmentos operacionais (continuação)**(b) Informações sobre segmentos reportáveis**CPC IFRS
22.27 8.27

Informações referentes aos resultados de cada segmento reportável estão apresentadas abaixo. O desempenho é avaliado com base no resultado do segmento antes do imposto de renda e contribuição social, pois a Administração entende que tal informação é a mais relevante na avaliação dos resultados dos respectivos segmentos para comparabilidade com outras entidades que operam nas indústrias.

CPC IFRS
22.16 8.16

		Segmentos reportáveis																		
		Papel Padrão		Papel Reciclado		Embalagem (Descontinuado)		Reflorestamento		Produtos de Madeira		Pesquisa e Desenvolvimento		Total		Outros		Total		
Em milhares de Reais		2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	
			*		*		*		*		*		*		*		*		*	
CPC 22.23(a), 32	IFRS 8.23(a), 32	Receitas externas ¹¹⁴	64.118	67.092	30.367	22.060	7.543	23.193	3.967	3.483	2.700	2.985	-	-	108.695	118.813	1.564	1.016	110.259	119.829
CPC 22.23(b)	IFRS 8.23(b)	Receita inter-segmentos ¹¹⁴	-	-	317	323	940	2.835	2.681	2.676	1.845	1.923	875	994	6.658	8.751	891	765	7.549	9.516
		Receita do segmento reportável	64.118	67.092	30.684	22.383	8.483	26.028	6.648	6.159	4.545	4.908	875	994	115.353	127.564	2.455	1.781	117.808	129.345
CPC 22.21(b), 23	IFRS 8.21(b), 23	Resultado por segmento reportável antes do imposto de renda e contribuição social	7.736	4.667	5.595	3.811	(158)	(458)	1.240	997	(263)	1.280	101	67	14.251	10.364	771	195	15.022	10.559
CPC 22.23(c)	IFRS 8.23(c)	Receitas financeiras ¹¹⁴	109	91	42	24	-	-	45	27	10	7	-	-	206	149	4	3	210	152
CPC 22.23(d)	IFRS 8.23(d)	Despesas financeiras ¹¹⁴	(589)	(577)	(397)	(355)	-	-	(349)	(301)	(76)	(63)	-	-	(1.411)	(1.296)	(5)	(4)	(1.416)	(1.300)
CPC 22.23(e)	IFRS 8.23(e)	Depreciação e amortização ¹¹⁴	(1.999)	(2.180)	(1.487)	(1.276)	(623)	(1.250)	(1.069)	(696)	(233)	(201)	(189)	(165)	(5.600)	(5.768)	(231)	(199)	(5.831)	(5.967)
CPC 22.23(g)	IFRS 8.23(g)	Resultado equivalência patrimonial ¹¹⁴	1.109	561	-	-	-	-	32	26	-	-	-	-	1.141	587	-	-	1.141	587
CPC 22.23(i)	IFRS 8.23(i)	Outros itens ¹¹⁴	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CPC 01.129(a), 130(d)(iii)	IAS 36.129(a), 130(d)(iii)	- Reduções ao valor recuperável de ativos não-financeiros	-	(1.408)	-	-	-	-	-	-	(116)	-	-	-	(116)	(1.408)	-	-	(116)	(1.408)
CPC 01.129(b), 130(d)(iii)	IAS 36.129(b), 130(d)(iii)	- Reversão de provisão para redução ao valor recuperável de ativos não-financeiros	493	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	493	-	-	-	493	-
CPC 22.21(b)	IFRS 8.21(b)	Ativos dos segmentos reportáveis ¹¹⁴	43.263	26.967	23.025	16.003	-	13.250	25.209	18.470	4.521	3.664	2.323	1.946	98.341	80.300	7.398	3.683	105.739	83.983
CPC 22.24(a)	IFRS 8.24(a)	Investimentos avaliados pelo MEP	2.209	1.700	-	-	-	280	248	-	-	-	-	-	2.489	1.948	-	-	2.489	1.948
CPC 22.24(b)	IFRS 8.24(b)	Investimentos de capital (CAPEX)	8.697	1.136	5.765	296	-	127	1.158	722	545	369	1.203	123	17.368	2.773	560	150	17.928	2.923
CPC 22.21(b)	IFRS 8.21(b)	Passivos dos segmentos reportáveis ¹¹⁴	39.399	26.907	12.180	14.316	-	2.959	6.390	4.540	1.236	1.456	169	158	59.374	50.336	237	454	59.611	50.790
CPC 22.29	IFRS 8.29	* Como resultado da aquisição da Papyrus Pty Ltd (Papyrus) durante 2017 (veja nota explicativa 3), o Grupo mudou a sua organização interna e a composição de seus segmentos reportáveis. Dessa forma, o Grupo reapresentou as informações por segmento operacional para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.																		

CPC 22.23 IFRS 8.23

114 O Grupo divulgou esses montantes para cada segmento reportável, pois essa informação é reportada regularmente para o principal tomador de decisões operacionais. O CPC 22 / IFRS 8 Informações por Segmento não especifica os requerimentos de divulgação de uma operação descontinuada. No entanto, se a Administração revisa os resultados financeiros da operação descontinuada até que a descontinuação seja concluída, então, não é proibido divulgar informações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

34. Segmentos Operacionais (continuação)**(c) Conciliação das informações sobre segmentos reportáveis¹¹⁵**

		Consolidado	
		2017	2016
		Reapresentado*	
<i>Em milhares de Reais</i>		Nota	
<i>CPC 22.28(a) IFRS 8.28(a)</i>	(i) Receitas		
	Receita total de segmentos reportáveis	115.353	127.564
	Receitas de outros segmentos	2.455	1.781
	Eliminação de receitas inter-segmentos	(7.549)	(9.516)
	Eliminação de operações descontinuadas	<i>35</i> (7.543)	(23.193)
	Receita consolidada	102.716	96.636
<i>CPC 22.28(b) IFRS 8.28(b)</i>	(ii) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		
	Total de lucro antes dos impostos dos segmentos reportáveis	14.251	10.364
	Lucro antes dos impostos de outros segmentos	771	195
	Eliminação de lucros inter-segmento	(1.691)	(1.167)
	Eliminação de operações descontinuadas	<i>35</i> 162	466
	Montantes não alocados:		
	– Outras despesas corporativas	(2.564)	(813)
	Lucro consolidado antes do imposto de renda e contribuição social de operações continuadas	10.929	9.045
<i>CPC 22.28(c) IFRS 8.28(c)</i>	(iii) Ativos		
	Ativo total dos segmentos reportáveis	98.341	80.300
	Ativos de outros segmentos	7.398	3.683
	Outros valores não alocados	3.229	3.313
	Total do ativo consolidado	108.968	87.296
<i>CPC 22.28(d) IFRS 8.28(d)</i>	(iv) Passivos		
	Passivo total dos segmentos reportáveis	59.374	50.336
	Passivos de outros segmentos	237	454
	Outros valores não alocados	3.656	1.012
	Total do passivo consolidado	63.267	51.802

* Veja nota explicativa 3 e 34 (b) acima.

CPC 22.27-28 IFRS 8.27-28

115 Para ajudar a entender a informação por segmento apresentada, o Grupo divulgou (i) informação sobre as bases de mensuração adotadas, tais como a natureza e efeitos de qualquer diferença entre as mensurações utilizadas para reportar a informação por segmento e aquelas utilizadas nas demonstrações financeiras da entidade, (ii) a natureza e efeito de qualquer alocação assimétrica aos segmentos reportáveis; e (iii) conciliações da informação por segmento aos correspondentes montantes apresentados nas demonstrações financeiras da entidade de acordo com os CPCs / IFRSs.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

34. Segmentos Operacionais (continuação)**(c) Conciliação de informações sobre segmentos reportáveis (continuação)**

CPC 22.28(e) IFRS 8.28(e)

(v) Outros itens materiais**2017**

<i>Em milhares de Reais</i>	Total de segmentos reportáveis	Ajustes	Total Consolidado
Receitas financeiras	206	2	208
Despesas financeiras	(1.411)	(2)	(1.413)
Investimento de capital (CAPEX)	17.368	560	17.928
Depreciação e amortização	(5.600)	(186)	(5.786)
Redução ao valor recuperável de ativos não-financeiros	(116)	-	(116)
Reversões de redução ao valor recuperável de ativos não-financeiros	493	-	493

2016

<i>Em milhares de Reais</i>	Total de segmentos reportáveis Reapresentado*	Ajustes	Total Consolidado
Receitas financeiras	149	2	151
Despesas financeiras	(1.296)	(3)	(1.299)
Investimento de capital (CAPEX)	2.773	150	2.923
Depreciação e amortização	(5.768)	(149)	(5.917)
Redução ao valor recuperável de ativos não-financeiros	(1.408)	-	(1.408)

* Veja Nota 34 (b) acima.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

34. Segmentos Operacionais (continuação)CPC 22.33(a), IFRS 8.33(a),(b)
(b)**(d) Segmentos Geográficos^{116, 117}**

- Os segmentos de Papel Padrão, Papel Reciclado e Reflorestamento são administrados internacionalmente e operam fábricas e escritórios de vendas na França, Holanda, Alemanha, Inglaterra e nos EUA.
- A receita do segmento baseia-se na localização geográfica dos clientes e os ativos do segmento são baseados na localização geográfica dos ativos.

(i) Receita operacional

<i>Em milhares de Reais</i>	2017	2016
[País x] (dos quais R\$ 2.603 (2016: R\$ 7.958) referem-se a operações descontinuadas de embalagem)	31.696	34.298
Exterior		
Alemanha (dos quais R\$ 1.885 (2016: R\$ 6.005) referem-se a operações descontinuadas de embalagem)	23.556	25.877
Holanda	22.654	25.641
Inglaterra	4.001	5.300
Estados Unidos (dos quais R\$ 3.055 (2016: R\$ 9.230) referem-se a operações descontinuadas de embalagem)	22.643	23.268
Outros países	5.709	5.445
Embalagem (descontinuada)	(7.543)	(23.193)
	102.716	96.636

(ii) Ativos não circulantes

<i>Em milhares de Reais</i>	2017	2016
[País x]	15.013	14.273
Exterior		
Alemanha	6.104	7.877
Holanda	9.608	8.986
Inglaterra	2.002	1.998
Estados Unidos	7.691	7.807
Outros Países	951	992
	41.369	41.933

Os ativos não circulantes excluem instrumentos financeiros, ativos fiscais diferidos e ativos de benefícios a empregados.¹¹⁸

CPC 22.34 IFRS 8.34

(e) Maior Cliente

As receitas de um cliente dos segmentos de Papel Reciclado e Papel Padrão do Grupo representaram aproximadamente R\$ 20.000 mil (2016: R\$ 17.500 mil) do total das receitas do Grupo.

Insights
5.2.220.20

116 Em nosso entendimento, divulgações por região, (por exemplo, Europa ou Ásia) não atendem ao requerimento da norma de divulgar informações para cada país (por exemplo, França, Holanda ou Cingapura) individualmente, se tais informações forem materiais.

CPC 22.32, A5 IFRS 8.32, IG5

117 Como parte das divulgações requeridas, uma entidade divulga a receita proveniente de clientes externos para cada produto e serviço, ou cada grupo de produtos e serviços similares, independentemente se a informação é utilizada pelo tomador de decisões na avaliação de desempenho do segmento. Essa divulgação é baseada nas informações financeiras utilizadas para elaborar as demonstrações financeiras da entidade. O Grupo não apresentou divulgações complementares a respeito disto, pois as informações das receitas, apresentadas na tabela de informação sobre segmentos reportáveis, já foram elaboradas em conformidade com os CPCs / IFRSs.

CPC 22.24(a), IFRS 8.24(a),
33(b) 33(b)

118 O Grupo divulgou investidas reconhecidas por equivalência patrimonial como parte da informação geográfica de ativos não-circulantes, porque essas informações são regularmente fornecidas ao principal tomador de decisões operacionais. O CPC 22 / IFRS 8 não especifica quais instrumentos financeiros são excluídos dos ativos não circulantes reportados nas informações sobre segmentos geográficos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

35. Operações descontinuadas

Ver política contábil na [nota explicativa 9 \(c\)](#).

CPC 31.30, 41
(a)-(b), 41(d) IFRS 5.30, 41
(a)-(b), 41(d)

Em fevereiro de 2017, o Grupo vendeu todo seu segmento de Embalagem (veja [nota explicativa 34](#)). A Administração comprometeu-se com um plano de vender esta divisão no início de 2017 seguindo uma decisão estratégica em focar mais nas competências-chave do Grupo, sendo estas a produção de papel utilizado na indústria de impressão, reflorestamento e manufatura de produtos de madeira.

O segmento de embalagem não era anteriormente classificado como uma operação descontinuada ou como mantido para venda. A demonstração do resultado do período comparativo está sendo reapresentada para apresentar a operação descontinuada separadamente das operações continuadas.

Após a alienação, o Grupo continuou a comprar embalagens da operação descontinuada. Embora as transações intra-grupo tenham sido eliminadas integralmente dos resultados consolidados, a administração optou por atribuir a eliminação de transações entre as operações continuadas e descontinuadas antes da alienação de forma a refletir a continuidade destas operações após a alienação, pois a administração acredita que a informação é útil para os usuários das demonstrações financeiras.

Para alcançar esta apresentação, a administração eliminou, a partir dos resultados das operações descontinuadas, as vendas entre segmentos (e custos decorrentes dessas vendas, menos lucros não realizados) feitas antes da sua alienação. Devido as compras da operação descontinuada continuarem após a alienação, compras inter-segmentos realizados pelas operações continuadas antes da alienação foram mantidas em operações continuadas.

CPC 26.98(e) IAS 1.98(e)

(a) Resultado líquido de operações descontinuadas¹¹⁹

		Consolidado		
		Nota	2017	2016
<i>Em milhares de Reais</i>				
CPC 31.33(b)(i) IFRS 5.33(b)(i)	Receitas		8.483	26.028
	Eliminações de receitas inter-segmentos		(940)	(2.835)
	Receitas externas		7.543	23.193
CPC 31.33(b)(i) IFRS 5.33(b)(i)	Despesas		(8.641)	(26.486)
	Eliminação de despesas relacionadas a vendas inter-segmentos		936	2.827
	Despesas externas		(7.705)	(23.659)
	Resultado das atividades operacionais		(162)	(466)
CPC 31.33(b)(i) IFRS 5.33(b)(i) CPC 31.33(b)(ii) IFRS 5.33(b)(ii), CPC 32.81(h)(iii) IAS 12.81(h)(iii)	Impostos sobre o lucro	<i>31 (a)</i>	25	44
	Resultado líquido de imposto de renda e contribuição social		(137)	(422)
CPC 31.33(b)(iii) IFRS 5.33(b)(iii) CPC 31.33(b)(ii), IFRS 5.33(b)(ii), 32.81(h)(i) IAS 12.81(h)(i)	Ganho na venda de operações descontinuadas		846	-
	Imposto de renda sobre o ganho na venda de operações descontinuadas	<i>31 (a)</i>	(330)	-

Insights
5.4.230.40

119 Em nossa visão, considerando que o CPC 31 / IFRS 5 não especifica como a eliminação deve ser atribuída a operações continuadas e descontinuadas (veja [nota explicativa 34 \(b\)-\(c\)](#)), uma entidade pode apresentar as transações entre as operações continuadas e descontinuadas de forma que reflita a continuidade dessas operações, quando a informação for útil aos usuários das demonstrações financeiras. A apresentação de divulgações adicionais pode ser apropriada, na demonstração do resultado e ORA ou nas notas explicativas. Em nossa experiência, se a divulgação adicional for fornecida na demonstração do resultado e ORA, julgamento pode ser necessário sobre se a informação desagregada deve ser apresentada como parte da própria demonstração ou como uma divulgação adicional juntamente com os totais da demonstração. Uma divulgação clara da abordagem adotada para a eliminação de operações intra-grupo será relevante, incluindo uma explicação de qualquer análise adicional de operações descontinuadas nas notas explicativas à demonstração do resultado e ORA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

35. Operações descontinuadas (continuação)**(a) Resultado líquido de operações descontinuadas (continuação)**

		Consolidado		
		Nota	2017	2016
CPC 31.33(a)	IFRS 5.33(a)		379	(422)
Resultado líquido das operações descontinuadas				
CPC 41.68	IAS 33.68	39	0,12	(0,14)
CPC 41.68	IAS 33.68	39	0,12	(0,14)

O resultado de operações descontinuadas de R\$ 379 mil (2016: perda de R\$ 422 mil) é totalmente atribuído aos acionistas controladores. Do resultado operacional de operações continuadas de R\$ 7.558 mil (2016: R\$ 6.525 mil), o montante de R\$ 7.034 mil é atribuível aos acionistas controladores do Grupo (2016: R\$ 6.158 mil).

(b) Fluxos de caixa proveniente das (utilizado nas) operações descontinuadas¹²¹

		Consolidado		
		Nota	2017	2016
<i>Em milhares de Reais</i>				
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais			(225)	(910)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento		(c)	10.890	-
Caixa líquido proveniente de (usado em) operações descontinuadas			10.665	(910)

CPC 03.42(d) IAS 7.40(d)

(c) Efeito da alienação sobre a posição financeira do Grupo

		Consolidado	
		Nota	2017
<i>Em milhares de Reais</i>			
Ativo imobilizado			(7.986)
Estoques			(134)
Contas a receber e outros créditos			(3.955)
CPC 03.42(c)	IAS 7.40(c)		(110)
Caixa e equivalentes de caixa			110
Passivo fiscal diferido			1.921
Contas a pagar e outros passivos			(10.154)
Ativos e passivos líquidos			(10.154)

CPC 03.42(a), (b) IAS 7.40(a), (b)

Montante recebido em caixa pela alienação			11.000
Caixa e equivalentes de caixa do segmento alienado			(110)
Entrada de caixa líquido		(b)	10.890

* Veja nota explicativa 8.

CPC 41.68 IAS 33.68 **120** O Grupo optou por apresentar o lucro básico e diluído por ação para a operação descontinuada em nota explicativa. Alternativamente, o lucro básico e diluído por ação para a operação descontinuada pode ser apresentado na demonstração do resultado e do resultado abrangente.

CPC 03.10, CPC 31.33(c) IAS 7.10, IFRS 5.33(c), Insights 5.4.220.50 **121** No nosso entendimento, existem inúmeras maneiras pelas quais os requerimentos do CPC 31 / IFRS 5 e CPC 03 / IAS 7 sobre a apresentação do fluxo de caixa podem ser atendidos. O Grupo optou por apresentar:

- uma demonstração dos fluxos de caixa que inclui a análise de todos os fluxos de caixa no total, ou seja, incluindo operações continuadas e descontinuadas; e
- valores relacionados a operações descontinuadas por atividades operacionais, de investimento e de financiamento em notas explicativas.

Alternativamente, os fluxos de caixa líquidos atribuíveis às atividades operacionais, de investimento e de financiamento de operações descontinuadas podem ser divulgados separadamente na demonstração dos fluxos de caixa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

36. Receita operacional¹²²

Ver política contábil na nota explicativa 9 (d).

<i>Em milhares de Reais</i>	<i>Nota</i>	Operações continuadas		Operações descontinuadas (veja nota 36)		Consolidado		
		2017	2016	2017	2016	2017	2016	
<i>CPC 30.35(b)(i) IAS 18.35(b)(i)</i>		Vendas de produtos	98.176	92.690	7.543	23.193	105.719	115.883
<i>CPC 30.35(b)(ii) IAS 18.35(b)(ii)</i>		Prestação de serviços	3.120	2.786	-	-	3.120	2.786
<i>CPC 30.35(b)(iii) IAS 18.35(b)(iii)</i>		Comissões	451	307	-	-	451	307
<i>CPC 28.75(f)(i) IAS 40.75(f)(i)</i>	<i>41 (b)</i>	Aluguel de propriedades para investimento	310	212	-	-	310	212
<i>CPC 17.39(a) IAS 11.39(a)</i>		Receita de contrato de construção	659	641	-	-	659	641
		Total de receita	102.716	96.636	7.543	23.193	110.259	119.829

CPC 26.122 IAS 1.122

Em relação às comissões, a Administração considerou que os seguintes fatores indicam que o Grupo atua como um agente:

- O Grupo não detém o título e nem está exposto ao risco dos estoques referentes aos produtos vendidos, e não possui qualquer responsabilidade sobre os produtos vendidos.
- Apesar de o Grupo receber o pagamento do cliente final, todo o risco de crédito é retido pelo fornecedor dos produtos.
- O Grupo não pode alterar os preços de venda estabelecidos pelo fornecedor em mais de 1%.

Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo possui receita diferida de R\$ 50 mil (2016: R\$ 38 mil), referente ao seu programa de fidelidade de clientes (veja nota explicativa 25).

CPC 30.8B

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

<i>Em milhares de Reais</i>	Consolidado	
	2017	2016
Receita bruta fiscal	142.500	127.200
Menos:		
Impostos sobre vendas	(18.525)	(16.536)
Devoluções e abatimentos	(21.259)	(14.028)
Total de receita contábil	102.716	96.636

CPC 30.35(b) IAS 18.35(b) (iii), (v), (iii), (v) Insights 4.2.720.20

122 Embora os juros e dividendos também sejam tratados como 'Receita' no CPC 30 / IAS 18, o Grupo apresentou esses valores dentro de 'Receita financeira' (veja nota explicativa 38). Em nossa experiência, as entidades que não sejam instituições financeiras geralmente apresentam os juros e dividendos recebidos dentro de 'Receita financeira'.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

37. Outras receitas e outras despesas

				Consolidado	
				2017	2016
CPC 26.97	IAS 1.97	(a) Outras receitas			
		<i>Em milhares de Reais</i>	Nota		
CPC 29.40	IAS 41.40	Varição no valor justo de ativos biológicos	15 (a)	587	28
CPC 28.76(d)	IAS 40.76(d)	Aumento no valor justo de propriedades para investimento	18 (a)	20	60
CPC 30.29	IAS 20.29	Subvenções governamentais	25 (a)	238	-
CPC 26.98(c)	IAS 1.98(c)	Ganho líquido na venda de ativo imobilizado		26	16
		Receita com sublocação	41 (a)(ii)	150	90
				1.021	194
CPC 26.97	IAS 1.97	(b) Outras despesas¹²³			
		<i>Em milhares de Reais</i>	Nota	2017	2016
		Perda por redução ao valor recuperável do ágio ¹²⁴	20 (C)	116	-
CPC 31.41(c)	IFRS 5.41(c)	Perda por redução ao valor recuperável da remensuração de um grupo de ativos e passivos mantidos para venda	16 (a)	35	-
CPC 40.20(e)	IFRS 7.20(e)	Perda por redução ao valor recuperável no contas a receber ¹²⁵	30 (c)(ii)	150	30
		Liquidação de relação pré-existente com entidade adquirida	3 (a)	326	-
		Contrato oneroso de propriedade sublocada	23 (d)	160	-
CPC 26.87	IAS 1.87	Despesas relacionadas com sinistro		359	-
				1.146	30
CPC 26.104	IAS 1.104	(c) Despesas por natureza			
		<i>Em milhares de Reais</i>	Nota	2017	2016
		Varição do saldo de estoques de produtos acabados e em elaboração		(1.641)	(343)
		Matéria-prima e insumos		43.716	43.208
CPC 26.104	IAS 1.104	Benefícios a empregados	33 (e)	22.154	19.439
CPC 26.104	IAS 1.104	Depreciação e amortização	19 (a), 20 (a)	5.786	5.917
		Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	19 (b)	(493)	1.408
		Despesas com consultoria **		4.866	2.732
		Despesas com propaganda		2.550	2.650
		Despesas com manutenção		12.673	9.957
		Arrendamento mercantil e aluguel contingente	41 (a)(ii)	475	477
		Outros		2.171	1.731
Total de custo de vendas, despesas de venda e distribuição, despesas administrativas e despesas de pesquisa e desenvolvimento				92.257	87.176

* Valores 'Reapresentados' - veja nota explicativa 8.

** Inclui R\$ 266 (2016: R\$ 137) de despesas da controladora.

Insights 4.1.30.10-40	123	Não há orientação nos CPCs / IFRSs sobre como despesas específicas são alocadas por funções. Uma entidade estabelece suas própria definição de suas funções. Em nossa opinião, o custo de vendas inclui apenas as despesas diretamente ou indiretamente atribuíveis ao processo de produção. Apenas as despesas que não podem ser atribuídas a uma função específica são classificadas como "outras despesas".
CPC 01.126 Insights 3.10.430.20	124	O Grupo classificou as despesas por função e, portanto, alocou a perda por redução ao valor recuperável para a função apropriada. Em nosso entendimento, em raros casos em que uma perda por redução ao valor recuperável não puder ser atribuída a uma função, ela deve ser incluída em 'Outras despesas', e, se for significativa, como um item separado.
	125	O CPC / IFRS não especifica como as 'Perdas por redução ao valor recuperável em contas a receber' são apresentados na demonstração do resultado. O Grupo apresentou esses valores como parte de 'Outras despesas'. Outras apresentações - como 'Resultados financeiros' ou 'Despesas de venda' - também são possíveis, desde que as exigências de divulgação do CPC 40 / IFRS 7 sejam atendidas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

38. Receitas financeiras e despesas financeiras

Ver políticas contábeis nas notas explicativas 9 (b), (g).

CPC 26.97	IAS 1.97	Em milhares de Reais	Nota	Consolidado	
				2017	2016
		Receita de juros sobre:			
CPC 40.20(b)	IFRS 7.20(b)	– Investimentos mantidos até o vencimento que não sofreram perda no valor recuperável		191	117
CPC 40.20(d)	IFRS 7.20(d)	– Investimentos mantidos até o vencimento que sofreram perda no valor recuperável		7	6
CPC 40.20(b)	IFRS 7.20(b)	– Empréstimos e contas a receber		2	1
CPC 40.20(b)	IFRS 7.20(b)	– Ativos financeiros disponíveis para venda		8	27
CPC 40.20(b), CPC 30.35(b)(iii)	IFRS 7.20(b), IAS 18.35(b)(iii)	Total da receita de juros decorrentes de ativos financeiros que não são mensurados pelo VJR¹²⁶		208	151
CPC 15.B64(p)(iii)	IFRS 3.B64(p)(iii)	Remensuração a valor justo de participação pré-existente em entidade adquirida	3 (c)	250	-
		Ativos financeiros disponíveis para venda:			
CPC 30.35(b)(v)	IAS 18.35(b)(v)	– Dividendos recebidos		26	32
CPC 40.20(a)(ii)	IFRS 7.20(a)(ii)	– Reclassificados de outros resultados abrangentes		64	-
CPC 40.20(a)(i)	IFRS 7.20(a)(i)	Variação líquida no valor justo dos ativos financeiros mensurados pelo VJR:			
		– Mantidos para negociação		74	-
		– Designados como tal no momento do reconhecimento inicial		508	264
CPC 40.23(d)	IFRS 7.23(d)	Variação líquida no valor justo dos <i>hedges</i> de fluxos de caixa transferido de outros resultados abrangentes		31	11
		Receitas financeiras		1.161	458
CPC 40.20(b)	IFRS 7.20(b)	Despesa de juros sobre passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado ¹²⁷		(1.413)	(1.299)
CPC 02.52(a)	IAS 21.52(a)	Perda de variação cambial líquida		(138)	(243)
CPC 25.84(e)	IAS 37.84(e)	Efeito da reversão do desconto a valor presente na provisão de recuperação ambiental de áreas	23	(60)	(50)
CPC 40.20(e)	IFRS 7.20(e)	Perda por redução ao valor recuperável de investimento mantido até o vencimento	30 (c) (ii)	(60)	-
CPC 40.20(a)(i)	IFRS 7.20(a)(i)	Variação no valor justo de contraprestação contingente	30 (b) (iii)	(20)	-
CPC 40.24(b)	IFRS 7.24(b)	Parcela não efetiva de variações no valor justo de <i>hedge</i> de fluxos de caixa		(15)	(13)
CPC 40.24(c)	IFRS 7.24(c)	Parcela não efetiva de variações no valor justo de <i>hedge</i> de investimentos líquidos em operações no exterior		(1)	-
CPC 40.20(a)(i)	IFRS 7.20(a)(i)	Variação líquida no valor justo dos ativos financeiros mensurados VJR:			
		– Mantidos para negociação		-	(19)
		Despesas financeiras		(1.707)	(1.624)
		Despesas financeiras líquidas reconhecidas no resultado		(546)	(1.166)

CPC 40.20(b) IFRS 7.20(b) **126** O Grupo apresentou uma abertura, por categoria de ativos financeiros, do total da receita de juros para os ativos financeiros que não são mensurados pelo VJR. Embora esse nível de abertura seja opcional, uma entidade é requerida a divulgar separadamente qualquer item material de receita, despesa e ganhos e perdas decorrentes de ativos financeiros e passivos financeiros.

CPC 39.40 IAS 32.40 **127** O Grupo apresentou de forma agrupada as despesas com dividendos de ações preferenciais com a despesa de juros sobre outros passivos. Alternativamente, esses itens podem ser apresentados separadamente. Caso existam diferenças entre juros e dividendos em relação a assuntos como dedutibilidade fiscal, é preferível que sejam divulgados separadamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

39. Lucro líquido por ação**(a) Lucro básico por ação**

O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

CPC 41.70(a) IAS 33.70(a)

(i) Lucro atribuído aos detentores de ações ordinárias (básico)

Em milhares de Reais	2017			2016		
	Operações continuadas	Operações descontinuadas	Total	Operações continuadas Reapresentado*	Operações descontinuadas Reapresentado*	Total Reapresentado*
Lucro (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias (básico)	7.034	379	7.413	6.158	(422)	5.736
Dividendos sobre ações preferenciais não resgatáveis	(438)	-	(438)	(438)	-	(438)
Lucro (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias	6.596	379	6.975	5.720	(422)	5.298

* Veja nota explicativa 8 e 35 (operação descontinuada).

CPC 41.70(b) IAS 33.70(b)

(ii) Média ponderada de ações ordinárias (básico)

Em milhares de ações	Nota	2016	2015
Ações ordinárias existentes em 1º de janeiro	26 (a)(i)	3.100	3.100
Efeito das ações em tesouraria	26 (b)(ii)	(49)	(40)
Efeito das opções de ações exercidas	26 (a)(i)	3	-
Efeito das ações emitidas relativas a combinações de negócios	26 (a)(i)	6	-
Efeito das ações emitidas em outubro de 2017	26 (a)(i)	23	-
Média ponderada de ações ordinárias em circulação		3.083	3.060

(b) Lucro diluído por ação

Cálculo do lucro diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação após os ajustes para todas as potenciais ações ordinárias dilutivas.

CPC 41.70(a) IAS 33.70(a)

(i) Lucro atribuído aos detentores de ações ordinárias (diluído)

Em milhares de Reais	2017			2016		
	Operações continuadas	Operações descontinuadas	Total	Operações continuadas Reapresentado*	Operações descontinuadas Reapresentado*	Total Reapresentado*
Lucro (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias (básico)	6.596	379	6.975	5.720	(422)	5.298
Despesa de juros sobre títulos conversíveis, líquido de impostos	61	-	61	-	-	-
Lucro (prejuízo) atribuído as ações ordinárias (diluído)	6.657	379	7.036	5.720	(422)	5.298

* Veja nota explicativa 8 e 35 (operação descontinuada).

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

39. Lucro Líquido por ação (continuação)**(b) Lucro diluído por ação (continuação)**

CPC 41.70(b) IAS 33.70(b)

(ii) Média ponderada de ações ordinárias (diluído)

<i>Em milhares de ações</i>	<i>Nota</i>	2017	2016
Média ponderada de ações ordinárias (básico)		3.083	3.060
Efeito da conversão de títulos conversíveis	22 (c)	148	-
Efeito das opções de ações ao serem exercidas		47	18
Média ponderada de ações ordinárias (diluído) em 31 de dezembro		3.278	3.078

CPC 41.70(c) IAS 33.70(c)

Em 31 de dezembro de 2017, 135.000 opções (2016: 44.000) foram excluídas do cálculo da média ponderada do número de ações ordinárias, uma vez que seu efeito teria sido anti-dilutivo.

O valor médio de mercado das ações da Companhia para fins de cálculo do efeito dilutivo das opções de ações foi baseado nos preços de mercado cotados para o período durante o qual as opções estavam em aberto.¹²⁸

40. Waiver pelo não cumprimento de acordo contratual (covenant)

CPC 40.19 IFRS 7.19

Conforme a nota explicativa 22 (b), o Grupo excede o limite máximo de alavancagem (calculado trimestralmente como dívida sobre a receita) no terceiro trimestre de 2017, sendo este um limite contratual restritivo (*covenant*) associado a um empréstimo bancário. O Grupo obteve um *waiver* pelo não atingimento do *covenant* em outubro de 2017. Após 31 de dezembro de 2017, o banco mudou esse *covenant* do empréstimo de 2,5 para 3,5 vezes. Com base no novo limite e suas previsões, a Administração acredita que o risco de descumprir o *covenant* é baixo.

41. Arrendamentos mercantis operacionais

Ver política contábil na nota explicativa 9 (u).

(a) Arrendamentos como arrendatário

CPC 06.35(d) IAS 17.35(d)

O Grupo arrenda uma série de armazéns e fábricas, sob arrendamentos operacionais. Esses arrendamentos normalmente duram dez anos, com opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados a cada cinco anos, para refletir os valores de mercado. Alguns arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em alterações do índice geral de preços. Para certos arrendamentos operacionais, o Grupo é impedido de entrar em qualquer contrato de sub-arrendamento.

CPC 26.122 IAS 1.122
CPC 06.15 A IAS 17.15 A

Os arrendamentos de armazéns e fábricas foram firmados há longa data como arrendamentos conjuntos, tanto do terreno como de suas edificações. O Grupo determinou que o arrendamento do terreno e das edificações é operacional. O aluguel pago ao arrendador é ajustado de acordo com os preços de mercado, em intervalos regulares, e o Grupo não participa no valor residual dos bens arrendados. Consequentemente, foi determinado que basicamente todos os riscos e benefícios dos ativos são do arrendador.

CPC 06.35(b) IAS 17.35(b)

Uma das propriedades arrendadas foi sublocada pelo Grupo. O arrendamento e a sublocação encerram-se em 2019. Durante 2017 são esperados pagamentos de sublocação no valor de R\$ 50 mil. O Grupo reconheceu uma provisão em relação a este contrato de R\$ 160 mil (veja nota explicativa 23 (d)).

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

41. Arrendamentos mercantis operacionais (continuação)**(a) Arrendamentos como arrendatário (continuação)****(i) Pagamentos mínimos futuros de arrendamento mercantil**

IAS 17.35(a) IAS 17.35(a)

Em 31 de dezembro, os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos não canceláveis são como segue:

<i>Em milhares de Reais</i>	Consolidado	
	2017	2016
Menos de um ano	417	435
Entre um e cinco anos	419	486
Mais de cinco anos	1.764	1.805
	2.600	2.726

(ii) Valores reconhecidos no resultado

CPC 06.35(c) IAS 17.35(c)

<i>Em milhares de Reais</i>	Nota	Consolidado	
		2017	2016
Despesa de arrendamento	37 (c)	435	447
Despesa de aluguel contingente	37 (c)	40	30
Receita de sublocação	37 (a)	(150)	(90)

(b) Arrendamento como arrendador

CPC 06.56(c) IAS 17.56(c)

O Grupo arrenda para terceiros as suas propriedades para investimentos (veja [nota explicativa 18](#)).

CPC 06.56(a) IAS 17.56(a)

(i) Pagamentos mínimos futuros de arrendamento mercantil

Em 31 de dezembro, os pagamentos mínimos futuros recebíveis de arrendamento sob arrendamentos não canceláveis são como segue:

<i>Em milhares de Reais</i>	Consolidado	
	2017	2016
Menos de um ano	332	290
Entre um e cinco anos	1.470	1.360
Mais de cinco anos	445	320
	2.247	1.970

CPC 28.75(f)(i)-(iii) IAS 40.75(f)(i)-(iii)

(ii) Valores reconhecidos no resultado

Durante o ano, o montante de R\$ 310 mil foi incluído como 'Receita de aluguel' no resultado do Grupo (2016: R\$ 212 mil) (veja [nota explicativa 36](#)). As despesas com reparos e manutenção incluídos no 'Custo de vendas' (veja [nota explicativa 37](#)) são as seguintes:

<i>Em milhares de Reais</i>	Consolidado	
	2017	2016
Propriedades alugadas	45	30
Propriedades vagas	20	15
	65	45

42. Compromissos

CPC 27.74(c) IAS 16.74(c)

Em 2017, o Grupo assinou um contrato para comprar bens do imobilizado e marcas e patentes em 2018 por R\$ 1.465 mil (2016: zero) e R\$ 455 mil (2016: zero) respectivamente.

O Grupo está comprometido com outros investimentos de capital de R\$ 150 mil (2016: R\$ 45 mil). Com relação ao empreendimento controlado em conjunto, o empreendimento tem compromisso de investir R\$ 23 mil (2016: R\$ 11 mil), dos quais a participação do Grupo é R\$ 9 mil (2016: R\$ 4 mil). Esses compromissos deverão ser liquidados em 2018.

CPC 28.75(h) IAS 40.75(h)

O Grupo celebrou contratos para a gestão e manutenção de certas propriedades comerciais que são arrendadas a terceiros. Esses contratos darão origem a despesas anuais de R\$ 15 mil para os próximos cinco anos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

43. Partes relacionadas¹²⁹**(a) Controladora e controladora final**CPC 26.138(c) IAS 1.138(c)
CPC 05.13 IAS 24.13

Durante o exercício de 2017, a maioria das ações da Companhia foi adquirida pela Cameron Paper Co da antiga controladora Brown Products Corporation. Como resultado, o novo controlador final do Grupo é a AJ Pennypacker. A parte controladora final anterior era Sigma Global Investment Holdings.¹³⁰

CPC 05.18 IAS 24.18

(b) Operações com pessoal-chave da Administração**(i) Empréstimos para diretores¹³¹**

Empréstimos sem garantia para diretores em 31 de dezembro de 2017 totalizavam R\$ 85 mil (2016: R\$ 32 mil). Não há pagamento de juros pelos diretores e os empréstimos são recebidos em 12 meses após a data de empréstimo. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo em aberto era de R\$ 78 mil (2016: R\$ 32 mil), incluído em contas a receber de clientes e outros recebíveis (veja nota explicativa 13).

(ii) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração de pessoal-chave da Administração compreende:

<i>Em milhares de Reais</i>		2017	2016
CPC 05.17(a) IAS 24.17(a)	Benefícios de curto prazo	502	420
CPC 33.151(b), IAS 19.151(b), 05.17(b) 24.17(b)	Benefícios pós-emprego	82	103
CPC 05.17(c) IAS 24.17(c)	Outros benefícios de longo prazo	3	2
CPC 05.17(d) IAS 24.17(d)	Benefícios rescisórios	25	-
CPC 05.17(e) IAS 24.17(e)	Pagamentos baseados em ações	516	250
		1.128	775

A remuneração do pessoal-chave da Administração do Grupo inclui salários, benefícios não monetários e contribuições para um plano de benefício definido pós-emprego (veja nota explicativa 33).

Os diretores também participam no programa de opção de compra de ações do Grupo (veja nota explicativa 32 (a)(i)). Além disso, todos os empregados da controladora têm direito de participar dos programas de compra, (veja nota explicativa 32 (a)(iii)), caso cumpram com certos critérios, tal como o investimento de uma porcentagem de seus salários mensais por um período de 36 meses. Conseqüentemente, o Grupo deduziu R\$ 78 mil dos salários dos empregados envolvidos (incluindo um montante de R\$ 37 mil relacionado ao pessoal-chave da Administração). Os montantes retidos estão incluídos em 'Fornecedores e outras contas a pagar' (veja nota explicativa 21).

129 Para um exemplo de divulgações a ser utilizado por entidades relacionadas com o governo que aplicam a isenção prevista no parágrafo 25 do CPC 5 / IAS 24 Divulgações de Partes Relacionadas, favor consultar o Appendix VI do modelo internacional de demonstrações financeiras (*Guide to annual financial statements - Illustrative Disclosures*) da KPMG International Standards Group (parte da KPMG IFRG Limited).

CPC 05.13 IAS 24.13

130 A controladora da Companhia divulga publicamente suas demonstrações financeiras consolidadas. Se nem a controladora direta da Companhia nem sua controladora final divulgassem demonstrações financeiras consolidadas disponíveis para uso público, então a Companhia divulgaria o nome da controladora mais próxima que o fizesse. Se nem a controladora final nem qualquer controladora intermediária divulgasse demonstrações financeiras consolidadas disponíveis para uso público, esse fato seria divulgado.

CPC 05.24 IAS 24.24

131 O Grupo agregou as divulgações sobre empréstimos a diretores. É exigida divulgação separada se ela for necessária para a compreensão dos efeitos das transações com partes relacionadas nas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

43. Partes relacionadas (continuação)**(b) Operações com pessoal-chave da Administração (continuação)****(ii) Remuneração do pessoal-chave da Administração (continuação)**

CPC 05.17(d) IAS 24.17(d)

Como resultado da rescisão do contrato de um dos executivos do Grupo na França, o executivo recebeu um direito a aposentadoria maior. Assim, o Grupo reconheceu uma despesa de R\$ 25 mil durante o ano (2016: zero).

(iii) Principais transações com o pessoal chave da Administração

Os diretores da Companhia controlam 12% das ações com direito a voto da Companhia. Um parente de um diretor de uma controlada possui 10% do empreendimento controlado em conjunto do Grupo. (Veja nota explicativa 17 (a))

Muitas pessoas-chave da Administração, ou seus parentes, detêm participações em outras entidades, fazendo com que tenham controle ou influência significativa sobre essas entidades.

CPC 05.18(b)(i) IAS 24.18(b)(i)

Algumas dessas entidades fizeram negócios com o Grupo durante o ano. Os termos e condições dessas transações não foram mais favoráveis que aqueles disponíveis, ou que razoavelmente espera-se que estivessem disponíveis, em transações semelhantes em condições usuais de mercado com entidades não relacionadas ao pessoal chave da Administração.

CPC 05.18(a) IAS 24.18(a)

O valor das transações e saldos em aberto referentes à transações com pessoal-chave da Administração e entidades sobre as quais possuem controle e influência significativa está apresentado abaixo:

Em milhares de Reais	Nota	Valor da transação para o exercício findo em 31 de dezembro		Saldo em aberto em 31 de dezembro	
		2017	2016	2017	2016
Transação					
Honorários advocatícios	(a)	12	13	-	-
Reparos e manutenção	(b)	410	520	137	351
Aquisição de estoque - papel	(c)	66	-	-	-

CPC 05.18(b)(i), 23 IAS 24.18(b)(i), 23

- (a) O Grupo utilizou os serviços jurídicos de um de seus diretores para operacionalizar a venda de certos ativos não circulantes da Companhia. Os montantes foram faturados com base em taxas de mercado para tais serviços, devidos e pagáveis sob condições normais de pagamento.
- (b) Em 2016, o Grupo celebrou um contrato de dois anos com a On-Track Limited, uma empresa controlada por outro diretor, para adquirir serviços de reparo e manutenção em equipamentos de produção. O valor total do contrato é de R\$ 986 mil. Os termos do contrato são baseados em preços de mercado para estes tipos de serviços, e os montantes são pagos trimestralmente durante o período de duração do contrato.
- (c) O Grupo comprou vários estoques de papel da Alumfab Limited, uma entidade controlada por outro diretor. Os montantes foram faturados com base em preços de mercado para tais estoques, devidos e pagáveis sob condições normais de pagamento.

Ocasionalmente, diretores do Grupo ou suas entidades relacionadas podem comprar produtos do Grupo. Essas compras são realizadas sob os mesmos termos e condições disponíveis a outros empregados do Grupo ou clientes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

43. Partes relacionadas (continuação)

CPC 05.18 IAS 24.18

(c) Outras transações com partes relacionadas¹³²

<i>Em milhares de Reais</i>	Valor da transação para o exercício findo em 31 de dezembro		Saldo em aberto em 31 de dezembro	
	2017	2016	2017	2016
Venda de produtos e serviços				
Controladora do Grupo - Cameron Paper Co. (2016: Brown Products Corporation)	350	320	253	283
Empreendimentos controlados em conjunto	745	250	651	126
Coligadas	400	150	332	233
Compra de produtos				
Empreendimentos controlados em conjunto	1.053	875	-	-
Outros				
Empreendimentos controlados em conjunto				
– Dividendos recebidos (veja nota explicativa 17)	21	-	-	-
Coligadas				
– Empréstimos e respectivos juros (veja nota explicativa 22)	5	6	-	1.000

CPC 05.18(b)(i)-(ii), 18(c)-(d), 23 IAS 24.18(b)(i)-19, 18(c)-(d), 23

Todos os saldos em aberto com estas partes relacionadas são precificados com base em condições de mercado e devem ser liquidados dentro de dois meses da data do balanço. Nenhum dos saldos possui garantias. Nenhuma despesa foi reconhecida no ano ou no ano anterior para dívidas incobráveis ou de recuperação duvidosa em relação aos valores devidos por partes relacionadas. Em 2017, não houve operações e não há saldos em aberto com a Brown Products Corporation, a antiga controladora do Grupo. Nenhuma garantia foi dada ou recebida.

Para apoiar as atividades do empreendimento controlado em conjunto, o Grupo e os outros investidores do empreendimento decidiram fazer uma contribuição adicional na proporção de suas participações para compensar eventuais perdas, se necessário (veja nota explicativa 17).

CPC 26.114 (c)(iv)(1) IAS 1.114 (c)(iv)(1)
CPC 05.21 IAS 24.21

Obrigações de compra com relação a papéis recicláveis são oriundas de um contrato de fornecimento e prestação de serviços assinado pelo Grupo. Em 2017, o Grupo entrou em um contrato de fornecimento com a Cameron Paper Co no valor de R\$ 89 mil. Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo já havia incorrido em R\$ 25 mil por obrigações derivadas deste contrato.

44. Cobertura de seguros

PO CVM 15/87, item 3

Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 33.123 mil para danos materiais, R\$ 25.866 mil para lucros cessantes e R\$ 16.563 mil para responsabilidade civil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (continuação)

45. Eventos subsequentes

CPC 24.21 IAS 10.21

(a) Reestruturação

Em janeiro de 2018, o Grupo anunciou sua intenção de implementar um programa de redução de custos. Além disso, para permitir que o Grupo adapte seu tamanho às condições de mercado atuais e aos efeitos da recessão global, a força de trabalho do Grupo tem de ser reduzida em 400 posições no mundo inteiro até o final de 2018, sem reposição, quando possível. O Grupo espera que a reestruturação associada à redução de posições custe entre R\$ 600 mil a R\$ 850 mil em 2018 e 2019, respectivamente.

CPC 24.21 IAS 10.21

(b) Outros

Após 31 de dezembro de 2017, um dos maiores devedores comerciais do Grupo decretou falência decorrente de um desastre natural ocorrido em fevereiro de 2018 que danificou sua planta operacional. Dos R\$ 100 mil devidos pelo devedor, o Grupo espera recuperar menos de R\$ 10 mil. Nenhuma provisão para perda ao valor recuperável foi constituída nas demonstrações financeiras consolidadas pois o fato gerador da falência ocorreu somente em 2018.

Em 10 de janeiro de 2018, uma das localidades da controlada Oy Kossu AG, com valor contábil de R\$ 220 mil, foi seriamente danificada por um incêndio. Especialistas estão em processo de avaliação da extensão da perda para que o Grupo possa apresentar um pedido de indenização para a seguradora. O Grupo não é capaz de estimar eventuais custos relativos à reconstrução ou a mudanças temporárias necessárias para a manutenção da produção que porventura excedam a indenização esperada da seguradora.

Conforme descrito na [nota explicativa 22\(b\)](#), o Grupo quebrou um *covenant* associado a um empréstimo financeiro no terceiro trimestre de 2017. O Grupo obteve um *waiver* pelo não atingimento do *covenant* em outubro de 2017. Após 31 de dezembro de 2017, o banco alterou esse *covenant* (veja [nota explicativa 40](#)).

Em 23 de março de 2018, um aumento da taxa de imposto de renda corporativo na Holanda de 25% para 30% foi substancialmente decretado, e a nova taxa entrará em vigor a partir de 1 de janeiro de 2019. Este aumento não afeta os montantes de imposto de renda corrente ou diferido reconhecidos em 31 de dezembro de 2017. No entanto, essa mudança aumentará a despesa de imposto de renda corrente do Grupo no futuro. Se a nova taxa de imposto tivesse sido aplicada para calcular as diferenças temporárias tributáveis e prejuízos fiscais reconhecidos em 31 de dezembro de 2017, o efeito seria um aumento nos ativos líquidos em R\$ 27 mil (veja [nota explicativa 31](#)).

Conforme reportado nas informações financeiras interinas, em 22 de julho de 2017 o Grupo anunciou sua intenção de adquirir todas as ações ordinárias da Empresa XYZ por R\$ 6.500 mil. Em 4 de janeiro de 2018 o Conselho de Administração do Grupo aprovou a transação e agora o Grupo aguarda a aprovação das agências reguladoras para completar a aquisição. A Administração acredita que tal aprovação deve ser recebida em abril de 2018.

Apêndice I - Análise de sensibilidade (Instrução CVM 475/08)¹³³

Exemplos de divulgações sobre análise de sensibilidade aos riscos de mercado originados por instrumentos financeiros

30. Instrumentos financeiros

(c) Gerenciamento dos riscos financeiros

Análise de sensibilidade

Nos termos da Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia, em complemento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulga um quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado, considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia está exposta na data do balanço, incluindo todas as operações com instrumentos financeiros derivativos, conforme abaixo.

1. Futuro

A Companhia considerou que o maior risco no caso de se estar vendido em taxa (comprado em PU) em um contrato futuro de taxa de juros é a alta do CDI. A Companhia estimou que o cenário provável (I) para os próximos três meses (prazo do contrato) é de CDI a 12%; neste caso a Companhia teria que pagar ajustes de R\$ 1.000. Os dois outros cenários são de 15% e 18%, respectivamente, com pagamentos de R\$ 4.500 e R\$ 9.000.

2. NDF

A Companhia está comprada em dólares (NDF) para entrega em 90 dias pelo preço de R\$ 2,00/US\$ com valor nocional de US\$ 10.000. A administração estima (com base nas cotações da BM&FBOVESPA) que o dólar provável para o período ou vencimento seja de R\$ 2,10/US\$. O cenário II é o dólar a R\$ 1,60/US\$ e o cenário III é o dólar a R\$ 1,10/US\$. No cenário provável, a Companhia terá ganho R\$ 1.000. Nos dois outros cenários, a Companhia terá perdas de R\$ 4.000 e R\$ 9.000, respectivamente.

3. Derivativo Exótico

Neste derivativo exótico (com nocional de US\$ 10.000 e prazo de 12 meses) a Companhia ganhará se o dólar for inferior a R\$ 2,00/US\$ - ela receberá a diferença neste caso. Se o dólar for superior a R\$ 2,10/US\$ a Companhia deverá pagar ao banco a diferença multiplicada por 2 (uma penalidade) pelo prazo restante do contrato (10 meses neste caso em que, hipoteticamente, já se passaram 2 meses). Assim, no cenário provável (dólar a R\$ 2,10/US\$) a Companhia não terá perdas nem ganhos. No entanto, no cenário II (com dólar a R\$ 2,50/US\$), a Companhia terá perdas de R\$ 80.000 ((R\$ 2,50 - R\$ 2,10)/US\$ x 2 x 10 x US\$10.000). No cenário III (R\$ 3,00/US\$) a Companhia terá perdas de R\$ 180.000 ((R\$ 3,00 - R\$ 2,10)/US\$ x 2 x 10 x US\$10.000).

4. Hedge de Dívida em Dólares

Supondo a mesma situação apresentada no item 2 acima, mas adicionando que a Companhia possui dívidas atreladas à variação do dólar norte americano no mesmo montante e prazos do contrato a termo.

Dessa forma, teríamos o seguinte quadro demonstrativo de análise de sensibilidade:

Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade - Efeito Na Variação do Valor Justo

Operação	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário II	Cenário III
Futuro	Alta do CDI	(1.000)	(4.500)	(9.000)
NDF	Queda do US\$	1.000	(4.000)	(9.000)
Derivativo Exótico	Alta do US\$	Nulo	(80.000)	(180.000)
Dívida em US\$ com <i>hedge</i> em derivativo	Derivativo Queda do US\$	1.000	(4.000)	(9.000)
	Dívida Alta do US\$	(1.000)	4.000	9.000
	Efeito Líquido	Nulo	Nulo	Nulo

Apêndice II - Questões de Continuidade Operacional

Exemplo de uma divulgação em um caso em que julgamento significativo foi necessário para avaliar a continuidade operacional da Companhia

4. Base de preparação^{134, 135}

CPC 26.25-25, 122 IAS 1.25-26, 122

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que o Grupo conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos bancários conforme os prazos divulgados na [Nota 30\(c\)](#).

O Grupo reconheceu um lucro líquido de R\$ 7.937 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e, nessa data, o ativo circulante excede o passivo circulante em R\$ 22.046 mil. No entanto, conforme descrito na Nota X, custos ambientais significativos são previstos para 2017, em função de novas leis em vários países europeus.

Além disso, os empréstimos bancários de R\$ 7.012 estão sujeitos a revisão até 30 de junho de 2018. Os credores deverão realizar uma revisão, que incluirá (mas não se limitará a) uma avaliação dos seguintes fatores:

- O desempenho financeiro do Grupo em relação ao orçamento;
- O progresso do cumprimento dos novos requerimentos regulamentares; e
- O progresso dos desinvestimentos planejados e / ou das captações de capital esperadas para cumprir as obrigações de pagamentos.

A administração acredita que o pagamento dos empréstimos ocorrerá conforme planejado e está confiante de que os desinvestimentos planejados, conforme divulgado na Nota X, serão finalizados antes de 30 de junho de 2018 e que as contraprestações a serem recebidas serão suficientes para atender as obrigações de pagamento nessa data. A administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos, como desinvestimentos adicionais, emissão de bônus ou notas ou de títulos em oferta privada. A administração tem acesso a investidores e planos de aumento de capital, se for necessário.

A administração reconhece que uma certa incerteza permanece sobre a capacidade do Grupo para cumprir com às suas necessidades de financiamento e para refinarçar ou pagar seus empréstimos bancários à medida que vencem. No entanto, conforme descrito acima, a administração tem uma expectativa razoável de que o Grupo terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível e, portanto, com base no seu julgamento, concluiu que a incerteza remanescente não é material.

CPC 26.25, 24.16(b) IAS 1.25, 10.16(b)

134 Este anexo ilustra um possível formato para uma divulgação em um caso em que julgamento significativo foi necessário para avaliar a continuidade operacional da Companhia. A entidade divulga quaisquer incertezas relevantes relacionadas a eventos ou condições que possam gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da entidade de continuar operando.

Insights 1.2.75.10

135 Mesmo que a administração tenha concluído que não existiam incertezas materiais, mas essa a conclusão envolveu julgamentos significativos, a entidade deve divulgar esses julgamentos de acordo com o parágrafo 122 do CPC 26 / IAS 1.

Apêndice III - Tópicos específicos cobertos no modelo internacional

Para maiores informações sobre os tópicos descritos na tabela, favor consultar o modelo internacional de demonstrações financeiras (*Guide to annual financial statements - Illustrative Disclosures*) da KPMG International Standards Group (parte da KPMG IFRG Limited):

Apêndices	Descrição
I	Novos pronunciamentos e alterações para 2017 e exigências futuras
III	Demonstração do Fluxo de Caixa - método direto
IV	Outras divulgações não ilustradas nas demonstrações financeiras

Contato

Coordenação Técnica

Danilo Siman Simões
Ramon D. Jubels
Tiago Senger Bernert

Sócios do Departamento
de Práticas Profissionais
dpp@kpmg.com.br

Equipe Técnica

Augusto de Campos Monteiro
Auro Kunio Suzuki
Catarina de Sousa Vieira
Fabiana Campos Almeida
Janine Marie Pereira Leal
Luciana Teixeira de Lima
Maiara Resende da Silva
Mark David Cubell
Marcio Cotta Rost
Renata de Souza Gasparetto
Rodrigo Cruz Bassi
Roland Kuerzi
Rudah Giasson Luccas

kpmg.com/BR

© 2017 KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil.

Todas as informações apresentadas neste documento são de natureza genérica e não têm por finalidade abordar as circunstâncias de nenhum indivíduo específico ou entidade. Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas, não há nenhuma garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações não devem servir de base para se empreender qualquer ação sem orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.